

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA PUPO

**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA NO
JORNALISMO: A PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL**

CURITIBA

2016

AMANDA PUPO

**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA NO
JORNALISMO: A PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Comunicação Social, habilitação em
Jornalismo, do Setor de Artes, Comunicação e
Design da Universidade Federal do Paraná

Orientador: Mário Messagi Júnior

**CURITIBA
2016**

RESUMO

Esta pesquisa analisa a percepção de jornalistas econômicos sobre o jornalismo como produtor de conhecimento e sobre o jornalismo como processo que incide na economia, a partir da construção de expectativas. Para isto, foram feitas entrevistas em profundidade com seis profissionais, com variação de perfil e veículo. As perguntas do questionário semi-aberto aplicado foram construídas a partir da pesquisa bibliográfica que buscou entender a relevância do jornalismo como parte mediadora, como parte reflexiva da sociedade, e compreender as teorias econômicas que exploram a temática da construção de expectativas a partir da racionalidade e probabilidade. Depois de feitas as entrevistas em profundidade, analisou-se a percepção dos profissionais sobre estes temas, explorando as problemáticas que envolvem a produção de jornalismo econômico no Brasil, sob a luz das teorias estudadas. Observou-se que os profissionais reconhecem somente parte da influência que exerce o jornalismo na economia. E verificou-se que os jornalistas reconhecem a atividade, quando em situações específicas, como produção de conhecimento, mas que esta ótica de responsabilidade enfrenta obstáculos frente à estrutura do mercado jornalístico.

Palavras-chave: Jornalismo econômico. Entrevista em profundidade. Produção de conhecimento. Economia. Expectativas. Campo dos media.

ABSTRACT

This research analyzes the perception of economic journalists about journalism as a producer of knowledge and about journalism as a process that affects on the economy, based on the construction of expectations. For this, depth interviews were conducted with six professionals, with profile and communication vehicle variation. The questions of the applied semi-open questionnaire were constructed from a bibliographical research that sought to understand the relevance of journalism as a mediating part, as a reflexive part of society, and to understand the economic theories that explore the theme of the construction of expectations based on rationality and probability. After the in-depth interviews were made, the professionals' perceptions about these themes were analyzed, exploring the issues that involve the production of economic journalism in Brazil, in the light of the theories studied. It was observed that professionals recognize only part of the influence that journalism has on the economy. And it has been found that journalists recognize the activity, when in specific situations, as knowledge production, but that this view of responsibility faces obstacles in front of the structure of the journalistic market.

Keywords: Economic journalism. Depth interviews. Knowledge production. Economy. Expectations. Media field.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ENTREVISTADOS E SEUS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO.....	58
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 ECONOMIA, JORNALISMO E MEDIAÇÃO	9
2. 1 MEDIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ECONÔMICAS.....	9
2. 2 LINGUAGEM NO JORNALISMO ECONÔMICO.....	14
2. 3 INFLAÇÃO, COMBATE E RELAÇÃO COM A IMPRENSA.....	16
3 O JORNALISMO ECONÔMICO	20
3. 1 A HISTÓRIA DO JORNALISMO ECONÔMICO NO BRASIL.....	20
3. 2 JORNALISMO COMO CONHECIMENTO, O CAMPO DOS MEDIA E A FORMAÇÃO JORNALÍSTICA.....	23
3. 2. 1 A autonomia no campo e a produção do saber.....	25
3. 2. 2 A formação no jornalismo.....	32
4 EXPECTATIVA, O JORNALISMO, E A CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA	35
4. 1 PROBABILIDADE, RACIONALIDADE E EXPECTATIVAS.....	35
4. 2 JORNALISMO E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE	48
5 METODOLOGIA DE PESQUISA	56
5. 1 O OBJETO.....	56
5. 2 AS TÉCNICAS DE PESQUISA	57
5. 2. 1 A técnica de entrevista.....	57
6 ANÁLISE	62
6. 1 TEMÁTICA DA FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO.....	62
6. 2 TEMÁTICA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO.....	69
6. 3 TEMÁTICA DA ANÁLISE E FORMAÇÃO DE EXPECTATIVAS.....	75
CONCLUSÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE	95

1 INTRODUÇÃO

Durante os anos na academia, profissionalizando-se no campo do jornalismo, os estudantes deparam-se inúmeras vezes com a questão da existência do jornalismo como conhecimento científico, se ele realmente se configura como um campo de saber autônomo. Autores entendem que afastar a área de conhecimento jornalístico dos campos tradicionais da ciência é um dos passos para enxergar a autonomização do campos dos media. E existem conhecidas facetas positivas nesta configuração. Dentro do aspecto da experiência, e não da tradição, surgem as oportunidades de flexibilidade deste campo, visto que ele se apropria do conhecimento específico de outras áreas do conhecimento.

Além deste entendimento aplicar-se ao espectro teórico do jornalismo, podemos aplicar esta maleabilidade no próprio exercício jornalístico. Mediadores e descritores da realidade ou de uma parte dela, os jornalistas são conhecidos pela apropriação de conhecimentos de diversas áreas para poder exercer seu trabalho diariamente, afinal, o jornalismo é o campo responsável por narrar outros campos, não tem um conteúdo próprio para reprodução, e isto o singulariza como um campo mediador.

O jornalismo econômico é um grande exemplo disto. Diariamente os profissionais desta área apropriam-se de números, expectativas, indicadores e fórmulas do campo econômico, informações estas processadas e pensadas por especialistas desta área do conhecimento. Além da relação entre o jornalismo e a economia propiciar um largo campo para tentarmos entender como se dá esta apropriação, a dupla também possibilita um bom espectro para se analisar a interferência da produção jornalística na sociedade, direta ou indiretamente.

As expectativas geradas pelos conhecimentos específicos do campo econômico, enquanto circulam pelo meio restrito da academia e de especialistas, já têm o poder de provocar mudanças reais da economia de uma população, de uma cidade, de um estado, e assim por diante. Entende-se que quando estes saberes passam pelo campo da mediação, do jornalismo, eles adquirem uma amplitude de interferência ainda maior. É papel do jornalista que estas informações, importantes para as tomadas de decisão da sociedade civil, das instituições públicas e privadas, cheguem da maneira mais clara, transparente e ampla possível.

Os problemas lançados neste trabalho perguntam, portanto, sobre a percepção dos jornalistas econômicos sobre as questões que envolvem a cobertura econômica, que se apropria dos conhecimentos do campo econômico, e interfere diretamente na construção do campo econômico, principalmente no que se deve ao discurso de formação das expectativas. Além disso, a pesquisa procura entender o grau de autonomia destes repórteres dentro da redação, visto que, historicamente, têm reputação de especialistas no ambiente jornalístico. Vamos procurar entender e, acima de tudo, verificar estas relações partindo de problematizações teóricas, visitando e analisando as percepções obtidas através de entrevistas em profundidade com jornalistas econômicos e voltando a teoria na tentativa de apresentar conclusões e novas problematizações que contribuam com a busca pela qualidade do jornalismo econômico, entendendo-o como um pilar importante da sociedade.

O estudo está organizado em cinco capítulos, além desta introdução e considerações finais. No capítulo 2, é feita uma revisão bibliográfica do jornalismo como mediador das informações econômicas; da linguagem jornalística específica do campo econômico; e das raízes do relacionamento entre o jornalismo econômico da era democrática e os índices inflacionários. Durante o capítulo 3 é feito um aprofundamento na modalidade de jornalismo econômico, adentrando nas questões da história do jornalismo econômico no Brasil, na autonomização do jornalismo, refletindo sobre a autonomia do jornalismo econômico, sobre a especialização dos jornalistas desta área e o jornalismo como produtor de conhecimento. No capítulo 4, a revisão bibliográfica dedica-se a entender as teorias que envolvem as expectativas econômicas, que se debruçam a estudar e teorizar sobre os números gerados no campo do saber econômico, e também a refletir sobre a interferência destes dados na economia. As interpretações de estudiosos sobre a produção jornalística como transformadora da realidade, finalmente, entram nas reflexões deste capítulo.

Este capítulo é de grande importância para a fundamentação da pesquisa pretendida por este trabalho. Através desta revisão pretende-se entender como o discurso jornalístico econômico, assim como outros discursos, interferem na realidade. A fim de que a revisão direcione-se sobre o objeto da pesquisa em questão, o entendimento será analisado sob a luz de teorias econômicas que

discutem expectativa, racionalidade e probabilidade e sob as teorias que cruzam o campo econômico e o jornalismo.

O capítulo 5 deste trabalho compreende a metodologia aplicada nesta pesquisa, que é de função qualitativa, traduzida pela aplicação de entrevistas em profundidade feitas com seis jornalistas econômicos. Os resultados e materiais produzidos a partir destes processos metodológicos e suas devidas análises estarão presentes no capítulo 6 desta pesquisa, que é seguido, por fim, das considerações finais do trabalho realizado.

2 ECONOMIA, JORNALISMO E MEDIAÇÃO

Para que possamos entender como se dão os processos de apropriação das informações econômicas pelos jornalistas, a autonomia e a consciência destes profissionais em relação a este trabalho, é preciso estender este trabalho a uma reflexão crítica sobre o contexto de funcionamento destes processos. Para isto, antes de desenvolver a metodologia que envolve a presente pesquisa, o trabalho irá aprofundar-se primeiramente sobre a mediação jornalística, suas especificidades e importância, entendendo que a análise é primordial para entender a lógica do jornalismo econômico. A linguagem utilizada neste segmento de cobertura e sua história marcada pelo Plano Real também são discutidos.

2.1 MEDIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Thompson (2013) ao desenvolver sua teoria social sobre a mídia e a modernidade sublinha o quanto o desenvolvimento dos meios de comunicação reordenou o caráter simbólico da vida social, configurando-se como espaços onde os “seres humanos fabricam teias de significação para si mesmos” (ibid, 2013, p. 36). Esta reflexão desenvolvida pelo autor ajuda a entender por que os processos de mediação importam e são parte significativa em como a sociedade se organiza. Ao trazer esta significação para o jornalismo econômico, entendemos como o processo de apropriação de conhecimentos do campo econômico é importante para mantermos um mínimo de amplificação e democratização das informações idealizadas pelo campo da comunicação.

Quando Kucinski (2000) diferencia, em termos básicos, o jornalismo genérico do jornalismo econômico, a importância deste segmento para a organização das informações econômicas fica mais clara. Para o autor, o jornalismo econômico se identifica muito mais com um processo do que uma sucessão de fatos singulares, excepcionais, já que noticia resultados de processos e sistemas econômicos, “sendo singularizados pela linguagem jornalística, que os noticia como se fossem episódios (exemplo: ‘PIB cresce a taxa recorde’)”. (KUCINSKI, 2000, p. 21).

Antes de desenvolver sobre os processos de mediação no jornalismo econômico, é importante que se retorne a teoria geral da mídia para entender mais

claramente como este campo torna-se necessário para formação social moderna. Ultrapassar e questionar grandes problemas da sociedade antiga são atitudes bastante caras a era globalizada e interligada pelos meios de comunicação, em oposição a sociedade tradicional.

Para Giddens (1991) a sociedade pós-moderna é construída a partir de práticas sociais, de interações entre indivíduos e instituições sociais. Através dos meios, que expõem especificidades de diversos campos da tradição e do conhecimento, as convenções sociais são conscientemente criadas e renegociadas, ao invés de colocadas sob orientação autoritária e impositiva. Como aponta Giddens (1991), na “sociedade globalizante, culturalmente cosmopolita, as tradições são colocados a descoberto: é preciso oferecer-lhes razões ou justificativas” (Ibid, 1991, p. 14). Esta reflexibilidade é um conceito bastante caro a teoria trazida por Giddens, o qual a entende como contínua, na qual o indivíduo é levado a interrogar-se sobre o que está a sua volta e o que constrói a sua identidade, mais fragmentada e multifacetada.

As influências globalizadoras tendem a esvaziar os contextos locais de ação, que têm de ser reflexivamente reordenados por aqueles que foram afetados embora esses reordenamentos, por sua vez, também afetem a globalização.[...] O *self* torna-se um projeto reflexivo [...] Os indivíduos não podem se contentar com uma identidade legada, herdada ou construída em um status tradicional. (Ibid, 1996, p. 97).

Giddens (1991) especifica que para esta reflexibilidade é preciso que o indivíduo apropria-se de conhecimentos especializados, colocando-o no lugar das tradições. Uma descoberta sobre a cura do câncer, novas maneiras para economizar energia, indicações para rendimento de capital estão entre os conhecimentos que passam a ser apropriados no dia a dia dos leigos. Segundo Giddens (1991), “a informação produzida por especialistas (incluindo o conhecimento científico) não pode mais ser totalmente confinada a grupos específicos, mas passa a ser interpretada rotineiramente e a ser influenciada por indivíduos leigos no decorrer de suas ações cotidianas” (Ibid, 1996, p.15).

Camargos (2004), que estudou os fundamentos da Teoria de Expectativa Econômica relacionando-os a mídia a luz das teorias de Thompson e Giddens, conclui que os assuntos econômicos tendem sempre a se alargar na consciência

prática, corroborando com a perspectiva que define a mediação como parte essencial para apropriação de conhecimentos específicos por leigos.

Se, por um lado, atividades de rotina, como ter conta bancária, fazer aplicações financeiras, contrair empréstimos e financiamentos, etc., subentendem um domínio prático por parte dos leigos acerca dos conceitos de “capital”, “juros” e “investimentos” e outros temas, que até muito recentemente eram de interesse exclusivo de especialistas, vão se incorporando à visão cotidiana de todos (CAMARGOS, 2004, p. 49).

Rodrigues (1999) é categórico ao afirmar que o papel mais importante do campo dos media seria justamente a sua capacidade de “tematização pública e de publicização do confronto entre os discursos especializados” [...], colocando “o mundo atual perante novas lutas que se situam nas fronteiras dos domínios da experiência que escapam dos campos sociais instituídos” (RODRIGUES, 1999, p. 31).

Thompson (2013) também traz esta perspectiva em seu estudo recepção ao afirmar que, de certa maneira, durante a recepção os indivíduos tornam-se dependentes do acesso aos meios de comunicação para a formação pessoal, já que é a partir das mídias que esta construção também pode se dar além das interações estabelecidas face a face. Esta tese é reforçada quando o autor refere-se à disfunção entre o tempo e o espaço, popularmente conhecida dentro do quadro de revolução trazido pelas mídias mais tecnológicas, já que “Informações e conteúdos simbólicos podiam ser transmitidos para distâncias cada vez maiores num tempo cada vez menor” (Ibid, 2013, p. 58).

Giddens (1991) ao tratar sobre a separação entre o tempo e o espaço, afirma que este fenômeno liberta o indivíduo de estar condicionado a hábitos e práticas socializadas localmente. Ainda assim, o autor ressalta sobre como a globalização molda as experiências locais e pessoais, já que ela não se definiria como um desenvolvimento de um “sistema social”, que está fora das nossas esferas diárias. Pelo contrário, para Giddens (1991), a vida cotidiana, local, é crescentemente relacionada a eventos que acontecem globalmente, e cada vez mais mediada pelos sistemas de comunicação remotas.

Com esta amplitude de público e entendimento de que estes públicos e indivíduos vivem em contextos bastante diferentes entre si, afirma-se que as

informações, portanto, são recebidas e interpretadas sob inúmeros ângulos, sendo apropriadas pelos sujeitos da recepção.

Assim como Giddens, Thompson (2013) aponta como este processo de apropriação faz parte de um processo de formação do eu, ponto em que os indivíduos desenvolvem sentidos para sua própria história, para a história dos outros, de seu lugar no mundo e dos grupos sociais a que pertencem. Ainda segundo o autor, os meios de comunicação e informação “incluem os meios técnicos de fixação e transmissão; as habilidades, competências e formas de conhecimento empregadas na produção, transmissão e recepção da informação e do conteúdo simbólico” (THOMPSON, 2013, p. 42).

Esta dimensão simbólica de ações e poder pode provocar e gerar várias respostas entre a recepção, que deve ser vista como uma atividade construtiva da vida diária, que depende das habilidades e competências, que por sua vez são numerosas entre os indivíduos. Por isto mesmo que a teoria de Thompson associa esta recepção à hermenêutica, visto que apropriar-se da mensagem torna-a instantaneamente num conteúdo significativo próprio do indivíduo, que tece uma narrativa coerente da própria identidade a partir disto.

Rodrigues (1999) também chama atenção para o caráter simbólico do relacionamento do discurso midiático com o campo da experiência. Para o autor, algumas regras que estas mensagens apresentam em sua forma, nos domínios enunciativo e retórico, já são suficientes para mostrar esta relação. As especificidades do discurso midiático, que garantem esta função de mediação, são explicadas pelo autor a partir de dois conjuntos de características.

Relacionado com as regras de enunciação, o primeiro conjunto mostra como, ao contrário dos outros discursos, o midiático apresenta uma natureza não esotérica, sendo compreensível independente da situação interlocutiva particular. Esta característica é que assegura a relação de mediação entre os domínios da experiência e entre os campos sociais instituídos. Já o segundo conjunto, segundo Rodrigues (1999) estaria relacionado a retórica do discurso, já que, diferentemente dos outros campos sociais que procuram um êxito simbólico através de uma linguagem própria o midiático procura na “transposição conceitual e na metaforização terminológica” o exercício de sua relação de mediação com os diversos domínios da experiência.

A dimensão de que a recepção não ocorre de maneira passiva, portanto, torna-se necessária para entender a heterogeneidade das interpretações e das formações pessoais. Referindo-se a estudos feitos sobre o receptor, Thompson (2013) aponta que os processos de recepção são mais ativos e criativos do que o mito do assistente passivo. Os estudos “também mostraram como que os sentidos dos indivíduos dão aos produtos da mídia variam de acordo com a formação e as condições sociais de cada um [...] (Ibid, 2013, p. 66). Ao refletir sobre este processo que depende diretamente do contexto histórico-social dos indivíduos, Thompson (2013) retoma a teoria da formação pessoal e da autocompreensão e seu envolvimento com a mídia.

Apoderando-se das mensagens e rotineiramente incorporando-as à própria mídia, o indivíduo está implicitamente construindo uma compreensão de si mesmo, uma consciência daquilo que ele é e de onde ele está situado no tempo e no espaço. Nós estamos constantemente modelando e remodelando nossas habilidades e nosso cabedal do conhecimento, testando nossos sentimentos e gostos e expandindo os horizontes da nossa experiência (Ibid, 2013, p. 71).

Posta a importância da mediação para que o conhecimento especializado se amplie e responda às necessidades e parâmetros da sociedade atual, destaca-se como o jornalismo econômico encontra-se neste âmbito da mediação. Lage (2005) destaca a indispensabilidade de jornalistas que trabalham com as informações destes campos especializados, defendendo-os em detrimento de especialistas que vão trabalhar em redações. Entre suas defesas, o autor expõe que é função do jornalista tratar sobre os assuntos dentro dos critérios do senso comum, e que seria mais “produtivo” e “econômico” para o público leitor que o jornalista se especialize dentro de uma área. Bahia (1990) também fala sobre a especialização dentro da profissão, defendendo que é o jornalista quem deve fazer a literatura técnica do produto a ser comunicado.

Entende-se, portanto, que o jornalismo especializado tenha o papel de intermediar os conhecimentos especializados de uma maneira confiável cientificamente, também noticiosa, em que “promova um outro tipo de conhecimento que se funde geralmente na compreensão conjunta do universo científico e do senso comum” (Tavares, 2009, p. 123).

O jornalismo econômico, segundo Erbolato (1981) deve contribuir para impulsionar o progresso, fazendo análises, emitindo sugestões e esclarecendo a

realidade econômica. Além deste setor ser em si uma especialização, Kucinski (2000) chama atenção para a necessidade do jornalismo econômico ter a cobertura dividida em setores. Para ele, a “informação elaborada em conhecimento organizado, em saber” é a solução para as deficiências na cobertura jornalística, que muitas vezes é afetada pela variedade de escolas econômicas, suas tendências ideológicas e a simplificação nas matérias jornalísticas. Para o autor, devido à complexidade das esferas que envolvem área econômica, a clareza nas reportagens só é alcançada se o repórter estiver preparado para analisar os acontecimentos.

Por isso Kucinski (2000) defende a especialização de cobertura dentro do próprio campo econômico, já que na cobertura de negócios e empresas é preciso ficar mais atento aos mecanismos de concentração de capital, ou como na cobertura de políticas de governo e dos problemas macroeconômicos, na qual é essencial entender as relações entre as variáveis econômicas e suas ligações com os âmbitos político e social.

Quando o jornalista consegue deslindar esses mecanismos, ele passa a entender a mecânica do setor. Exemplo: os modelos anuais de automóveis não existem porque todo ano há uma inovação tecnológica que os justifique, mas sim porque essa foi a forma historicamente desenvolvida pelas grandes montadoras para alijar o mercado dos pequenos, impossibilitados de mudar seus estornos todos os anos. Esse conhecimento é referência básica para toda cobertura sobre a indústria automobilística. A partir dele, os fatos da reportagem ganham lógica (KUCINSKI, 2000, p. 23).

Ainda segundo o autor, a cobertura mais complicada é a do mercado financeiro. Pelo alto grau de sofisticação das operações financeiras, é exigido do jornalista que este acompanhe o ritmo de abstração e raciocínios matemáticos complexos, “que a maioria dos jornalistas não dominam” (KUCINSKI, 2000, p.23).

2.2 LINGUAGEM NO JORNALISMO ECONÔMICO

Kucinski (2000) afirma ainda que um dos principais problemas de linguagem do jornalismo econômico se deve a ele dirigir-se a pelo menos dois públicos distintos, “que se comunicam por códigos próprios” (Kucinski, 2000, p. 168). Especialistas, grandes empresários e profissionais do mercado, no primeiro grupo, estariam mais propensos a entender a reportagem econômica mesmo se o

jornalista em questão se utiliza de termos técnicos, não se preocupando em traduzir o “economês”.

Já o segundo grupo, definido entre o grande público e os pequenos empresários, sentiriam-se agredidos pelo uso desta linguagem técnica. “Os mecanismos principais não são necessariamente complexos numa primeira aproximação, mas há detalhes, às vezes importantes, de explicação difícil” (KUCISNKI, 2000, p. 168). Segundo o autor, até mesmo as fontes do mercado por vezes dificultam esta explicação, alimentando a “áurea de mistério” sobre os mecanismos financeiros.

Por isso Kucinski (2000) frisa que o referencial do jornalista econômico não deve ser a linguagem destes especialistas, mas deve ser baseada nos interesses gerais da população, gerando o intermédio, já citado neste trabalho, do conhecimento especializado e do senso comum. Isto não quer dizer que o exercício jornalístico deve abandonar o senso crítico, característico ao conhecimento especializado e científico. “O desafio do jornalista está em reportar e analisar, transmitir opiniões de economistas e governo, sem usar linguagem que as pessoas comuns não entendam, e sem violar os conceitos criados pela linguagem dos economistas” (KUCINSKI, 2000, pg. 168).

Sobre a linguagem em si, Kucinski (2000) aponta que a direção deve ser a objetividade, orientação mais ocorrente para o exercício jornalístico. O autor explica que esta objetividade não deve ser interpretada no sentido filosófico, que a compreende como um ideal de verdade, que colocaria a realidade “numa camisa de força”, mas como um princípio de adesão a honestidade intelectual e de “propósito e primazia de fatos”, que se materializa na linguagem jornalística por meio de um conjunto de atributos de fundo que seriam a pertinência, importância social do tema, hierarquização apropriada dos fatos, boa concatenação e contextualização, distinção, e se necessário, opinião aliada à informação, e atributos de estilo como clareza, simplicidade, concisão e precisão.

A compreensão sobre os acontecimentos econômicos também se faz essencial para construir uma boa linguagem jornalística da cobertura econômica. Kucinski (2000) alerta que para a ineficiência da matéria quando o jornalista não entende os termos técnicos do economista, e desta maneira os repete na matéria sem dar-se ao trabalho de explicá-los, utilizando o “economês” onde não se deve

Kucinski, (2000) quando escreveu sobre o jornalismo econômico na década de 90, mesmo assinalando que havia um predomínio do econômico sobre o político nos noticiário, descreve que o espaço dedicado à economia permanecia confinado, dificultando a formação de uma nova linguagem, “apropriada à apresentação e à análise da questão econômica para um grande público” (KUCINSKI, 2000, p. 15). Para ele, este problema era acentuado pela deficiência de matérias voltadas a macroeconomia e à economia política.

A evolução desde cenário se dá de maneira lenta na cobertura econômica. Kuntz (2016), em artigo escrito para o site Observatório da Imprensa, descreve como a cobertura envolvendo a crise político econômica no Brasil em 2016, intrinsecamente ligada com a Operação Lava Jato¹, da Polícia Federal, misturou as matérias econômicas e políticas no noticiário. O filósofo descreve como a separação das editorias, neste caso, tornou-se um mero detalhe burocrático. Ao explicar o desenrolar do caso do grampo telefônico que revelou uma conversa entre Dilma Rousseff e Lula, Kuntz (2006) descreve o noticiário que interligava claramente os acontecimentos políticos com as reações no mercado.

O dólar continuou em queda no dia seguinte e a animação persistiu no mercado de ações. Com a realização de lucros, o Ibovespa caiu 0,19%, mas permaneceu acima de 50 mil pontos. Valorizaram-se papéis de estatais, como Banco do Brasil e Petrobrás. Segundo especialistas entrevistados pela imprensa, essa valorização refletiu a expectativa de melhor administração em caso de mudança do governo. “Euforia nos mercados” foi o título principal do caderno de Economia do *Globo*, na edição de sexta-feira (18/3). Acima do título estava o chapéu “Lava Jato no Planalto”. A manchete de Economia do *Estadão* foi mais longa e muito clara: “Crise política leva Bovespa a subir 6,6%, a maior alta diária desde 2009”. (KUNTZ, R. Lava Jato borrou as fronteiras do noticiário econômico e do político. *Observatório da Imprensa*. <<http://observatoriodaimprensa.com.br/monitordeimprensa/lavajatoborrou-as-fronteirasdonoticiarioeconomicoedopolitico/>> 16/062016).

São as crises político-econômicas que normalmente entrelaçam a cobertura destas duas áreas. A primeira grande crise enfrentada pelo Brasil em regime democrático remonta aos grandes índices de inflação do final do século 20.

2.3 INFLAÇÃO, COMBATE E RELAÇÃO COM A IMPRENSA

¹ Deflagrada em março de 2014, a Operação Lava Jato é realizada pela Polícia Federal brasileira para investigação dos crimes de lavagem de dinheiro e repasse de propinas.

Um dos episódios econômicos mais importantes do Brasil após o regime militar foi a implantação do Plano Real. Ele foi instituído durante uma fase de extrema importância para a consolidação da democracia. Sua execução acontecia dois anos após a destituição do presidente Fernando Collor, e nove anos depois da nomeação do primeiro presidente da república eleito democraticamente em 24 anos. Além disso, o Plano Real era uma das primeiras grandes transformações econômicas significativas após o fim do regime militar. Todas estas características têm extrema importância na relação do plano com a imprensa brasileira.

A economia brasileira no século 20 é predominantemente marcada pelas altas taxas de inflação, que subiram exponencialmente, com raros casos de retração, até o ano de 1994, quando o Plano Real foi implementado. Vários fatores influenciaram este estado de descontrole sobre a alta do preço médio dos produtos, no entanto, um deles ganha destaque na literatura da economia brasileira sobre este período. Em meados da década de 60, quando as autoridades percebem a constante alta da inflação, e a conseqüente insegurança gerada no mercado financeiro, entra em cena o mecanismo de correção monetária, na forma de indexação formal. (GUEDES FILHO, 2007).

A medida tornou possível a sobrevivência do mercado financeiro mesmo com a inflação elevada, pois permitia a existência de contratos a longo prazo, até então ameaçados pelo descontrole inflacionário. Os preços, por via da indexação disseminada, eram em proporção cada vez maior corrigidos pela inflação passada, gerando nova inflação, que iria corrigir os preços novamente no futuro e assim por diante, dando origem ao que foi denominada de inflação inercial (GUEDES FILHO, 2007, pg. 1). A medida, portanto, serviu como suporte para que o mercado conseguisse sobreviver a inflação, e não exterminá-la.

Considerada uma saída relativamente fácil, passou a ser estimulada no Brasil a prática da correção monetária. Uma grande quantidade de valores na economia passou a ser indexada, instituindo a inflação inercial. Não havia perspectiva em tentar baixar os índices inflacionários. A preocupação em corrigir a alta de preços só veio quando estes índices tornaram-se insustentáveis para a economia brasileira. A partir da segunda metade da década de 80, a economia sofre com altíssimas e crescentes taxas de inflação. Foi quando lançaram os primeiros diagnósticos mostrando que a inflação tinha como um de seus principais componentes as causas inerciais. Neste momento começaram a nascer estratégias

e teorias de combate à inflação que traziam o rompimento completo com as práticas de indexação. A primeira ação conforme esta análise entrou em prática através do Plano Cruzado em 1986, que tinha entre suas principais características a desindexação, com supressão ou alteração súbita das regras de correção monetária vigentes, e o congelamento de preços. Após o Cruzado, seguiram-se o Plano Bresser em junho de 1987, o Plano Verão em janeiro de 1989, o Plano Collor I em abril de 1990 e o Plano Collor II em fevereiro de 1991. A efetiva estabilização da moeda seria obtida somente após junho de 1994, quando o Plano Real implementou, entre outras medidas, a gradual de desindexação sem congelamento de preços.

O Plano Real não aconteceu em uma só etapa. Ele começa a ser executado cerca de um ano antes da mudança oficial da moeda, quando a inflação chegou a bater 2700%. Ocupava a presidência da República Itamar Franco, com Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda. A primeira etapa foi configurada pelo ajuste das contas públicas por meio de um corte no Orçamento. Em agosto de 1993, FHC comunicou o corte de três zeros na moeda vigente, o cruzeiro (Cr\$), e anunciou o lançamento do cruzeiro real (CR\$ 1 = Cr\$ 1.000). A segunda foi a implantação provisória da Unidade Real de Valor (URV), que ficou em vigor de março a julho de 1994, usada para converter os valores das mercadorias. A terceira e última etapa se dá a partir de 1º de julho de 1994, com um novo ministro da fazenda, Rubens Ricuperro. A URV foi substituída pelo real, e para controlar a inflação, o governo passou a ter como instrumentos os juros altos e o dólar barato, com câmbio praticamente fixo.

A relação da imprensa com este episódio bastante característica. Enquanto o debate teórico sobre a questão econômica acontecia nos bastidores do poder, no período pós-Collor existia um esgotamento por parte da sociedade brasileira com as experiências de choque heterodoxo (PRADO, 2005, p. 43), afinal, era o oitavo pacote econômico após a redemocratização.

Para a mídia, o próprio tratamento sobre o tema já era um desafio. O governo investiu fortemente na equipe de comunicação, para fazer com que a população aceitasse e entendesse o plano, mas a mesma equipe tinha problemas com os jornais brasileiros. Acreditava-se que a mídia desgastava e deturpava, e que os jornalistas eram incapazes de entender as technicalidades envolvidas nas questões econômicas (PRADO, 2005, p. 231, 232 e 238).

Esta cobertura marcou o início de uma longa relação do noticiário econômico com a inflação, a qual se estende até hoje na cobertura, oscilando de diversas maneiras. O aparecimento do jornalismo econômico, antes do “milagre econômico”, durante e após é um dos assuntos tratados no próximo capítulo deste trabalho.

3 O JORNALISMO ECONÔMICO

3.1 A HISTÓRIA DO JORNALISMO ECONÔMICO NO BRASIL

No livro *Descobrimos a Notícia: Uma história social dos jornais dos Estados Unidos*, Michael Schudson (2010) traz uma tônica que pode ser aplicada não só ao nascimento e desenvolvimento do jornalismo norte-americano, mas também a prática ao menos no ocidente. O que o autor descreve é que os jornais surgem como meios bastante simples, interessados na passagem de informações quando o comércio começa a se interligar territorialmente. Ou seja, sem determinar sua essência, como defende Genro Filho (1987), a economia está intrinsecamente ligada à formação dos meios de comunicação.

Segundo Caldas (2003) não há como definir uma data para surgimento do jornalismo econômico no Brasil. “O jornalismo econômico tem a mesma idade da imprensa. Não há registro de um jornal sem notícias de fatos econômicos” (CALDAS, 2003, p. 5). Sobre o surgimento deste segmento, a autora ainda frisa que o jornalismo econômico não nasceu com a ditadura militar de 1964, embora seja neste período que ele realmente ganhe maior prestígio e organização.

Caldas (2003) pontua que no final do século XIX e início do século XX, os jornais brasileiros já traziam colunas fixas e diárias com temas exclusivamente econômicos. Na década de 20, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicava uma coluna diária com o título ‘Magnos problemas econômicos’, escrita por Cincinato Braga, político que presidiu o Banco do Brasil durante o governo de Artur Bernardes. Por volta dos anos 30, Austregésilo de Athayde, ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, manteve uma coluna em *O Jornal* com comentários sobre o mercado de café, grande protagonista da economia nacional à época.

“E nos primeiros anos do século XX os jornais passaram a publicar (o que fazem até hoje) sessões de mercados, em página inteira, com informações sobre cotação de abertura e fechamento dos mercados dos principais produtos agrícolas, do ouro e da prata, por exemplo”. (CALDAS, 2003, p. 5)

Quando Getúlio Vargas assume em 1943, colocando em cena o Estado Novo, a economia brasileira recebeu um impulso através da inauguração da Cia. Siderúrgica Nacional (CNS), em Volta Redonda. Mas a presidência de Vargas

também trouxe a censura para a realidade das redações. Como explica Caldas (2003), o Estado de S. Paulo nem sempre se submetia a censura e por isso teve decretada pelo governo federal a sua intervenção, que durou cinco anos. Dois anos depois, quando Júlio Mesquita Filho recuperou o controle administrativo do jornal, contratou da Europa Giles Lapouge, escritor e jornalista francês, Frederico Heller, jornalista brasileiro, e depois Roberto Appy, que se tornou um dos pioneiros do jornalismo econômico do Brasil, para comentarem economia no jornal.

Mesmo ainda sem organização editorial, as notícias econômicas prosperam ainda mais no segundo governo Vargas, na década de 50, quando foram criadas as estatais Vale do Rio Doce e a Petrobras. Foi mesmo sob as amarras e censuras da Ditadura Militar de 1964 que o jornalismo econômico passa a estruturar-se da maneira que o conhecemos hoje. A partir do AI-5 a vigilância do governo sob as redações jornalísticas fica mais forte. Segundo Caldas (2003). Os agentes da censura ligavam para as redações de jornais, revistas rádios e tevês entre 18h e 19h.

A secretária do editor chefe atendia e escrevia exatamente o que lhe era ditado pelo agente. Assim, as páginas de política emagreciam na mesma proporção em que as de economia engordavam, indiretamente incentivadas pelos generais, ávidos por divulgar feitos do 'milagre econômico'. (CALDAS, 2003, p.6)

Kucinski (2000) explica que o jornalismo de serviços, ao mesmo tempo didático e voltado a cidadania econômica, tem uma benéfica expansão a partir dos anos 70, quando a teoria do 'milagre econômico' ganha mais força. "A inflação aumenta o jornalismo de serviços, voltado aos problemas econômicos e financeiros de seus leitores de classe média, tais como prestações de casa própria, impostos e taxas escolares, custo de vida e defesa do consumidor". (KUCINSKI, 2000, p. 16). Caldas (2003) também comenta esta especialização do jornalismo econômico voltada a economia popular. Os órgãos encarregados de fiscalização e reajuste de preços tinham cobertura diária na mídia. "Foi uma experiência positiva, que estimulou donas de casa a praticar o hábito saudável de ler o jornal, informar-se sobre o aumento do preço do pão e da carne" (CALDAS, 2003, p. 9).

Pesquisas por amostragem demonstram que, entre 1968 e 1988, o espaço dedicado à economia pelos três principais jornais de São Paulo cresceu continuamente de 1,5 páginas diárias em média para 6,5 páginas, às custas das demais áreas editoriais. Um quinto das manchetes foi dedicado à Economia e os nomes dos ministros da referida área tornaram-se

mais populares e mais citados que os dos presidentes. (KUCINSKI, 2000, p. 16).

Caldas (2003) chama atenção para as manobras feitas na época para manipular o índice oficial da inflação. Segundo ela, mais ao fim do regime militar, a imprensa já sabia que os índices de inflação eram falsos, uma vez que a pesquisa de preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV) coloca nos índices oficiais os valores estabelecidos por um congelamento decretado por Delfim Netto, Ministro da Fazenda de 67 a 74, durante o governo do Médici. “Os produtos eram tabelados por um valor fixo, as lojas exibiam o preço oficial na parede, mas o vendiam pelo triplo dele”. (CALDAS, 2003, p. 8).

Voltando ao fortalecimento do jornalismo econômico durante a ditadura, Caldas (2003) explica que foi a partir da década de 60 que os jornais passaram a organizar suas editorias de economia, selecionando os profissionais de destaque no ramo. Bem pagos, os jornalistas econômicos, devido a grande demanda de cobertura, eram segmentados por setores econômicos específicos.

A autora explica que foi assim que surgiu a especialização, com repórteres cobrindo exclusivamente setores como da Petrobras, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES), a Bolsa de Valores, o Banco Central, o Ministério da Fazenda, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indústria naval, o comércio exterior e a economia do café. “A especialização crescente teve o mérito de preparar e qualificar os jornalistas, que passaram a conhecer e entender melhor os mecanismos internos dos diversos setores econômicos”. (CALDAS, 2003, p. 8).

Esta diferenciação, segundo a autora, surgia até mesmo na maneira de se vestir dos repórteres de economia, e nos salários. “Alguns se comportavam de forma prepotente, empinando o nariz para os colegas de outras editorias, com pose de elite, julgando-se uma suposta “nata intelectual do jornalismo”” (Ibid, 2003, p. 14), descreve Caldas.

É também na ditadura militar de 64 que surgem os jornais e revistas especializados em economia. Na década de 60, a editora Abril criou as chamadas revistas técnicas, segmentadas por setores da economia e dirigidas às empresas e ao mundo dos negócios. Hoje a principal revista de economia e negócios do país, a Exame nasceu como um encarte simples destas novas publicações.

Com o fim da ditadura militar, a imprensa precisou atender às novas demandas e exigências do público leitor, que passou a esperar uma imprensa mais combativa e transparente. De acordo com Caldas (2003) foi preciso aprender a agir na transição do regime fechado para a democracia e a liberdade de imprensa.

Desse modo, abriu-se espaço para a discussão de ideias em todas as editoriais, inclusive a econômica. Em função disto, neste período começam a aparecer nos grandes jornais a editoria de opinião.

Lene (2004) aponta que, nos anos 90, o jornalismo econômico teve grande importância na campanha neoliberal pelo desmonte do Estado social-democrata. O modelo atual de Jornalismo Econômico no Brasil, para Kucinski (2000) é um instrumento do neoliberalismo, fato que se fortaleceu após 1985. “O Jornalismo econômico da era liberal caracterizou-se por um discurso agressivo porque sua primeira tarefa era a de desconstruir o modelo vigente e o paradigma desenvolvimentista” (KUCINSKI, 2000, p.131).

Do jornalista econômico, Nassif (2003) faz uma observação sobre seu status, visto sob grande glamour na época do “milagre econômico”, postura que consegue se estender durante a discussão do planos de combate à inflação, mas que acaba perdendo força após metade da década de 90.

Nos anos 1980, por conta dos pacotes econômicos, ganhou uma aura, aí que os jornalistas de economia dariam dicas para você enriquecer, aquele negócio todo, numa mitificação fantástica. Eu diria que, até o Plano Real, o jornalista de economia tinha um peso desproporcional à sua importância porque era visto como milagroso. O cara, quando era jornalista de economia, tinha uma diferença grande com relação aos demais jornalistas perante o público comum. E, como se tinha muita instabilidade econômica, e todo mundo estava meio perdido, então aquele que apontava caminho era visto como milagroso. De 1994 em diante, reduziu-se essa aura do jornalismo econômico (NASSIF, 2003).

Neste sentido, percebe-se que o jornalismo econômico ganha um certo brilhantismo em épocas de grandes mudanças econômicas, e que participa, portanto, de um ciclo de valorização e desvalorização do discurso econômico entre a sociedade.

3.2 JORNALISMO COMO CONHECIMENTO, O CAMPO DOS MEDIA, E A FORMAÇÃO JORNALÍSTICA

Neste subcapítulo, primeiramente, a revisão bibliográfica dedica-se a refletir a autonomia que o jornalismo econômico adquire com o passar de sua experiência, baseando-se primordialmente em teorias que demonstraram a consolidação das mídias como tendo seu próprio campo na modernidade, desligando-se dos padrões valorativos tradicionais sobre a ciência e a produção de conhecimento. Explora, portanto, a importância e a legitimidade do jornalismo econômico como área que se apropria do conhecimento de outras áreas específicas e constrói os domínios de sua própria experiência pragmática.

É importante, antes de adentrar-se sobre estas discussões, deixar os termos que trataremos durante o capítulo mais claros. Rodrigues (1999) é o autor que centra suas reflexões em torno do campo social e, conseqüentemente, do campo dos media. Campo social, para Bourdieu (1993), é um espaço simbólico onde se encontra um rede de relações que abrigam objetos de disputa, na qual seus integrantes jogam sob habitus que implicam no conhecimento e reconhecimento das regras do jogo.

Para Rodrigues (1999), a experiência moderna acontece a partir da instituição de um campo dotado de legitimidade para superintender à experiência de mediação, instituição que ele dá o nome de campo dos media. Neste capítulo, entender o jornalismo como forma de conhecimento, discussão mais direcionada para os trabalhos de Meditsch (1997), acaba por se conectar extremamente bem com a teoria trazida por Rodrigues.

Isto porque assim como Meditsch (1997) explica que o jornalismo não é uma ciência, mas produz conhecimento, Rodrigues consegue desvendar o campo dos media através do processo de autonomização do domínio da experiência. Para ele, o saber moderno visa a explicação dos fenômenos, a formulação das regras do seu funcionamento e a compreensão da sua organização, em vez das explicações herdadas da tradição. “O resultado é, como vimos, o aparecimento da figura do especialista que substitui a do sábio” (RODRIGUES, 1999, p. 16).

Na divisão seguinte, sobre a formação no jornalismo, o objetivo é breve em explanar alguns dos diagnósticos feitos por Meditsch (2007), que conversam com as questões levantadas sobre o campo dos media e a produção de conhecimento. O subcapítulo busca, portanto, inserir a discussão da formação acadêmica como um ponto de discussão importante para quem cobre a área de jornalismo econômico.

Esta reflexão, no entanto, é aprofundada no capítulo quatro deste trabalho, seguindo para a aplicação da pesquisa realizada.

3.2.1 A autonomia do campo e a produção de saber

Como observado através do breve histórico sobre o jornalismo econômico do Brasil, o campo midiático formula-se de acordo com as experiências vivenciadas pelo círculo de pessoas que estão dentro da área e pelos contextos que moldam as relações e construções destas experiências. Rodrigues (1999), ao falar sobre a autonomização do campo dos media entra mais a fundo nas questões da teoria da experiência e consegue formular um panorama eficiente da especialização e autonomização. Ressalta-se que se usam as bases de referência e definição de Rodrigues sobre o campo dos media para fazer um reflexão sobre o jornalismo e o jornalismo econômico. Sabe-se que o jornalismo e o campo dos media são conceitos diferentes, mas entende-se, também a partir de outros autores, que o primeiro está incluso no segundo.

O campo dos media é um expressão que tenta dar conta da instituição de mediação que se instaura na modernidade. São vários processos que o compõem, que se responsabilizam por articular as áreas de saber. Podemos entender o jornalismo como um dos responsáveis pela centralização do discurso na estruturação do tecido social a que o campo dos media se propõe a fazer. Dito isto, parte-se para a reflexão do que estas responsabilidades significam para os outros campos, o jornalismo e sua afirmação como campo de conhecimento.

Caldas (2003), ao falar sobre a especialização do jornalista de economia, cita que para uma matéria ser bem apurada é preciso que o repórter conheça assunto de que está tratando. A especialização facilita esse aprendizado e a conquista de fontes de informação. A autora liga a apropriação, autonomia e sucesso do repórter de economia a sua experiência vivida na área. Para Rodrigues (1999), a experiência compreende um “conjunto de saberes formados de crenças firmes, fundamentadas no hábito, ao contrário do saber científico que é fundamentado numa indagação racional metodicamente conduzida” (RODRIGUES, 1999, p. 3).

Segundo o autor, a experiência equivale-se ao que Pierre Bourdieu (1992) chamou de *habitus*, que seriam sistemas de disposição duráveis e transponíveis, estruturas que organizam a prática.

A definição de Rodrigues (1999) sobre o sistema de expectativas também se aplica ao conhecimento apropriado do campo econômico pelos jornalistas. Segundo o autor, é com base neste sistema que regulamos nossa vida de acordo com aquilo que consideramos razoável e adequado ao comportamento alheio.

Para o autor a modernidade desencadeia um processo de progressiva autonomização dos diferentes campos sociais, no qual contribuem fatores históricos para fundamentar racionalmente a experiência, como se observa no desenvolvimento do jornalismo econômico. Ao apropriar-se do conhecimento produzidos pelos especialistas, o jornalista encaixa-se na definição trazida por Rodrigues (1999), que afirma que o saber moderno visa a explicação dos fenômenos e a compreensão da sua organização sem se preocupar com as explicações herdadas da tradição. “O resultado é o aparecimento da figura do especialista que substitui a do sábio”. (RODRIGUES, 1999, p.16).

Distinguindo da modalidade tradicional da experiência, Rodrigues (1999) afirma que a modalidade moderna se fundamenta na distinção entre a função discursiva, ligada ao conhecimento formalizado, e a função pragmática, que equivale à técnica de um determinado campo social.

Veras Júnior (2005) afirma que o conhecimento está ligado ao tratamento das informações recebidas por um indivíduo por meio de sua cognição e realidade.

[...] o conhecimento é um processo que prevê a condição de reelaborar o que vem como um dado, possibilitando que não sejamos meros reprodutores; incluindo a capacidade de novas elaborações. O conhecimento prevê a construção de uma visão que totaliza os fatos, interrelacionando todas as esferas da sociedade, percebendo a interação que existe entre elas. (VERAS JÚNIOR, 2005, p.56).

A legitimidade de um campo social, segundo Rodrigues (1999), através de um hábito adquirido, habilita os seus detentores para o exercício competente da profissão. O autor afirma que a instituição de um campo legitimado e autonomizado é precedido pela experiência moderna, e que o campo dotado de legitimidade para superintender à experiência de mediação recebe o nome de campos dos media.

Reforçando a interpretação de Veras Júnior sobre a apropriação dos fatos pelo jornalismo, formando um conhecimento sobre a prática dentro da imprensa, Rodrigues (1999) explica que é da natureza tensional entre os diferentes campos sociais que surge a autonomização do campo dos media. Para o autor, a consolidação desta autonomia está ligada a colisão entre os domínios científico e técnico da modernidade, quando a mídia se apropria de questões de outras áreas, cria e amplifica suas respectivas problematizações.

Mobiliza, por um lado, os indivíduos e o conjunto da sociedade em torno de valores comuns, contrariando a tendência fragmentadora da modernidade que a autonomização dos campos sociais implica. O campo dos media é, deste ponto, um aliado poderoso da pretensão mobilizadora dos outros campos sociais. (Rodrigues, 1999, p. 25).

Meditich (1997), ao explanar as abordagens do jornalismo enquanto conhecimento, traz a idéia de que o jornalismo não apenas estaria reproduzindo o conhecimento que ele próprio produz, mas fazendo isto com o conhecimento de outras instituições. Esta abordagem, que entende que o jornalismo “não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência, mas somente revelando de maneira diferente” (ibid, 1997, p. 3), introduz a hipótese de que a reprodução de conhecimento realizada é muito mais complexa de que sua simples transmissão, perspectiva que ajudaria a entender-se melhor o papel do jornalismo no processo de cognição social.

A atividade, a partir deste entendimento, não é simples. Basile (2011), ao citar os desafios do jornalista econômico, fala sobre a dificuldade do profissional em reproduzir com integridade as publicações econômicas. Para ele, o olhar criativo sobre os problemas, a curiosidade do repórter, e o total compromisso com os valores éticos teriam que estar sempre ao lado da apuração, orientando a um jornalismo responsável, que o autor coloca como “investigações bem construídas que devem, invariavelmente, conduzir à melhora da sociedade (...)”. (BASILE, 2011, p. 20).

Tambosi (2005) também trabalha a definição de conhecimento para o campo midiático, o legitimando a partir de suas características específicas. “Quando se afirmar que buscamos conhecimento nas várias ciências, é justamente ao conhecimento proporcional que nos referimos, e é neste campo que deve se situar o jornalismo caso pretenda ser uma forma de conhecimento”. (TAMBOSI, 2005, p.33).

Para Genro Filho (1987), o jornalismo como gênero de conhecimento parece diferente porque na sua forma de produção, a imediaticidade do real é um ponto de chegada, e não o de partida, como é nas formas de produção de conhecimento tradicionais. A questão, de que o jornalismo opera no campo lógico da realidade, Meditsch (1997) afirma que assegura um modo de conhecimento do jornalismo tanto a sua fragilidade quanto a sua força enquanto argumentação. “Em consequência, o conhecimento do jornalismo será forçosamente menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal mas, em compensação, será também menos artificial e esotérico” (Ibid, 1997, p. 7).

Para definir o conhecimento produzido pelo jornalismo, Genro Filho (1987) se refere às categorias do universal, particular e singular.

O critério jornalístico de uma informação está indissoluvelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineados ou insinuados pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do Jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo (GENRO FILHO, 1987, p. 163).

Ao contextualizar a autonomização do campo dos media, Rodrigues (1999) ainda se refere ao paradigma cibernético, atribuindo a ele a definição de “novo paradigma científico, da modernidade tardia, que autonomiza efetivamente os dispositivos de mediação, ao conferir-lhes o estatuto de objeto de questionamento científico” (RODRIGUES, 1999, p. 25). Segundo o autor, é na segunda metade do século XX que o campo dos media emerge, consolidando-se a partir dos anos 80.

Rodrigues (1999) chama atenção também as funções do campo midiático, não restringindo sua existência a expressar valores e regras de comportamento que cria e impõe. Para o autor, o campo assume uma função eminentemente pragmática, na medida em que sua prática dominante consiste num conjunto de atos da linguagem. “Equivale, por isso, a um fazer, a uma intervenção dotada de efeitos que se repercutem sobre o conjunto dos outros domínios da experiência e sobre os campos sociais que exercem sobre eles o seu domínio competente”. (RODRIGUES, 1999, p. 26).

É justamente citando isto, que Rodrigues (1999) entra numa questão bastante cara a este trabalho de pesquisa, que é da interferência no real trazida através da produção e divulgação jornalística. O autor explica que entre as funções pragmáticas citadas acima estaria o “efeito de realidade”. “O efeito de realidade decorre de simulação ou a performatividade dos dispositivos midiáticos, a sua capacidade para antecipar, modelar e substituir o real”. (RODRIGUES, 1999, p. 27).

Meditich (2007) também toca neste ponto ao comentar que o estudo do discurso, principalmente aquele feito por Bakhtin (1929), demonstra que todo enunciado que se refere à realidade, ao refleti-la de certa maneira, também necessariamente a refrata de certa maneira. Esta função será melhor explanada e revisada no capítulo 4 do trabalho de pesquisa.

Rodrigues (1999) reforça que a apropriação da mídia sobre o conhecimento de outros campos sociais confere a ela uma legitimidade de natureza delegada ou vicária. “É por isso que o campo dos media, ao mesmo tempo, constitui e é constituído pelo público, instância que é contemporânea da sua própria formação.

É por isso que, à medida que o campo dos media se autonomiza, cada um dos outros campos tende a profissionalizar um campo próprio encarregado sobretudo de redigir releases ou comunicados destinados ao público. Assistimos assim ao aparecimento de gabinetes de imprensa, de serviços de relações públicas, de profissionais em marketing, que se encarregam desta função de publicidade. (RODRIGUES, 1999, p. 27).

O conceito de Rodrigues aplica-se facilmente a diversos campos da cobertura jornalística, mas como esta pesquisa dedica-se a área econômica, destaca-se aqui que tanto empresas públicas, privadas, os níveis de administração municipal, estadual e nacional, as organizações e associações de comércio, empresas que produzem e pesquisam índices econômicos, a maioria está preocupada com a produção de conteúdo que chega aos jornalistas econômicos das grandes redações brasileiras.

Voltando às definições de autonomização do campo dos media, Rodrigues (1999) ressalta que por se tratar de um campo destinado a assegurar mediação entre diferentes campos sociais, o midiático tem uma “natureza informal da simbólica”, que seria um fato importante de equívocos das relações entre membros do corpo sociais dos media e membros dos corpos sociais de campos que possuem simbólicas formais.

Com isso, Rodrigues traz a questão de como pode ser difícil que outros campos reconheçam o midiático como tal, ao passo que mesmo precisando dele, armam-se por este “preconceito” para com a produção do campo dos media, enxergando-o como inferior por não estar embasado nos valores tradicionais e formais de campos específicos, “acusando-o de atraiçoar os seus valores e de não respeitar a autenticidade e o rigor dos seus discursos especializados” (Ibid, 1997, p. 31).

Desta maneira, a questão do diploma universitário dos que estão envolvidos no campo dos media também é trazido à tona por Rodrigues. Ele reconhece que a autonomização e institucionalização dos campos sociais contribuiu de maneira decisiva para o aparecimento de novos processos de acreditação do saber, referindo-se ainda aos campos que romperam com a legitimidade da experiência tradicional, herdeira da sabedoria ancestral, através dos cursos de profissionalização, os quais requerem o diploma. No campo dos media, até acaba sendo diferente. Mais uma barreira é rompida.

“Sendo o domínio próprio da sua competência legítima o da mediação dos diferentes domínios da experiência e dos restantes campos sociais, tende a postular a exigência de um saber interdisciplinar e a promover a ruptura em relação à natureza disciplinar que caracteriza a ciência moderna”. (RODRIGUES, 1999, p. 29).

Meditich (1997) também entra nos problemas envolvidos na perspectiva em que o jornalismo produz e reproduz conhecimento, porque mesmo sendo uma atividade válida e útil para as sociedades e indivíduos, o “conhecimento por ele produzido tem os seus próprios limites lógicos e, quando observado na prática, apresentam também uma série de problemas estruturais” (Ibid, 1997, p. 10).

Segundo Meditsch (1997), a falta de transparência dos condicionantes da produção do jornalismo – as condições de estrutura, rotina, condições técnicas, econômicas e o jogo de poder e conflitos de interesse que estão vinculados a profissão – é um dos problemas do jornalismo como modo de conhecimento. “A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la” (Ibid, 1997, p. 10).

Como explica Rodrigues (1999), devido a isto, o campo dos media tende a ser considerado com desconfiança por parte dos corpos dos outros campos sociais especializados, que o acusam de atraiçoar a especificidade do seu saber sempre que os publicitam. Esta realidade mostrada pelo autor pode ser encontrada refletida até mesmo num trabalho que estuda as relações entre a mídia e a área de economia.

Em um artigo produzido no Pós-doutorado do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o economista João Migliori Netto reconhece o jornalismo econômico como o principal meio de amplificação e divulgação dos conhecimentos produzidos pela área da economia. No entanto, ele enxerga este processo com grande desconfiança, acreditando ainda que as fontes econômicas oficiais seriam melhores meios para a população informar-se sobre os acontecimentos econômicos, ignorando o papel importante e democrático do jornalismo, que se preocupa em traduzir o “economês”.

A mídia, dessa forma, apropria-se das informações ou, o que é ainda mais significativo, cria, e as analisa segundo sua orientação ideológica, para em seguida as divulgar, influenciando nas expectativas dos agentes econômicos de forma diretamente, proporcional ao grau de (des)informação dos mesmos. Vê-se, portanto, que o público, em geral, informa-se de maneira indireta (mídia) e não, o que seria o ideal, por meio das fontes de informações diretas (oficiais). Esse procedimento tende a inculcar nos “informados”, a versão veiculada através das análises econômicas efetuadas pelos meios de comunicação, em outras palavras, influir nas expectativas, podendo alterar o comportamento das variáveis econômicas futuras (MIGLIORI, 2015, p. 31).

Meditich (1997) já enxerga que o jornalismo não pode ser considerado uma “ciência mal feita”, simplesmente porque não é uma ciência e nem pode aspirar a ser tal. “Para ele, o Jornalismo como forma de conhecimento é capaz de revelar aspectos da realidade que escapam à metodologia das ciências.

Rodrigues (1999) conclui, portanto, que o campo dos media desempenha funções predominantemente simbólicas, “assegura, ao mesmo tempo, o funcionamento dos dispositivos de representação e reflete, como num espelho, os diferentes domínios da experiência. (Rodrigues, 1999, p. 29).

Esta reflexão e reconhecimento também são importantes para Meditsch (1997) na busca em tentar compreender melhor o jornalismo como modo de conhecimento, porque o autor aponta justamente para a investigação de como o

jornalismo revelaria aspectos da realidade que “não são alcançados por outros modos de conhecer mais prestigiados em nossa cultura” (MEDITSCH, 1997, p. 6).

Ainda sobre a reversão desta visão negativista do jornalismo, pode-se ainda citar o autor quando ele diz que passar a considerar o jornalismo como produção de conhecimento é dar passos no sentido de “aumentar a exigência sobre os seus conteúdos (...) conhecimento implica em aperfeiçoamento”, o que abre as portas para aumentar a exigência sobre a formação profissional dos jornalistas, “que deixam de ser meros comunicadores para se transformarem em produtores e reprodutores de conhecimento” (Ibid, 1997, p. 12).

A partir desta revisão bibliográfica sobre o processo de autonomização da mídia e jornalismo como produtor de conhecimento, entende-se que o jornalismo econômico age a partir dos propósitos legitimadores do campo dos media ao mediar os conhecimentos da área econômica, produzindo uma nova forma de conhecimento, a fim de o leitor entenda as várias definições técnicas intrínsecas ao campo da economia, possibilitando, através de sua própria linguagens, novas formas de reconhecimento sobre o mundo.

Mesmo com a resistência exibida por economistas sobre a mediação jornalística e apropriação de seus conhecimentos produzidos, deve-se entender que da esfera econômica é primordial que a sociedade civil tenha acesso através dos meios de comunicação. A legitimidade e autonomização desta especialização se dão justamente por esta singularidade e particularidade do jornalismo econômico.

3.2.2 FORMAÇÃO NO JORNALISMO

Já numa questão mais direta sobre a importância do jornalista, Meditsch (2007) destaca a relevância intelectual e social deste profissional no momento da atualidade em que a gestão de informações é tão necessária para a sociedade, a economia e as organizações (FORESIGHT, 2006 apud MEDITSCH, 2007). Para ele, a profissão de jornalista conseguiu desenvolver diversas habilidades,

(...) métodos, técnicas e deontologia amadurecidas para a apuração, seleção, checagem, processamento, apresentação e compartilhamento da informação. Um ofício que domina a competência (entendida aqui como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes) para a ‘cognição situada’, sob pressão do tempo e do espaço, um treinamento cada vez mais

valorizado quando a informação requerida para a tomada de decisões trafega em velocidade próxima à da luz (MEDITSCH, 2007, p. 42).

No entanto, esta perspectiva, segundo o autor, contrasta com a realidade de fragilidade em que está o jornalismo, expressa na baixa remuneração e na dificuldade de seu reconhecimento entre as profissões regulamentadas e auto-reguladas (MEDITSCH, 2007). A preocupação do autor volta-se a como as escolas de jornalismo têm se portado frente a este problema, e mais, como a formação oferecida contribui também para as deficiências da profissão, apontando o “divórcio” entre o meio acadêmico e o profissional como um dos desafios.

Como referência, o autor cita o professor John Maxwell Hamilton, da Louisiana State University, que afirmou, durante um simpósio promovido pela revista *Journalism and Mass Communication Educator*, em 2001, que o custo das oportunidades perdidas por este divórcio estava ficando intolerável.

A universidade se isolou da realidade graças a um sistema de auto-validação, e defende ciumentamente esta autonomia. Diferente das ciências humanas, a missão das escolas de jornalismo é formar práticos; embora persigam o prestígio de outras disciplinas, as faculdades de comunicação não competem na criação de teorias próprias, só na aplicação. (...) os problemas estão aí para aplicação: tecnologia, financiamento, livre informação; a indústria tem necessidade de pesquisa, e se as faculdades de jornalismo não a fizerem, outros setores acadêmicos vão tomar este espaço. (COHEN ET AL, 2001, p. 16-19 apud MEDITSCH, 2007, p. 44).

Como uma das causas deste problema, Meditsch (2007) aponta à tomada do espaço do jornalismo pela ciência da Comunicação. No Brasil, o autor explica que o processo ocorre a partir do Ciespal, o qual inclui o jornalismo da área de Comunicação. A consequência, segundo ele, é este deslocamento da teoria com a prática, e da graduação em relação a pós-graduação, que reflete ausência de áreas de concentração e linhas de pesquisa em jornalismo.

Importante acrescentar, no entanto, que recentemente o Ministério da Educação (MEC) divulgou novas diretrizes para os cursos inclusos na Comunicação Social, que apontam justamente para esta separação, resolução que garante mais destaque para a formação em Jornalismo, em detrimento do bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Outro problema registrado por Meditsch (2007) é aplicação dos métodos de pesquisa. Para ele, ao invés de partir dos problemas da prática para buscar respostas na teoria e devolver soluções à prática, a pesquisa em Jornalismo parte

muito da teoria, faz pouca aplicação empírica e acaba voltando à teoria. Isto, para o autor, produz resultados de pesquisa irrelevantes para os problemas concretos da área. “A consequência é a negação da realidade e, como parte dela, a negação do jornalismo (MEDITSCH, 2003).

Meditsch (2007) sugere algumas mudanças para estes dilemas do ensino do jornalismo. A formação profissional, para ele, deveria consolidar as competências específicas, ao invés de tentar formar uma “jornalista ‘polivalente’ (ou ‘comunicador’)”, que tentaria seguir a lógica esperada de pode assumir qualquer profissão somente tendo feito a graduação. O autor afirma que este tipo de profissional acaba enfrentando problemas de preparação quando chega a uma redação. Dando continuidade a este raciocínio, o autor afirma que uma formação específica mais densa pode gerar uma adaptação do jornalista diante das transformações do futuro.

Segundo ele, quem domina certas competências, colocadas como conhecimentos, habilidades e atitudes, é “porque aprendeu a aprendê-las, e aprenderá outras, ainda que totalmente novas, com mais facilidade do que outro que tentou abarcar tudo e não se aprofundou em nada” (MEDITSCH, 2007, p. 57). Para aplicar esta perspectiva, o autor frisa a necessidade de projetos pedagógicos que distinguem a profissão, com suas funções exclusivas, das eventuais ocupações que podem ser compartilhadas com outras profissões.

Ao finalizar suas observações sobre o ensino do jornalismo, que aqui expôs-se de forma resumida, Meditsch (2007) transparece otimismo em relação ao futuro da profissão, devido a este caráter importante de mediação que o jornalismo apresenta. Para ele, é possível que, assim como supõem outras teorias sobre o futuro do jornalismo, a mídia como é conhecida hoje seja superada em breve, no entanto, ele afirma que nada indica que a atividade jornalística desapareça junto “(...) a informação e a sua expressão vão continuar existindo e requerendo tratamento profissional” (Ibid, 2007, p. 59).

Mas para preservá-la [a competência técnica do jornalismo] será preciso defender o território acadêmico e lutar pelo crescimento do campo, pelo seu reconhecimento e auto-estima, recuperando o bom espírito de corpo, com competência teórica, pedagógica e técnica, de forma articulada, tanto a nível nacional quanto internacional, através das entidades e redes profissionais, de ensino e de pesquisa. O Brasil tem hoje um papel de vanguarda nessa luta (Ibid, 2007, p. 60).

4. AS EXPECTATIVAS, O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA

O capítulo apresenta as principais questões tratadas até então pela pesquisa, e insere a discussão econômica sobre o tema das expectativas. O objetivo é apresentar mais claramente os problemas a que este trabalho empenha-se em discutir e responder.

4. 1. PROBABILIDADE, RACIONALIDADE E EXPECTATIVAS

Historicamente consolidado na perspectiva de produção de conhecimento, o campo da Economia também se vê inserido em discussões do ponto de vista metodológico e epistemológico. Para discutir isto, é elementar que se recorra a sua definição básica. Segundo Mankiw (2012), a Ciência Econômica é definida como o estudo de como a sociedade gerencia a escassez de recursos. A partir disto, caminha-se para entendê-la como uma Ciência Social Aplicada, nome que incide sobre seu objetivo de quantificar e medir as relações socioeconômicas.

Não é objetivo deste capítulo a discussão da natureza das ciências econômicas. Mas apresentar este tópico é importante para entender o principal motivo deste capítulo e de um dos pilares da presente pesquisa: discutir o papel das previsões e expectativas dentro do campo econômico e do jornalismo. Desta maneira, trazer a questão do indeterminismo metodológico torna-se interessante para a discussão pretendida.

Herscovici (2004) explica que este princípio nasce no século 19 com os trabalhos de Henri Poincaré, e sua continuação se dá através de “pesquisas ligadas à entropia, à análise dos sistemas complexos e à ‘teoria do caos’” (HERSCOVICI, 2004, p. 806). Ele observa que as problemáticas do indeterminismo metodológico nascem, em parte, das ciências exatas, a Matemática e a Física, e não das ciências sociais - ambas responsáveis por nutrir o campo econômico.

À medida que existe um movimento de unificação metodológica das Ciências, hoje, este movimento se opera em função da historicização do conjunto das Ciências, e não mais em função do reducionismo mecanicista. A importação, na Economia, do instrumental metodológico e epistemológico originado das outras Ciências é um procedimento que foi amplamente utilizado: os economistas marginalistas e os filósofos utilitaristas definiram o próprio objeto da Ciência Econômica como o cálculo das dores e dos prazeres, ou seja, como o estudo da racionalidade econômica (apud

JEVONS, 1970, p. 55); neste caso, a problemática consiste em maximizar, matematicamente, funções microeconômicas. A partir do instrumental da Física Clássica, Walras quis construir um modelo de Equilíbrio Geral. (apud VERCELLI, 1994, p. 7). Não obstante, nas Ciências ditas Exatas, um outro paradigma está surgindo, aquele ligado ao indeterminismo metodológico. A importação deste novo paradigma implica uma redefinição radical das problemáticas julgadas relevantes para a Ciência Econômica. (HERSCOVICI, 2004, p. 806)

O autor chama atenção para a distinção entre o determinismo matemático e o físico. Segundo Herscovici (2004), a diferenciação permite às Ciências Sociais e, mais especificamente à Ciência Econômica, relativizar o poder explicativo da matematização da Teoria Econômica. “Em última instância, esta distinção em relação às condições iniciais permite colocar o problema ligado à natureza e à historicidade dos sistemas econômicos; permite, igualmente, questionar a possibilidade de estabelecer previsões, no sentido popperiano”. (HERSCOVICI, 2004, p. 810).

Esta perspectiva preconizada por Karl Popper, de uma ciência que faz previsões e tanta falseá-las (ibid, 2004), vai de encontro com o que o indeterminismo metodológico permite introduzir, que é a História na Ciência, segundo Herscovici. A diferença é que o indeterminismo se preocupa em fornecer uma explicação “ex-post” das evoluções ocorridas de um fenômeno. O autor aponta que, neste sentido, “a natureza das leis científicas torna-se ‘histórica’ na medida em que elas dependem de certas condições iniciais e deixam, conseqüentemente, de ser universais” (HERSCOVICI, 2004, p. 811). Segundo o autor, esta reflexão permite uma aproximação metodológica e epistemológica entre as Ciências Exatas e as Sociais, já que estas definições ressaltam os limites explicativos das Ciências Exatas.

O trabalho feito por Herscovici, entre outros aspectos, reflete sobre uma questão interessante para os problemas colocados pela presente pesquisa: a discussão da capacidade de previsão na economia e o equilíbrio econômico. É inegável o enorme peso que a base matemática tem dentro da economia, isto é um referente posto e dificilmente questionável. Porém, quando se dá atenção para o universo das probabilidades, como o próprio nome sugere, e das expectativas, a função matemática já não opera com determinismo que opera em outras áreas da economia.

Analisando neste sentido, Herscovici (2004) evidencia que o universo precisa ser ergódico - munido de medidas invariantes - para que as expectativas dos

agentes sempre se cumpram. Mas na Economia, os fatores e medidas variam em diversos aspectos, visto que, este campo se movimenta não somente de números racionais mas também do comportamento de seus agentes, que são racionais, mas também previsivelmente e imprevisivelmente irracionais, como será visto a frente deste mesmo capítulo.

Por isto, o autor destaca que o desequilíbrio provocado pelos efeitos imprevisíveis da política monetária implica uma forma de racionalidade limitada e não uma racionalidade substantiva. Esta constatação se insere na discussão sobre a racionalidade dos agentes e suas expectativas, cujas teorias começam a se destacar a partir John Maynard Keynes, na década de 30, e evoluem ao longo das décadas com teses mais aprofundadas e complexas.

(...) longe do equilíbrio os processos se tornam irreversíveis, a natureza da informação igualmente se modifica: ela está diretamente ligada a determinados processos cognitivos institucionais e, na medida em que o universo deixou de ser ergódico, ela não se relaciona mais com todos os estados possíveis do mundo: em relação à problemática do equilíbrio geral, estamos na presença de mercados incompletos e a informação não permite mais reduzir a incerteza. (ARROW, 2000, p. 242). Neste caso, afasta-se do mundo ergódico do mainstream para entrar naquele descrito pelos pós-keynesianos (HERSCOVICI, 2004, p. 818-819).

Camargos (2004) explica que em grande parte dos modelos econômicos a escolha do agente é representada por uma função de utilidade, “que pressupõe a lei teórica da escolha racional” (Ibid, 2004, p.4), mas que em oposição a esta ideia de princípios, existe uma vertente que vem sendo muito usada na abordagem empírica da ciência econômica, a da econometria, método no qual as leis econômicas são avaliadas a partir dos dados e da estatística.

Importante destacar que o próprio autor ressalta que esta perspectiva não pode ser confundida com o falsificacionismo de Popper, “já que a explicação de um fenômeno econômico é aceita ou rejeitada com base no teste estatístico” (Ibid, 2004, p. 5). Esta diferenciação da perspectiva popperiana vai de encontro com a distinção feita acima, explicada de Herscovici, com relação ao indeterminismo metodológico.

A partir deste discernimento, Camargos (2004) também insere a oportunidade de se discutir a questão das expectativas econômicas, conceito definido pelo autor como o valor agregado de certas variáveis. É neste ponto que o autor afirma uma questão central para este trabalho, a qual também será endossada

pela pesquisa, que é a proposição de que a expectativa econômica é um conhecimento socialmente construído.

Como o autor aponta, o cotidiano dos economistas hoje é constantemente visitado por termos como expectativa, incerteza e risco. Os resultados aos quais se chega no campo econômico sobre estes números são advindos de diferentes linhas de pensamentos, diferentes escolas, perspectivas e cálculos de aplicação. Os indicadores econômicos, que movem os agentes de mercado, como aponta Camargos (2004), estão longe de ter uma base consensual em relação às suas construções.

Para tornar as discussões que serão abertas a frente deste trabalho mais práticas, já relacionando o jornalismo e o campo econômico de maneira mais direta, será feita uma breve revisão dos debates e teorias acerca dos temas aludidos acima. O início deste traçado teórico pode começar com a teoria clássica da probabilidade, que dá base a diversas aplicações no universo das previsões, e que é introduzida por mestres como Pascal e Laplace (CAMARGOS, 2004).

Como o autor cita, a probabilidade é definida como a razão entre alternativas favoráveis e alternativas equiprováveis. Destas últimas, Camargos (2004), explica que sua principal justificativa teórica é o Princípio da Razão Não Suficiente: “alternativas são sempre julgadas como equiprováveis se não temos nenhuma razão para esperar ou preferir alguma sobre outra” (Ibid, 2004, p. 6). Deterministas, estes teóricos clássicos encaravam que os eventos da natureza funcionam numa relação de causalidade e a construção de suas teorias da probabilidade era puramente teórica, “não estando baseada na realidade da experiência” (Ibid, 2004, p. 7).

Camargos também contextualiza que entre as principais escolas de pensamento atuais predomina a teoria lógica ou a priori de probabilidade, a qual Keynes (1921) foi o precursor, tendo sido adotada por estudiosos como o filósofo Rudolf Carnap e o economista Tjalling Koopmans, assim como a teoria subjetivista de probabilidade, inicialmente desenvolvida pelo matemático Frank Plumpton Ramsey, em 1926, pelo estatístico Bruno de Finetti, em 1937, e pelo matemático Leonard Jimmie Savage em 1954.

Keynes (1973) defendia que a probabilidade era o grau de crença sobre uma relação lógica, construída a partir de um conjunto de proposições, advindas de conclusões e de um conjunto de preposições, estabelecidas por premissas. A racionalidade da teoria entra a partir da objetividade que o britânico enxergava no

grau de crença, que deveria ser depositada sob certas condições dadas, “e não meramente sob crenças correntes de indivíduos particulares que podem ou não serem racionais” (Keynes, 1973, p. 4).

Keynes prefere escrever esta relação de probabilidade como $p = a/h$, porque "o valor do símbolo a/h , que representa o que é denominado, por outros autores, de 'probabilidade de a ', reside no fato de que ele contém referência explícita ao dado que relaciona a probabilidade à conclusão, evitando inúmeros erros que têm surgido da omissão desta referência" (ibid., 43). Quando surge uma nova evidência, ou seja, um novo conjunto de proposições (premissa) h_1 , temos uma nova relação de probabilidade $p' = a/h_1$: comparativamente a p , p' pode ser maior, menor ou igual. Desta forma, a dimensão lógica atribuída à relação de probabilidade, implica afirmar que probabilidade não é uma propriedade intrínseca da realidade. Novos dados não provêm necessariamente um conhecimento adicional sobre a probabilidade passada, mas modificam este conhecimento (CAMARGOS, 2004, p. 8).

Como Camargos (2004) explica, os teóricos que adotaram e desenvolveram o modelo desenvolvidos por Keynes, que são Ramsey e Finetti, adicionaram a esta perspectiva a ideia de que o grau de crença pode ser representado por valores numéricos que atendam os axiomas da probabilidade, isto quando o comportamento dos agentes tem, comparativamente, padrões de racionalidade.

É interessante neste ponto mencionar como o entendimento sobre a racionalidade dos agentes é algo que evolui junto das teorias sobre expectativas e probabilidade. No caso dos subjetivistas, por exemplo, a coerência de racionalidade, como citada acima, não é algo esperado entre todas as pessoas. A consistência racional comentada por estes teóricos, como explica Camargos (2004), é no sentido dos indivíduos apresentarem crenças coerentes, que podem ser adequadas ao cálculo probabilístico.

Aqui abre-se um espaço para comentar como este entendimento de racionalidade, discutido na primeira metade do século 19, conversa com teorias mais recentes sobre o comportamento dos agentes. Kahneman (2012), teórico importante na área da finança comportamental, explica que para os economistas e teóricos da decisão, a palavra racional tem um significado diferente daquele que se acessa no dia a dia, que teria uma imagem de maior deliberação, mais cálculo e menos entusiasmo. Para quem estuda a área, “o único teste de racionalidade não é se as crenças e preferências de uma pessoa são razoáveis, mas se elas são internamente consistentes” (KAHNEMAN, 2012, p. 380).

A coerência, portanto, vira um ponto de referência para se discutir a racionalidade em termos de tomada de decisão. Como Kahneman exemplifica, uma pessoa “pode acreditar em fantasmas na medida em que todas as suas outras crenças forem consistentes com a existência de fantasmas (...) Racionalidade é coerência lógica - seja ela razoável ou não” (Ibid, 2012, p. 439).

O autor também defende que esta definição de racionalidade é “impossivelmente restrita”, visto que ela requer que a mente funcione com uma lógica difícil de implementar. Esta visão de restrição de Kahneman, como ele mesmo explica, está atrelada a sua escola de pensamento, que difere, por exemplo, dos teóricos da escola econômica de Chicago, que apresentam uma fé muito maior na racionalidade das escolhas dos agentes. Enquanto o entendimento da racionalidade como um fator de coerência é mais padronizado entre as diferentes linhas de pensamento, o potencial racional das pessoas ganha concepções controversas entre os teóricos.

Herbert Simon, que discute os conceitos de racionalidade maximizadora e racionalidade limitada entende que as características do agente como tomador de decisões deve ser repensado Para Simon (1959), o meio de interação em que o indivíduo está também importa para sua tomada de decisão, além de seus próprios objetivos.

Kahneman (2012), no entanto, faz questão de ressaltar que dentro de sua teoria o rótulo de irracionalidade está fora de questão, mesmo quando ele coloca esta restrição citada acima. “Irracional é uma palavra forte, que conota impulsividade, emotividade e uma resistência obstinada ao argumento razoável” (Ibid, 2012, p. 439). Segundo ele, seu trabalho, feito junto do psicólogo Amos Tversky, está muito mais orientado a mostrar que os “Humanos” não são bem descritos pelo modelo de agente racional.²

Voltando às teorias sobre probabilidade, Camargos (2004) cita que na abordagem epistêmica, Richard von Mises, em 1928, foi o responsável pela primeira sistematização da teoria da frequência relativa de probabilidade. Baseando-se numa ideia empírica, Mises coloca que dentro de um conjunto de resultados possíveis, cada um deles é representado por um número. Dentro disto, para um experimento

² Daniel Kahneman e Amos Tversky trabalharam juntos numa pesquisa que resultou na teoria do pensamento rápido e devagar. A diferenciação entre estes dois sistemas de raciocínio colocaram em evidência na teoria comportamental a maneira com que pessoas tomam decisões

que infinitamente repetido gerar uma sequência de números denominada coletivo, é preciso que duas condições sejam atendidas: que os limites das duas frequências relativas existam num coletivo, e que estes limites permaneçam os mesmos em subsequências formadas a partir da sequência original (postulado da aleatoriedade). Desta maneira, a probabilidade estaria restrita a eventos coletivos.

Em sua revisão das teorias de probabilidade, Camargos (2004) volta no tempo para falar de trabalhos do século 18 que são importantes para reflexões sobre matemática que se intensificaram no século seguinte. Ele cita a “medição de risco”, de Bernouilli, de 1738, e a “teoria de votação”, de Condorcet, de 1789. Estes teóricos são importantes para observações de economistas como Christian Schmidt que, segundo Camargos (2004), sugere duas formas de perceber a economia (Schmidt, 1996): a economia formulada como um sistema, com a abordagem clássica, e na segunda, dando atenção para as ações dos agentes, a economia sendo formada por uma diversidade de situações, resultantes das ações destes agentes.

No primeiro cenário, a incerteza surge de falhas em prever o sistema. Já na segunda percepção, a incerteza surge da diversidade de situações que aparecem através das escolhas dos agentes. "Desta forma, no primeiro caso, incerteza é inseparável de uma crise real na ciência econômica, enquanto no segundo incerteza é um componente normal de conhecimento econômico" (Schmidt, 1996, p. 1).

As reflexões sobre incerteza e expectativa no pós-keynesianismo aparecem com destaque no trabalho do economista Paul Davidson. Segundo ele, as tomadas de decisão podem ser analisadas sob dois ambientes, o ergódico e o não-ergódico. Para Davidson (1982), no primeiro, as regras de probabilidade se aplicam, mas no segundo, as decisões são únicas e irreversíveis. Este predomínio da incerteza, conhecido do trabalho de Keynes, é colocado como uma questão epistêmica no trabalho de Tony Lawson, porque a incerteza se colocaria como aquilo que não é apreensível além de um certo limite (CAMARGOS, 2004).

A relação não-ergódica da incerteza é explicada por Davidson (1991) como uma justificativa para que os economistas defendam a intervenção do governo na economia, por exemplo. “Os economistas deveriam se esforçar para construir mecanismos institucionais que possam produzir restrições legais sobre o universo infinito de eventos, os quais, caso contrário, ocorrem na medida em que o processo econômico se move no tempo histórico.” (Davidson, 1991, p. 142).

Esta forma de enxergar a incerteza de Keynes, porém, não é unânime, como explica Camargos. Rotheim (1995) concebe este conceito de forma mais ontológica, por exemplo. Já autores como Gerrard (1995), “apoiados no conceito de peso do argumento, consideram incerteza um conceito relativo, ou seja: a incerteza pode se relacionar ao nosso conhecimento em diferentes graus” (CAMARGOS, 2004, p. 14).

Sob outra perspectiva, de Frank Knight, economista que é um dos fundadores da escola de Chicago, a incerteza está atrelada a três situações de probabilidade, explicadas por Lawson (1988) como probabilidade a priori, probabilidade estatística (empírica baseada em estatísticas) e estimativas, que são os eventos únicos. Como nas duas primeiras as probabilidades podem ser calculadas, a incerteza é mensurável, enquanto que na terceira a incerteza é imensurável (Camargos, 2004).

Neste ponto Camargos (2004) aponta que existe uma semelhança entre o trabalho de Keynes e Knight, que é justamente esta diferenciação de situações para medir (ou não) a incerteza. Mas o autor também expõe uma diferença fundamental entre o trabalho dos teóricos, já que Knight teria fundado sua teoria de incerteza e risco sob a interpretação frequencialista de probabilidade, onde “mesmo os eventos incertos poderiam ser reduzidos a medidas de risco” (Perlman & McCann, 1996; apud CAMARGOS, 2004, p. 15), que são as medidas encontradas nas situações de probabilidade a priori e probabilidade estatística.

No âmbito da incerteza, outra importante escola de economia, a Austríaca, é citada por Camargos como aquela que não estabelece conexão entre incerteza e probabilidade. No entanto, como os economistas austríacos destacavam a subjetividade do comportamento humano, a incerteza ganha um papel importante na análise econômica exercida por seus teóricos.

Segundo Schmidt (1996), para a Escola Austríaca, a incerteza econômica é vista como um resultado não intencionado de ações individuais. “Se é assim, não existe maneira de distinguir entre as ações, suas conseqüências e os estados de mundo com o propósito de clarificar o que é conhecido e o que é ignorado pelo tomador de decisão” (SCHMIDT, 1996, p. 3; apud CAMARGOS, 2004, p. 16).

Sobre esta linha de pensamento, Camargos (2004) ainda assinala semelhanças e diferenças com teóricos pós-keynesianos. Mesmo que a ênfase dada à incerteza por esta escola corresponda à noção de incerteza pós-keynesiana, as diferenças mais cruciais e conhecidas do debate entre as duas perspectivas também

incidem sobre as teorias de tomada de decisão, quando trata-se da intervenção governamental na economia.

Na crítica de Davidson (1996), a Escola Austríaca propõe "o livre mercado que medeia a miríade de decisões aleatórias e produz um processo evolucionário onde somente os mais aptos sobrevivem por tomarem a decisão apropriada" (Ibid, 1996, p. 25). Já nas teorias de Keynes e pós-keynesianos, as ações humanas podem afetar resultados futuros, significando que a sociedade - civil e governamental -, tem liberdade para controlar e aprimorar a performance econômica (CAMARGOS, 2004).

Uma destas formas de intervenção estatal acontece pelo Banco Central, que tem atuação comentada por Vieira (2003) sob a ótica da evolução da teoria macroeconômica. O autor observa, numa progressão histórica, como o modelo keynesiano refletia sobre os níveis de inflação e emprego, que são dois indicadores importantes na formação e projeção de expectativas, refletindo também sobre a introdução da curva de Phillips, que deu uma nova luz a interpretação da dependência entre os níveis de inflação e emprego.

O uso político dos ciclos gerados pela relação inversa destes dois indicadores foi apontado, por exemplo, pelo economista William Nordhaus. "Antes da eleição, o governo tenta aumentar o volume potencial de votos por meio da elevação de gastos, trocando inflação alta por menor desemprego" (NORDHAUS, 1975; apud VIEIRA, 2003, p. 103). Segundo o autor, se a inflação não for excessivamente alta, a popularidade do governo aumenta, crescendo suas chances de reeleição.

Apesar do presente trabalho trazer estas diferentes perspectivas e seus contrastes, não é objetivo central discuti-las a ponto de produzir uma nova visão destes trabalhos ou destrinchar a fundo as contra-argumentações entre as escolas de pensamento. Ressalta-se novamente o caráter de revisão destes postulados, que são extremamente importantes para discutir-se, a frente, a relação que o jornalismo tem com estas resoluções e visões econômicas.

A importância presente de se debater a questão monetarista fica ainda mais realçada quando se faz o movimento de relação com o papel das expectativas, como cita Vieira (2003). Parte significativa dos debates sobre condução de indicadores está atrelada justamente ao que este tipo de medida interfere no comportamento dos agentes, que se move em torno das expectativas.

Friedman (1968), da escola de Chicago, afirmou que trade-off de curto prazo entre os níveis alternativos de emprego e inflação dependia da taxa de inflação esperada (VIEIRA, 2003). “Nesse sentido, a aparente estabilidade da curva de Phillips no curto prazo refletia expectativas estáticas, onde o nível de preços esperado no futuro era igual ao do presente” (Ibid, 2003, p. 93), fator que produzia taxas de inflação cada vez mais elevadas, gerando um desequilíbrio econômico, segunda a tradição monetarista.

As possibilidades do Banco Central estar situado no debate de formação de expectativas econômicas não se limitam à intervenção governamental que pode ser realizada através dele. Os relatórios de indicadores econômicos divulgados por esta instituição também têm imensa importância neste debate. No caso do Banco Central do Brasil existe o sistema de expectativas de mercado. Como exemplo, temos o Boletim Focus. O banco, ao projetar semanalmente as expectativas de cerca de cem analistas financeiros, também está incidindo sobre a tomada de decisões, sejam elas dos mais diversos tipos de agentes.

E é neste contexto que se coloca para discussão as hipóteses das expectativas racionais e expectativas adaptativas. Voltando a Keynes, que foi extremamente importante para que o tema se tornasse frequente no debate econômico, Camargos (2004) aponta que a expectativa dos agentes influencia dois dos três principais determinantes da demanda agregada de Keynes, o investimento e a preferência pela liquidez.

A premissa da expectativa adaptativa, que cresce em 1960 e 1970, é o que aparece num primeiro debate acerca da questão. Nesta teoria, acreditava-se que as pessoas criam expectativas sobre futuro analisando somente acontecimentos passados. Camargos (2004) explica que ela foi usada primeiramente por Fisher (1911), mas ganhou notoriedade a partir do estudo de Cagan (1956) sobre hiperinflação.

Falar sobre expectativas estava extremamente ligado com o enfraquecimento da teoria das políticas keynesianas de intervenção, colocadas acima. O debate acerca deste tópico começou a evoluir quando teóricos como John Muth e Robert Lucas repararam em falhas da teoria adaptativa, já que ela não assegurava “duas condições inerentes a qualquer teoria de formação de expectativas: não é razoável admitir que as pessoas cometam, sistematicamente, os

mesmos erros, nem que ignorem informações valiosas quando formam suas crenças” (CAMARGOS, 2004, p. 20).

Muth (1960, 1961) foi o primeiro a formalizar estas críticas, introduzindo a hipótese da expectativa racional (HER), que se sustenta pela intuição de que as variáveis econômicas são geradas por processos sistemáticos, e de que os agentes fazem decisões valendo-se de toda informação disponível para formar expectativas sobre determinada variável.

Para Lucas (1972) o futuro da trajetória econômica está diretamente relacionado às decisões sobre variáveis econômicas que dependem das expectativas dos agentes econômicos. Nesta perspectiva, como cita Camargos (2004), as expectativas dos agentes equivalem à solução matemática do modelo. “É por isso que a HER é referida como modelo-consistente: se a expectativa difere da solução, ou a teoria está errada ou o agente falha em usar toda a informação disponível” (Ibid, 2004, p. 20).

Vieira (2003) afirma que é a hipótese das expectativas racionais que sustenta os estudos que tentam explicar como as autoridades monetárias e fiscal podem incidir sobre a credibilidade na política econômica. O autor explica que estas autoridades, antecipando o tipo de expectativa que os agentes formarão, fazem uma espécie de jogo de incentivo com o setor privado. No entanto, Vieira (2003) aponta que os “desvios de anúncios realizados pela autoridade monetária geram benefícios no presente, mas produzem custos no futuro” (Ibid, 2003, p. 102). Um dos principais custos da instituição é sua credibilidade em jogo, o que geraria uma desvantagem futura para a autoridade monetária e suas futuras decisões, uma desconfiança em relação às suas projeções.

É neste ponto que tanto Vieira (2003) como Mendonça (2006) observam a importância da transparência na formação das expectativas.

Dado que há o reconhecimento de que a efetividade da condução da política econômica depende de alguma forma de capacidade do público antecipar as ações do banco central; é esperado que a transparência ajude os agentes econômicos a prever melhor as ações da política monetária. Nesse sentido, a transparência contribuiria para o aumento da responsabilidade do banco central no alcance de suas metas anunciadas e, por conseguinte, para o aumento da credibilidade (MENDONÇA, 2006, p. 178).

A transparência, para o autor, portanto, estaria diretamente ligada a redução do nível de incerteza na economia, já que a maior quantidade de informações possível reduziria a assimetria entre a autoridade monetária e os agentes econômicos, aumentando o grau de confiança sobre as expectativas.

O grau de credibilidade na consistência da expectativa racional, no entanto, também recebe suas críticas negativas. Através da própria revisão trazida por este trabalho é possível repassar por argumentos que levam certos teóricos a desenvolverem ressalvas ao modelo de HER. Entre as considerações estão a visão subjetivista de probabilidade e o entendimento econômico sobre a racionalidade, que não esperam uma coerência e racionalidade constantes dos agentes que constroem a economia.

No debate, quem contrapõe esta visão negativa sobre a HER é Sheffrin (1983), que afirma que a maioria dos sistemas não pode ser descrita por leis probabilísticas (SHEFFRIN, 1983, apud CAMARGOS 2004). Para explicar, ele cita duas maneiras de abordar o tópico de aprendizagem dos agentes: sistemas deterministicamente estáveis (SD) e estocasticamente estáveis (SS). Neste, os choques estão continuamente perturbando o sistema, não havendo nenhum estado específico. Segundo o autor, esta é a descrição mais adequada à economia positiva, mais desligada das leis da probabilidade. No modelo SD, Sheffrin (1983) coloca que a imprevisibilidade e irreversibilidade das mudanças expõem como é pouco plausível que as expectativas realmente dependam da probabilidade para funcionarem dentro de um sistema.

Embora Camargos (2004) assinale que vários pontos sobre incerteza e expectativa na Teoria Geral de Keynes nem sempre fiquem suficientemente claros, ele esclarece dois pontos importantes da perspectiva de Keynes: um, de que a discussão está focada no comportamento das firmas, havendo distorção entre expectativas de curto e longo prazo, e, dois, o papel da convenção, do estado da confiança e do enigmático espírito animal na formação das expectativas (Ibid, 2004, p. 24).

O britânico acentua que as decisões da atividade econômica dependem das expectativas a partir do ponto de vista do empresário. "Toda produção se destina, em última análise, a satisfazer o consumidor. Normalmente decorre algum tempo - às vezes bastante - entre o momento em que o produtor assume os custos (tendo em vista o consumidor) e o da compra da produção pelo consumidor final" (Keynes,

1985, p. 43). Mas enquanto as decisões são tomadas, o empresário guia-se pelas previsões.

A diferenciação entre as expectativas de curto e longo prazo também aparece na obra de Keynes, e é nelas que Gerrard (1995) visualiza a possibilidade de interpretações diferentes sobre probabilidade. Se na primeira, os eventos são mais repetitivos e estáveis, a expectativa estaria melhor associada a abordagem frequencialista. Já para a de longo prazo, representada por eventos únicos e particulares, Gerrard sugere o conceito de probabilidade advindo da abordagem lógica.

Outro aspecto apontado por Camargos (2004) é importância que Keynes dá ao papel do espírito animal, o qual Gerrard (1995) interpreta não como uma motivação completamente irracional, mas como um comportamento que estaria associado ao estado de confiança, conceito que, também trazido por Keynes, “por sua vez, está baseado numa avaliação do peso da evidência e no risco de erro” (GERRARD, 1995, 191; apud CAMARGOS, 2004, p. 25).

Camargos também ressalta a interpretação pós-keynesiana de Lawson (1995), o qual julga que a situação de incerteza que caracteriza o investimento de longo prazo pode até mesmo ajudar na questão de previsibilidade e estabilidade dos negócios. Isto porque, para controlar e estabelecer rotinas, o investidor “médio” se cerca de expectativas para o futuro que são colocadas a partir de outros investidores e profissionais, o que gera um comportamento mais padronizado para este grupo. Isto seria suficiente para o investidor médio. No entanto, para o investidor profissional ou especulador, que busca a previsão para alguns meses, o campo de incertezas e inúmeras possibilidades acaba de abrindo muito mais.

As interpretações sobre a Teoria Geral a partir da perspectiva da expectativa são variadas, inclusive sobre a compatibilidade da visão de Keynes com a HER [Hoover (1997) defende que ela não existe], mas para que esta parte de revisão não se alongue, abre-se um espaço para falar de uma perspectiva chamada de realista sobre a questão das expectativas.

Lawson (1995) afirma que há um problema de excesso positivista na visão da ciência econômica sobre a formação de expectativas. Para ele

não pode haver a pressuposição de que os indivíduos têm uma apreensão adequada das estruturas e das condições que facilitam seus atos cotidianos, os quais, através da ação, são reproduzidos. As próprias

estruturas podem ser inadequadas ou apenas vagamente apreendidas, o conhecimento pode ser largamente tácito, e os motivos e necessidades determinantes, etc., podem estar mantidos inconscientes (Lawson, 1995, p. 83 apud CAMARGOS, 2004, p. 33).

Porém, como acentua Camargos (2004) esta visão de passividade do agente não tem muita sustentação do debate atual, do qual é possível até mesmo estabelecer conversas com as teorias tratadas acima, referenciadas em autores como Thompson e Giddens, dos quais ainda serão aplicado alguns conceitos no subcapítulo seguinte.

É importante, ainda, assinalar, que a revisão feita acima traz explicações das teorias em doses bastante parecidas entre si, espaços que não refletem a medida de importância que elas têm no debate acadêmico de economia. A economia ortodoxa, que se refere às teorias predominantes e aceitas no círculo econômico, é pautada e orientada pelos pressupostos de agentes racionais e da capacidade e importância de que estes façam previsões e formem expectativas, tendo Lucas como um dos principais teóricos quanto ao tema aqui estudado. E desta fonte que a maior parte do debate hoje se orienta.

Já a economia heterodoxa, marcada pela crítica ao entendimento de que a probabilidade pode ser mensurada, entre outras, ocupa um espaço de discussão e relevância para a produção de conhecimento na economia muito menor, seja no Brasil ou internacionalmente.

4. 2. JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Feito o trabalho de recuperação das principais teorias que envolvem questões de probabilidade e comportamento na economia e as consequentes expectativas construídas por estes fatores, retoma-se brevemente a análise por Camargos (2004), que se dedicou a conectar pontos essenciais entre a formação de expectativas e a mídia.

Segundo o autor, a expectativa econômica resulta do processo de apropriação de conhecimento especializado, que é, em grande extensão, mediado através da mídia. Esta é uma conclusão que Camargos chega ao recuperar as teorias sobre o comportamento do campo econômico e dos seus agentes, que também foram revisadas acima.

A economia está sempre cercada de índices que orientam tendências de mercado e suas próprias expectativas. O jornalismo, em seu dever mais básico de transmissão de informação, circula estes dados e projeções diariamente, ficando esta tarefa à cargo, principalmente, dos jornalistas econômicos. O leitor toma decisões a partir destas notícias.

Este ciclo é certificado por Thompson (2002), que entende que a formação do eu passa pelas formas de mediadas pela comunicação. "Conhecimento técnico é gradualmente separado das relações de poder estabelecidas pela interação face a face, [...] Os horizontes de compreensão dos indivíduos se alargam; [...] A mídia se torna, nos termos de Lerner, um multiplicador da mobilidade" (ibid. 2002, 184). Aliás, multiplicador de mobilidade é um termo bastante acertado para entender o jornalismo parte da construção do campo econômico.

Como explanado nas reflexões do capítulo dois, o entendimento de Thompson está ligado nos conceitos de modernidade reflexiva, cujo autor, Giddens, também foi explorado em momentos anteriores deste trabalho. A partir destas teorias, é possível perceber como a construção do eu está refletida neste universo de intensa mediação em que se vive atualmente. A construção das identidades é reflexiva. Os indivíduos são autônomos e reagem ativamente quando recebem uma informação.

A não-passividade do receptor é, inclusive, um conceito explorado por Bakhtin, que também entende que os discursos, como o jornalístico e qualquer outro, sempre incide sobre a realidade porque o texto é um conjunto coerente de signos, e os signos só emergem do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. "A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social." (Bakhtin, 2006, p.34)

Giddens (2003) apresenta um trecho interessante sobre a capacidade transformadora do conhecimento prático dos agentes, os quais sempre teriam a cognoscitividade a reflexibilidade no potencial construtivo. "não faz sentido tratar a consciência prática como exaustivamente constituída por convicções ou crenças propositivas,[...] A cognoscitividade incorporada às atividades práticas que constituem a maior parte da vida cotidiana, é uma característica constitutiva (juntamente com o poder) do mundo social" (Giddens, 2003, p. 106).

A questão da cognição é, inclusive, um elemento importante para se entender a hipótese das expectativas racionais, como levantando acima. Os agentes, quando adquirem conhecimento, o usam para a tomada de decisão. Não só estariam olhando para os eventos do passado, mas estariam sob influência do contexto que os cerca em sua atualidade. Entendimento que pode-se conectar com o sentido de reflexibilidade de Giddens.

Este plano de desdobramentos regulares e constantes de conhecimento como uma condição da agência humana, como coloca o autor, é uma característica única da modernidade. E a figura dos expertos, no qual aqui podemos inserir como exemplo a figura do jornalista econômico, é citada por Giddens como um fator importante para a proliferação do conhecimento especializado. A reflexibilidade faz com que as práticas sejam continuamente examinadas e modificadas a cada nova informação. Aqui não se pode deixar de recuperar Rodrigues (1999), que fala sobre o “efeito de realidade” dos dispositivos midiáticos, e a capacidade de “modelar, antecipar e substituir o real”.

Outro fator citado por Giddens também é um grande protagonista dentro das teorias sobre a expectativa econômica, que é a questão da crença, da confiança. Como colocado acima, o que se sintetiza através da visão de Keynes, a probabilidade é o grau de crença sobre uma relação lógica, construída a partir de um conjunto de proposições, advindas de conclusões e de um conjunto de preposições, estabelecidas por premissas. Giddens (2002) destaca como o funcionamento dos sistemas depende desta confiança, da credibilidade que se incorpora nas atividades do dia a dia. A confiança “é muito menos um salto para o compromisso do que uma aceitação tácita de circunstâncias, nas quais outras alternativas estão amplamente descartadas.”; mas isto não significa passividade e, sim, “uma questão de cálculo de vantagem e risco” (Giddens, 1991, p. 88, 93).

Colocada esta citação de Giddens, é interessante revisitar a importância que Mendonça (2006) atribui a transparência de informações, que aumentariam o grau de confiança sobre as expectativas. Para ele, a transparência estaria diretamente ligada a redução do nível de incerteza na economia. Aqui, é impossível não referenciar a atividade jornalística como pilar para se alcançar este objetivo. Partindo da noção básica do jornalismo, que é de servir ao interesse público, é premissa que a atividade não meça esforços na busca por maximizar a transparência dos conhecimentos sobre o funcionamento das instituições que compõem a sociedade,

como por exemplo bancos públicos, governos, e empresas privadas - destas, claro, a medida do que seria legal segundo a Constituição do país.

Camargos (2004) sintetiza bem este papel da mídia, explorando ainda seu potencial de quebrar barreiras físicas e territoriais. “Numa escala cada vez mais global e instantânea, os meios de comunicação criam novas formas de ação e interação, deslocando as relações sociais de contextos locais. Nesta perspectiva, a apropriação de conhecimento especializado se realiza, em grande medida, separada das relações estabelecidas pela interação face a face” (Ibid, 2004, p. 47).

Não é diferente para os assuntos econômicos. A medida que sofrem este processo de mediação jornalística, o conhecimento sobre a economia vai crescendo dentro da prática dos agentes. O discurso econômico no jornalismo, na sua ambição de se tornar compreensível para o público leigo, vai se maximizando, e fazendo com que informações que antes pareciam restritas a especialistas, vão se tornando acessíveis ao cidadão.

É importante citar como este alastramento é importante para que o leigo possa, com o tempo, avaliar sua crença sob expectativas econômicas apropriadas e divulgadas pela mídia. Mas mesmo quando se elimina este cenário mais restrito, as expectativas estão construindo o campo econômico.

Como Camargos (2007) coloca, há uma gama imensa de variáveis econômicas que costumam estar sob as perspectivas futuras de especialistas, constituindo previsões que quase invariavelmente estarão à disposição dos jornalistas, como por exemplo, índices de inflação, desemprego, renda e PIB.

A relevância e interdependência de indicadores macroeconômicos, estabelecidas na consciência prática, vão depender do contexto; mas estão sempre ancoradas num discurso econômico. Relevância implica maior visibilidade e interdependência, sinaliza ações e conseqüências (CAMARGOS, 2004, p. 49).

Lene (2006), que faz uma análise do jornalismo como construtor do campo econômico sob a ótica das reflexões de Bakhtin e Foucault, sugere que o discurso econômico no jornalismo se dá através de categorias: a primeira engloba as notícias em que se predomina o discurso oficial dos fatos, a outra em que predomina o discurso de agentes do mercado e, por fim, aquela em que a cobertura se dá pela repercussão dos fatos junto ao mercado e ao consumidor (LENE, 2006).

A título de exemplo da primeira categoria, observa-se esta notícia publicada no site do jornal O Globo, que tem como título “Focus: analistas voltam a piorar expectativa para inflação deste ano”, por Andrea Freitas:

A pesquisa realizada semanalmente pelo Banco Central (BC) com analistas do mercado financeiro voltou a piorar a projeção para a inflação deste ano, que passou de 7,04% para 7,06%. Foi a segunda semana seguida de alta. Por outro lado, o relatório Focus, também pela segunda semana consecutiva, melhorou as expectativas para o desempenho da economia neste ano e no próximo. De acordo com a pesquisa, a economia deve registrar um tombo de 3,81% em 2016. Na semana anterior, a expectativa era de um recuo de 3,83%. Nesta quarta-feira, o IBGE divulgará os primeiros números oficiais deste ano, com o resultado do PIB primeiro trimestre. Já para o ano que vem, os analistas acreditam que a atividade registrará uma expansão de 0,55% — alta de 0,05 ponto percentual frente ao relatório anterior. Já o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, deve fechar o ano em 7,06%, segundo o Focus divulgado nesta segunda-feira. De acordo com a pesquisa, a taxa ficará mais um ano acima da meta do governo, que é de 4,5%, podendo variar dois pontos percentuais para cima ou para baixo. Para 2017, os analistas mantiveram pela segunda semana seguida a expectativa de inflação em 5,50%. O resultado previsto está dentro do limite estipulado pelo governo, que é de 6%, já que a meta também é 4,5%, mas a margem de tolerância foi reduzida de dois pontos para cima ou para baixo para 1,5 ponto. A taxa básica de juros, a Selic, esperada para o fim de dezembro deste ano foi elevada de 12,75% para 12,88% ao ano. Para o ano que vem, no entanto, houve redução: de 11,38% para 11,25%. Foi a terceira vez seguida que o levantamento reduziu a previsão para a Selic de 2017. Desde julho do ano passado, a taxa básica de juros está em 14,25% ao ano. Já a cotação esperada para o dólar no fim deste ano e do próximo caiu. A moeda americana deve chegar a dezembro a R\$ 3,65, dois centavos a menos do que era previsto na pesquisa da semana passada. No fim de 2017, a divisa americana deve valer R\$ 3,85, três centavos abaixo do que era projetado no relatório anterior. (FOCUS: Focus: analistas voltam a piorar expectativa para inflação deste ano inédito. O Globo on-line, Rio de Janeiro, 30 maio. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/focus-analistas-voltam-piorar-expectativa-para-inflacao-deste-ano-19394694>>. Acesso em: 10 setembro. 2016).

A notícia, que tem discurso claramente vinculado com a narração de dados, exhibe o que Camargos (2004) aponta como dependência dos indicadores ao discurso econômico. A informação sobre a expectativa sobre o aumento de inflação implica em diversos contextos. “Numa política de meta de inflação, a expectativa desta variável é evidentemente crucial. Se a projeção é de alta, um determinado esquema de raciocínio poderia sinalizar aumento de juros e, também como resultado, elevação de desemprego” (CAMARGOS, 2004, p. 49).

Ainda referindo-se a Bakhtin, a autora associa o conceito de polifonia trazido pelo filósofo ao ideal deontológico da profissão, que deveria fazer uma cobertura polifônica no campo econômico.

Este é um ponto muito caro a pesquisa. Assim como viu-se nas explicações sobre teorias da expectativa, existem diversas perspectivas econômicas sobre mesmos problemas. Não contando a parcela de clara objetividade determinada pela base matemática da qual a economia se alimenta, as interpretações estão ligadas a diferentes escolas de pensamento, as quais não convivem com o mesmo determinismo de ciências exatas, como a matemática e a física.

Mas, como apontado por Lene (2006), em função de questões editoriais, de estrutura empresarial, espaço de publicação e subjetividade intrínseca ao profissional, a polifonia e o debate de ideias que acontecem no campo econômico acabam não tendo espaço apropriado no jornalismo econômico.

O mito da objetividade jornalística também prejudica uma busca de um discurso mais polifônico e analítico. A imagem que o jornalismo passa ao público é de que as notícias são objetivas e imparciais. Mas o mito que envolve estes dois elementos já foi desconstruído por estudiosos, que apontam que o jornalismo não é espelho da realidade, mas também seu construtor. Traquina (2005) explica esta discrepância: os valores do profissional, o ethos dominantes, as normas e procedimentos advindos do profissionalismo dificultaram que a crítica sobre este mito penetrasse na comunidade jornalística e desconstruísse a idéia de que os profissionais são simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento da notícia (TRAQUINA, 2005, p. 149).

Tuchman (1972) explica que a objetividade pode ser concebida como um ritual estratégico do jornalista, que ameniza as possíveis críticas que podem receber em relação ao seu trabalho. A autora aponta cinco procedimentos. O primeiro é apresentar, no texto, os “dois lados da questão”, o que permitiria que o leitor tirasse suas próprias conclusões sobre a notícia. O segundo procedimento é apresentar provas auxiliares para corroborar uma determinada afirmação. “A asserção dos jornalistas de que ‘os fatos falam por si’ é esclarecedora. Esta expressão implica uma distinção cotidiana entre os “fatos expressivos” e o repórter (orador, bisbilhoteiro, etc.) que fala pelos “fatos”. Se o repórter decidir falar pelos “fatos”, ele não poderá afirmar-se objetivo, “impessoal” e “imparcial”.” (TUCHMAN, 1972, p. 81).

A terceira parte do ritual é colocar a opinião de outras pessoas, assim, o jornalista deixaria de participar da notícia. Mas a autora questiona esta regra explicando que muitas o repórter usa as aspas para que outras pessoas digam o que ele mesmo pensa. O quarto ritual é o de colocar a notícia no formato de

pirâmide invertida, hierarquizando as informações, apresentando os fatos mais importantes primeiro, seguidos pelos menos relevantes. Para Tuchman (1972) este aspecto é questionável porque hierarquizar informações significa fazer escolhas e separá-las de acordo com o news judgement do próprio repórter.

Separar no jornal o que é notícia de análise é tido pela autora como o quinto procedimento. A partir disto, a mensagem do veículo é que a notícia não apresenta de maneira alguma a opinião do repórter, já que há um espaço específico do veículo destinado a textos opinativos. Para Tuchman, os procedimentos estimulam a percepção seletiva da realidade pelo profissional, já que existe uma limitação pela política editorial do veículo e pela subjetividade do próprio repórter.

Lene (2004) aponta um outro grave problema, que pode ser relacionado também o terceiro procedimento apontado por Tuchman, que é sobre como o tratamento de prognósticos econômicos, feitos pelo mercado financeiro, acabam frequentemente sendo aceitos como verdade no jornalismo. “Em economia, deve-se preferir a lógica indutiva, que trata da maior ou menor probabilidade de uma conclusão ser verdadeira. Assim, o jornalismo [...] serve para informar, mas muitas vezes endossa como verdades anúncios sobre o futuro. (LENE, 2006, p. 221). A autora ainda inclui a seguinte citação:

Assim, a construção de verdade sobre o campo econômico passa por especulações sobre as medidas tomadas ou que serão tomadas pela política monetária do governo, por aproximações, estimativas e por situações visualizadas por fontes especializadas, o que pode levar a informações equivocadas dependendo da interpretação que se dá ao assunto (Ibid, 2006, p. 221)

Interessante aqui acrescentar uma observação final feita por Rodrigues (1999), após discutir a autonomização do campo dos media, ressaltando a importância da mediação pela responsabilidade de promover debate entre os diferentes discursos especializados. “O papel mais importante do campo dos media será provavelmente cada vez mais a sua capacidade de tematização pública e de publicização do confronto entre os discursos especializados em torno das questões suscitadas por estes domínios” (Ibid, 1999, p. 31).

Colocadas estas questões, parte-se para esclarecer os problemas a que esta pesquisa tenta responder. Como citado na introdução do trabalho, este trabalho busca entender como os jornalistas econômicos se relacionam com grande parte

das situações apontadas, que se dividem em três grandes temas: a questão da formação (que tem menor peso para a presente pesquisa), a questão do jornalismo como produtor de conhecimento, e a questão do jornalismo como construtor do campo econômico, estando estas duas últimas bastante relacionadas e representando o maior peso da aplicação metodológica do trabalho.

A pesquisa, através da extensa revisão bibliográfica e problematizações apresentadas, parte das afirmações de que o jornalismo econômico produz sim conhecimento e que esta produção incide diretamente na construção do campo econômico. E ainda, que a formação acadêmica tem questões a serem resolvidas no que diz respeito a abertura de maior especialização do jornalista.

Diante disso, colocam-se as seguintes perguntas: qual a percepção dos profissionais de como a formação acadêmica está relacionada ao desempenho do jornalista econômico no mercado de trabalho e no exercício da profissão? Quando se apropriam dos conhecimentos econômicos para a produção jornalística, estes profissionais acreditam que estão produzindo conhecimento? O jornalismo atual abre espaço justo para exibir o debate diverso acerca das questões econômicas? Como o jornalista encara a percepção de que sua atividade estaria de fato construindo o campo econômico? Aliás, ele encara seu exercício desta maneira? Resumidamente, estas são as principais questões levantadas na pesquisa aplicada com jornalistas econômicos.

As respostas obtidas são importantes por dois fatores básicos: o primeiro é perceber a conscientização dos jornalistas em relação a estes problemas, que não deveriam ser coadjuvantes na busca para entender a realidade das redações no Brasil, como têm se apresentando no campo acadêmico nos últimos anos. E segundo, seguir um princípio importante da pesquisa acadêmica, que é de olhar para o mercado através da teoria. E olhar de forma honesta, na tentativa sincera de ouvir os profissionais do jornalismo, sem julgamentos partidos do senso comum que não combinam com a premissa epistemológica. E entendendo, por fim, que a busca por um jornalismo de excelência se dá pela troca de experiências entre o mercado de trabalho e a academia. Estas, portanto, são as justificativas da pesquisa aplicada neste trabalho de conclusão de curso.

5. METODOLOGIA DE PESQUISA

Quando as primeiras ideias e reflexões sobre este trabalho começaram a surgir, apareceram também preocupações para que a pesquisa não acabasse guiada na premeditação de alguma metodologia em detrimento de outra. Neste sentido, a tentação em se escolher a técnica de pesquisa foi superada com o objetivo compreender os problemas principais que envolviam as temáticas pensadas, para então escolher a metodologia mais adequada aos objetivos da pesquisa.

Colocar o trabalho nestes termos e ordens, porém, não é mesmo que dizer que a metodologia escolhida não acabou sendo uma parte essencial da pesquisa. Um ponto está associado ao outro. É o que podemos dizer das entrevistas em profundidade, que foram realizadas com seis profissionais que fazem cobertura econômica no jornalismo.

Faz-se necessário, portanto, explicitar os procedimentos teóricos-metodológicos e as técnicas utilizadas tanto na escolha do objeto estudado, na formulação das hipóteses e na escolha dos entrevistados para aplicação prática da pesquisa.

5.1 O OBJETO

O objeto de estudo é, na realidade, a percepção do jornalista econômico. A escolha deste objeto se deu pela necessidade de perceber como este profissional se relaciona com os temas levantados através da pesquisa bibliográfica e as problematizações que se concretizaram através dela. Afinal, para entender como os jornalistas entendem o jornalismo como campo de conhecimento e como construtor da realidade econômica, a maneira mais eficiente e menos ruidosa de se fazer isto, ao menos numa pesquisa inicial e introdutória como esta é considerada, é pelo contato direto com estes profissionais.

Para se chegar a esta proposta de pesquisa exploratória foi preciso haver, como aponta Braga (2005), curiosidade sobre o tema analisado. E é desta curiosidade, fundamentada pela pesquisa bibliográfica, que se formam as questões pertinentes a serem colocadas no questionário das entrevistas em profundidade.

5. 2. AS TÉCNICAS DE PESQUISA

Os dois procedimentos de pesquisa empregados neste trabalho são as entrevistas em profundidade e a pesquisa bibliográfica. Esta, que aparece durante os quatro primeiros capítulos do trabalho, serve como apoio e embasamento para as teorias e hipóteses que interessam à pesquisa. A pesquisa bibliográfica ainda é extremamente importante para a análise dos conhecimentos obtidos através da outra metodologia aplicada aqui, como fundamento, suporte e elucidação dos conceitos trazidos a pesquisa como um todo.

A leitura para construção da pesquisa bibliográfica voltou-se aos teóricos da Comunicação e das Ciências Econômicas, sempre na busca por relacionar e diferenciar estas teorias, buscando extrair delas uma boa margem para a confiabilidade do trabalho realizado. Como aponta Duarte (2005), a obtenção da confiabilidade de entrevistas em profundidade também está na triangulação de dados com o acréscimo de fontes diversificadas, como documentos, observação e literatura, que foram buscados nesta primeira parte da pesquisa.

5. 2. 1 A técnica da entrevista

Fontana & Frey (1994) afirmam que a entrevista é uma das mais comuns e poderosas maneiras que se pode utilizar para tentar compreender nossa condição humana. Nas ciências sociais, como explica Duarte (2005), sua adoção foi bastante extensa em áreas como sociologia, comunicação, antropologia, administração e psicologia, e seu surgimento como aplicação metodológica foi identificado na década de 1930, ganhando força com os estudos de Carl Rogers em 1940 sobre psicoterapia orientada para paciente.

Realmente não haveria método mais ideal do que a entrevista em profundidade para esta pesquisa. Esta técnica qualitativa é apontada por Duarte como aquela que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada, o que será feito no capítulo seguinte a este.

Identificar, perceber, explicar e conhecer são palavras de ordem para os objetivos da entrevista. E foi exatamente isto que se buscou durante a elaboração do questionário.

É importante frisar que, como coloca Duarte, a entrevista em profundidade não permite testar hipóteses ou dar tratamento estatístico às informações, muito menos generalizações da amplitude dos fenômenos analisados, “seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema” (...) do que a sintetização das informações em prol de conclusões definitivas e precisas. (Duarte, 2005, p. 63). Não ter pretensão com esta última oferece uma conclusão de trabalho muito mais preocupada em colocar percepções mais apuradas e amparadas pelo procedimento metodológico científico, o que é feito nas conclusões finais desta pesquisa.

A escolha da entrevista em profundidade quantitativa semi-estruturada, semi-aberta, feita a partir de um roteiro de questões, se deu pela necessidade de estabelecer problemáticas inerentes à pesquisa e perguntá-las a todos os profissionais entrevistados, mas com abertura para novas explorações que surgissem ao longo da conversa. Como coloca Trivinos (1990), a entrevista semi-aberta parte de “certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas” (Ibid, 1990, p. 146).

Para a seleção dos entrevistados, que foram seis, buscou-se seguir as adequações propostas por Duarte (2005), que estabelecem parâmetro de confiabilidade para a pesquisa realizada. Partindo da afirmativa de que é importante obter informações que possam dar visões e relatos diversificados sobre os mesmos fatos, a pesquisa realizou entrevistas com jornalistas econômicos que, além de representarem características pessoais e profissionais de diferenciação entre si, representam diferentes tipos de veículo e proposta de cobertura midiática, por estarem trabalhando ou tendo trabalhado para eles.

Como a identidade dos entrevistados não tem valor para a pesquisa, estabeleceu-se o padrão de diferenciá-los nominalmente pelo nome do veículo. Então tem-se a seguinte tabela (TABELA 1) de entrevistados e descrição breve de seus perfis e perfil do veículo onde trabalham

Nominação no trabalho	Formação	Histórico profissional	Cargo atual	Descrição veículo de cargo atual
Jornalista/entrevi	Graduação em	Estagiário na	Repórter geral	A BandNews

<p>stado da Rádio BandNews</p>	<p>Jornalismo e graduação incompleta em economia (dois anos)</p>	<p>editoria de economia da Revista Veja</p>	<p>e responsável pela cobertura econômica da programação nacional da emissora de rádio Band News FM</p>	<p>FM é uma rádio de notícias, caracterizada pelo jornalismo HardNews, no qual notícias importantes são pontualizadas sem preocupação com a contextualização, e por análises de âncoras e comentaristas. Cobertura nacional com programação regional.</p>
<p>Jornalista da Gazeta do Povo</p>	<p>Formação em Jornalismo; mestrado em Economia Política e especialização em economia</p>	<p>Repórter da editoria geral da Veja; Repórter de economia no Jornal da Tarde; Assessor na Fiep; Repórter de economia da Gazeta do Povo</p>	<p>Editor de economia da Gazeta do Povo</p>	<p>Jornal impresso e online que circula, no caso do impresso, pelo Paraná. Caracterizada pela cobertura ampla de editorias de notícia.</p>
<p>Jornalista do Valor Econômico</p>	<p>Formação em jornalismo; Pós-graduação UEL em Comunicação; Economia intensiva para iniciantes na USP; MBE para jornalistas – Facampi; MBA em Mercado de capitais-BM&FBOVESPA</p>	<p>Repórter na Gazeta Mercantil; Repórter de economia no Portal de Notícias G1</p>	<p>Repórter do jornal Valor Econômico</p>	<p>Jornal online e impresso, que circula de segunda a sexta-feira à nível nacional, especializado na cobertura de negócios, economia, legislação e finanças do Brasil.</p>

<p>Jornalista 1 da Exame Hoje</p>	<p>Formação em jornalismo</p>	<p>Estagiário na Revista Exame; Repórter na Revista Exame</p>	<p>Editor do aplicativo Exame Hoje</p>	<p>O aplicativo EXAME traz quinzenalmente a edição da Revista Exame em versão digital e serviço de conteúdo diário exclusivo da Exame, com notícias, gráficos, fotos, entrevista, e reportagens de análise.</p>
<p>Jornalista 2 da Exame</p>	<p>Formação em jornalismo</p>	<p>Estagiária na Revista Exame; Repórter no portal online da Revista Exame</p>	<p>Repórter do aplicativo Exame Hoje</p>	<p>O aplicativo EXAME traz quinzenalmente a edição da Revista Exame em versão digital e serviço de conteúdo diário exclusivo da Exame, com notícias, gráficos, fotos, entrevista, e reportagens de análise.</p>
<p>Jornalista da Gazeta Mercantil</p>	<p>Formação em português e Licenciatura de Língua Portuguesa e Língua e Literatura Francesa</p>	<p>Repórter geral no Diário de Londrina, no Novo Jornal, na Folha de Londrina, no Jornal Panorama; Chefe de redação da Rádio Alvorada; repórter geral na Tv Tropical; Jornal Bom Domingo, Diário da Manhã, Jornal Movimento; repórter geral O Estado de S. Paulo, assessoria</p>	<p>Assessor de comunicação para assuntos econômico do governador do Estado Paraná, Beto Richa.</p>	<p>O Jornal Gazeta Mercantil* foi um jornal diário, impresso, que depois passa a ter circulação online, especializado em cobertura econômica.</p>

		política, repórter na Gazeta Mercantil, Assessor de comunicação do banco Bamerindus, Chefe de Redação da Gazeta Mercantil em Curitiba, chefe da Assessoria de Comunicação da Associação Comercial do Paraná.		
--	--	--	--	--

*Optou-se por descrever o jornal onde o entrevistado foi chefe de redação pelo fato de que sua experiência neste veículo foi, sem dúvidas, a mais visitada durante a entrevista realizada, quase que exclusivamente.

Já sobre a análise dos resultados obtidos, o trabalho também buscou orientação na literatura sobre entrevista em profundidade. Então escolheu-se estruturar o relatório de análise através de categorias, as quais Duarte (2005) propõe com o intuito de classificar as informações a partir de determinado critério, “estabelecendo e organizando grupos comuns, como que as agrupando em ‘caixas’ separadas para se dedicar individual e profundamente cada uma” (Ibid, 2005., p. 79).

Em cada categoria, buscou-se abordar determinado conjunto de respostas dos entrevistados, descrevendo, analisando, referindo à teoria, citando frases colhidas durante as entrevistas e tornando um conjunto ao mesmo tempo autônomo e articulado, como indica Duarte, que faz a seguinte observação - a qual buscou-se perseguir:

Nas entrevistas semi-abertas, as categorias têm origem no marco teórico e são consolidadas no roteiro de perguntas semi-estruturadas. Elas não podem, entretanto, ser entendidas como camisas-de-força. No relatório final, tanto é possível agrupar em uma categoria o obtido com duas perguntas semi-estruturadas quanto separar em duas categorias os resultados obtidos com uma pergunta (Duarte, 2005, 79).

Antes de seguir para o capítulo seis, da análise, é importante esclarecer que as entrevistas, que foram feitas pessoalmente e gravadas, estão transcritas no anexo 1 deste trabalho de pesquisa.

6. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Neste capítulo o objetivo é um, analisar as respostas obtidas das seis entrevistas em profundidade que foram realizadas. Como sugere Duarte (2005), no caso das entrevistas semi-abertas, as categorias são identificadas logo na pesquisa, com origem no marco teórico e consolidadas através do roteiro das perguntas semi-estruturadas. Como já se explicou durante o capítulo quatro, três grandes temáticas envolvem os problemas da pesquisa, que se refletem nas questões feitas aos entrevistados.

Portanto, escolheu-se separar a análise, primeiro, em três grandes eixos e discutir suas teorias a partir das perguntas realizadas e respostas obtidas. Considerou-se que os entrevistados seguiram uma adequação de suas respostas aos problemas perguntados, e algumas das poucas perguntas que saíram do roteiro puderam ser enquadradas às categorias pré-estabelecidas. Como observa Duarte (2005), as categorias não podem funcionar como camisas de força. “No relatório final, tanto é possível agrupar em uma categoria o obtido com duas perguntas semi-estruturadas quanto separar em duas categorias os resultados obtidos com uma pergunta (DUARTE, 2005, p. 79).

6. 1. TEMÁTICA DA FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

Importante colocar que esta temática, mesmo que tenha problematizações expostas nos capítulos teóricos, foram mais breves e tem função de reconhecimento e poder associativo para as outras duas categorias que seguirão. São categorias que terão papel maior de apoio para as reflexões mais significativas da pesquisa e também à conclusão.

Categoria a) Você acha que seria mais válido ter uma formação específica em economia dentro da graduação ou a profissão demanda uma formação mais sólida, uma especialização ou até mesmo uma nova graduação?

Durante as respostas dos entrevistados, três percepções surgiram, com mais ou menos intensidade. A primeira, que vamos analisar agora, responde mais diretamente a questão da validade em haver uma formação específica logo dentro da graduação em jornalismo, e que, portanto, foi a percepção mais visitado e opinado. Todos os entrevistados afirmaram que teria sido válido. A resposta

afirmativa já era esperada pela pesquisa, sendo mais imprevisível a defesa pelo tipo de introdução que a graduação poderia oferecer. Na maior parte das respostas, todas afirmativas, a questão observada é que nenhum entrevistado esperaria da graduação uma disciplina que oferecesse ferramentas específicas para se trabalhar na cobertura jornalística. A necessidade da disciplina foi apontada com a serventia de direcionamento da carreira profissional. Como se analisa, por exemplo, na resposta do jornalista da Gazeta do Povo.

Agora, tratando da realidade do Brasil, seria melhor se houvesse um número maior de disciplinas técnicas para áreas específicas de cobertura, jornalismo de saúde, jornalismo econômico, jornalismo ambiental, e que elas tomassem um espaço maior no currículo. Estando dentro do curso de graduação já pensando numa área mais específica de conhecimento (...) Aí você buscaria um curso de pós-graduação mais específico, que foi o que eu fiz. Talvez fosse melhor oferecer na graduação alguma coisa mais específica sobre o jornalismo econômico, aí você buscaria..ah, quero fazer um MBA em Finanças para trabalhar com jornalismo financeiro. (Informação Verbal)³

A necessidade de encaminhamento do aluno é a questão que mais aparece entre as respostas. A jornalista do Valor Econômico também foi um dos entrevistados que frisou a questão mais diretamente, afirmando que não seria necessário um economista dando aula aos acadêmicos, mas alguém capacitado a orientar leituras, a fazer uma curadoria de informações importantes para a área e também a guiar sobre o mercado de trabalho deste tipo de cobertura. O jornalista 1 da Exame Hoje também usou a palavra direcionamento. Para ele, o que a graduação ofereceria não teria tanta influência no exercício do trabalho, mas seria válido como “previsão do que o cara vai encontrar na profissão” (Informação Verbal).⁴

Entre os outros entrevistados, que afirmaram que a disciplina introdutória teria sido útil, a questão da necessidade do direcionamento aparece de maneira mais sutil. Por exemplo, a jornalista 2 da Exame Hoje, afirmou que não buscou se informar mais sobre economia durante a graduação, onde não teve nenhuma base sobre, porque não pensava que iria trabalhar cobrindo a área.

³ Entrevista concedida por Jornalista do jornal Gazeta do Povo, Entrevista I. [out. 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia

⁴ Entrevista concedida por Jornalista 1 da EXAME HOJE, Entrevista V. [Nov, 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

A questão da especialização na área também aparece com uma interpretação parecida entre os entrevistados. A impressão geral é de que uma formação mais sólida na área de economia é necessária para que o jornalista possa tratar de temas mais espinhosos e analíticos da cobertura econômica. Como colocado no próprio trecho sobre formação acadêmica do jornalista da Gazeta do Povo, a especialização seria positiva para trabalhar com dominar áreas da própria economia. A jornalista 2 da Exame Hoje, por exemplo, explicou que além do ABC da economia, mais ligado aos indicadores e saber o que eles significam, as outras especificidades do campo econômico são mais difíceis quando é necessário fazer uma produção mais analítica - importante acrescentar que a jornalista tem pouco tempo de formação e pretende fazer algum curso de qualificação na área.

No caso de quem tem especializações na área, por exemplo a jornalista do Valor Econômico, a formação mais sólida também foi colocada como importante para trabalhar temas mais profundos da economia. Segundo esta entrevista, ela não conseguiria trabalhar se não fossem os cursos, e que, em economia, é como cobrir ciência, “você tem que ser meio iniciado, e depois que você é iniciado você vai aprender” (informação verbal). ⁵Esta relação com a especialização também aparece nas outras respostas, como a do jornalista da Bandnews, que fez dois anos do curso de economia antes de ingressar no curso de jornalismo. Segundo ele, a iniciação ajudou muito, citando o termo “espinhosos” para os assuntos que utiliza mais os conhecimentos apreendidos no curso de economia. Ele ainda acrescentou ler artigos jornalísticos mais analíticos sobre economia também o ajudaram muito no seu exercício profissional.

A terceira e última percepção que surgiu em mais de uma resposta corresponde a uma posição que aparece de maneira espontânea durante a resposta desta categoria. Enquanto outros não tocaram no assunto, uma minoria abordou a questão do curso de jornalismo ser muito fechado em relação ao mercado. Os entrevistados que fizeram esta observação ligaram esta opinião ao fato do curso não dar uma introdução de matérias mais específicas, o que ajudaria na orientação profissional do aluno, segundo eles. Por exemplo, a jornalista do Valor Econômico afirmou que sente que os professores estariam numa “bolha acadêmica”, e sugeriu

⁵ Entrevista concedida por Jornalista do jornal Valor Econômico, Entrevista IV. [Nov, 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

que estes profissionais fizessem pontes com o mercado, tanto para levar suas críticas até eles quanto para receber atualizações de quem exerce a profissão.

Como exposto acima, esta categoria e suas respostas servem mais como suporte para as próximas categorias do que para formular respostas aos problemas de pesquisa. Mas, a partir da breve discussão sobre formação, que se baseou no entendimento de Meditsch (2007), pode-se identificar relações das respostas dos entrevistados com as formulações teóricas, com bases empíricas, sobre a questão.

A mais relevante destas relações é aquilo que Meditsch (2007) aponta sobre a formação polivalente que as graduações em jornalismo buscam oferecer. Assim como os jornalistas entrevistados colocaram, o autor também destaca a necessidade de se investir na qualificação em competências específicas. Assim como foi sentido nas respostas obtidas pelo questionário aplicado, esta lacuna das graduações em jornalismo impõe algumas dificuldades aos profissionais no momento em que entram no mercado, como se precisassem recuperar um tempo perdido, no qual não investiram anteriormente, para poderem realizar coberturas especializadas com melhor qualidade e análise - questão que está associada também ao entendimento do jornalismo como campo de conhecimento e a qualidade da informação responsável, que serão debatidos mais a frente.

Outra questão levantada por Meditsch e que aparece nas respostas é a relação da academia com o mercado. Segundo o autor diagnosticou, baseado também em outros estudos sobre a formação jornalística, as graduações ainda mostram uma grave separação com o mercado de trabalho, sentimento apontado durante algumas entrevistas, como nesta fala da jornalista 2 da Exame Hoje:

A gente chega aqui sem saber nada. Eu acho que da parte de jornalismo eu tenho crítica aos cursos porque eu acho que eles têm uma base teórica muito boa, mas quase não tem profissionais do mercado dando aula. Então é muito difícil saber como está o mercado, é tudo muito na teoria (Informação Verbal).⁶

Quando a entrevistada frisa que é “tudo muito na teoria”, pode-se identificar a questão que Meditsch refere como problemas na aplicação de métodos de pesquisa, pensando que a graduação oferece muita teoria que tenham trazem pouca problematização sobre a prática da profissão.

⁶ Entrevista concedida por Jornalista 2 da EXAME HOJE, Entrevista VI. [Nov, 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

Categoria b) Certos autores dizem que os jornalistas econômicos são considerados quase especialistas dentro da redação, você enxerga isso também ou entende que a função é como outra qualquer dentro do jornalismo?

A questão foi feita com o intuito de perceber se os jornalistas econômicos entendem-se ou sentem que são vistos como diferentes dentro da redação, por cobrirem um campo considerado mais sisudo. A maioria dos entrevistados respondeu que sente a diferenciação, mas fez distinções de níveis de como isto acontece. A mais frequente foi que o entendimento de si como especialista diante da redação acontece pela própria atividade. A percepção de que o jornalismo econômico requer mais conhecimento para ser bem escrito e acessível ao leitor aparece nas respostas. Por exemplo, para o jornalista da BandNews:

Eu acho que ele é visto mais como especialista porque como é um assunto não tão simples assim...sei lá, quando você vai contar a história de um crime está explícito que o cara matou a mulher, foi crime passional, você não tem que explicar os motivos, está implícito. Mas você pegar e falar que a taxa de juros subiu, isto é muito vago pra chegar na dona de casa, que é o que a gente sempre pensa. Então muita das vezes você tem que fazer uma explicação, que não deixa de ser uma análise, e eu acho que é por isto que tem esta visão (Informação verbal).⁷

A percepção de especialistas também acontece pelos olhos dos próprios colegas, que acabam recorrendo ao repórter econômico quando surgem dúvidas sobre a área. Interessante reparar numa resposta específica, do jornalista que trabalhou como chefe de redação da extinta Gazeta Mercantil. O entrevistado afirma que a diferenciação já começa pela maneira de se vestir do repórter, lembrando que os jornalistas de economia trajavam paletó e gravata, enquanto que os outros vestiam jeans.

Este detalhe das roupas não foi comentado em outras entrevistas, e acredita-se que isto aconteceu em função das redações já serem mais modernizadas e menos rigorosas em relação à vestimenta. Mas no passado, quando a especialização de jornalista econômico surgia, as roupas eram um elemento de diferenciação, como apontou Caldas (2003), ao relatar que a “a pose” e as roupas eram diferentes das do resto da redação. É importante ressaltar que foi o entrevistado mais velho que trouxe esta observação. Foi ele quem viveu mais

⁷ Entrevista concedida por Jornalista da Rádio BandNews FM, Entrevista III. [Nov, 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

intensamente o período de alta valorização e surgimento do repórter específico de economia.

Apontar este detalhe, na verdade, funciona para resgatar o que Caldas assinala como especialização o que surgia nas redações ao nascer à figura do jornalista econômico. Para a autora, este acontecimento teve o mérito de preparar e qualificar os jornalistas, que começaram a se dedicar para entender melhor a economia.

A percepção da maioria dos jornalistas entrevistados como especialistas, voltou-se justamente a este detalhe de maior reconhecimento de uma área, como apontado acima.

Durante as entrevistas, no entanto, uma segunda percepção também aparece com frequência, porém em menor escala que a primeira. Percebeu-se que para certos entrevistados a figura de especialista se deve mais a uma falsa sensação, e que, no cotidiano da redação, a atividade de jornalista econômico é tão igual quanto a do jornalista que cobre policial, por exemplo, e que a chave para um bom produto estaria mesmo relacionado ao tempo de experiência no cargo e a devida atenção e respeito dados a fonte, como exemplificado no comentário do jornalista da Gazeta do Povo:

Acho que funciona para as editorias mais simples que você possa imaginar. Um repórter de cobertura local, que é só hardnews, vai ser um especialista na mobilidade, no meio ambiente, em notícias policiais. Se eu for fazer notícia policial agora, eu vou sentir dificuldade (Informação verbal).⁸

O jornalista 1 da Exame deu uma resposta similar, afirmando que, apesar de outros jornalistas enxergarem os repórteres econômicos como especialistas, estes não se enxergavam realmente como tal. “(...) nossa área é muito parecida com a de política, com o cara de esportes, que é ouvir as fontes certas, ir atrás do assuntos, conseguir notícias exclusivas” (Informação verbal).⁹

O jornalista da Bandnews, que afirmou que o repórter de economia precisa de mais preparação para atuar na área e que por isto seria visto como especialista,

⁸ Entrevista concedida por Jornalista do jornal Gazeta do Povo, Entrevista I. [out. 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

⁹ Entrevista concedida por Jornalista 1 da EXAME HOJE, Entrevista V. [Nov, 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

também ressaltou a questão da fonte, afirmando que acha “complicado dar uma de analista”, e que seguro mesmo seria consultar uma fonte.

Analisando estas respostas, é possível perceber como a percepção sobre o jornalismo especializado não é tão clara entre a maior parte dos entrevistados. As respostas mostram que há uma confusão entre as definições de se fazer um jornalismo que garanta compreensão por parte do leitor, prezando ainda pela objetividade do texto, e um jornalismo de coluna, com uma função analítica e comentada.

6. 2. TEMÁTICA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

A temática, dividida em três categorias, procura mostrar a relação do jornalista com a natureza do material que ele produz. O entendimento dos entrevistados sobre este tema é importante para a discussão feita a partir, principalmente, de autores como Meditsch e Rodrigues, como será explicado mais a frente. Entre as três categorias há a que busca uma interpretação mais direta e aqueles que servem de apoio para entender a visão do entrevistado. Escolheu-se começar pelas de apoio para poder resgatá-las na discussão da questão principal.

Categoria a) As informações com quais vocês trabalham diariamente são normalmente acessíveis também ao resto da população ou trabalham mais com informações exclusivas?

Durante as respostas para esta pergunta, que parece simples na primeira leitura, alguns dos comentários que surgiram também servem para responder sobre a percepção dos jornalistas quanto ao nível de abertura para textos mais analíticos e plurais, discussão que entra mais a frente, no próximo eixo temático. Optou-se por não aglutinar as respostas desta categoria com a que virá porque elas também são importantes para a introdução deste eixo, sobre a produção de conhecimento.

Para os entrevistados, existe sim um grande número de dados públicos disponíveis que são grandes alicerces para a atividade do jornalismo econômico. Mas a intensidade do uso destes dados estaria ligada a diferentes propriedades da produção. Por exemplo, o jornalista 1 da Exame Hoje explicou que há uma mistura entre estes dois componentes, mas que também há busca em não colocar o jornalismo econômico como refém dos dados públicos, dando a entender que a exclusividade de informações estaria ligada a um jornalismo diferenciado.

Eu acho que todo mundo tenta fazer um mix no fim das contas. Ai de novo, o risco é ficar muito dependente de dados públicos, que é receber um relatório e publicar sobre ele. O que a gente tenta fazer é depender menos de dados públicos e usar mais dados exclusivos, que são frutos ou de investigação jornalística ou de entrevistas exclusivas, de análise, isto é o que a gente tenta fazer, nem sempre é possível (Informação verbal).¹⁰

A jornalista 2 da Exame Hoje também segue nessa linha, afirmando que a fonte de dados do jornalismo econômico é praticamente toda acessível ao resto da população, acrescentando também que a apuração a partir de fontes exclusivas abre um espaço de aprofundamento dentro da cobertura.

Esta linha de percepção segue em todas as respostas. Até mesmo para o jornalista da extinta Gazeta Mercantil, que em sua época de funcionamento ainda não gozava de tantas informações públicas, principalmente em função do acesso a internet e a situação de transparência para dados governamentais, a afirmativa foi de que os dados públicos são ferramentas de trabalho, mas que é necessário conversar com as pessoas e fontes, e ir além da informação oficial.

A percepção do repórter da Bandnews, que trabalha no veículo mais hardnews dentre os entrevistados, é também de os assuntos em geral estão no domínio público, mas que, em função do tempo e do espaço que oferece um rádio jornal diário, o acesso e a divulgação de informações exclusivas é bem mais raro. Ele explica que, mesmo que tivesse mais acesso a isto, seria difícil explicar informações mais distanciadas do imaginário público sobre economia porque não haveria tempo suficiente.

A diferenciação, segundo o jornalista da Gazeta do Povo, também estaria ligada ao aprofundamento destes dados, que estão disponíveis também à população. Então se pode dizer que, dentro desta questão aparecem duas ramificações: a necessidade de se aprofundar nos dados disponíveis para alcançar uma linguagem acessível ao público, e a necessidade de buscar fontes alternativas e exclusivas para levar informação diferenciada e aprofundada ao público.

Pode-se perceber que estas percepções estão diretamente ligadas ao tipo de veículo em que trabalha o repórter de economia. A ambição do veículo, seu público-leitor, seu espaço para publicação e o tamanho de sua equipe são grandes

¹⁰ Entrevista concedida por Jornalista 1 da EXAME HOJE, Entrevista V. [Nov, 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

determinantes do estilo e até mesmo da qualidade do conteúdo que se produz. Estas questões vão aparecer melhor desenvolvidas nas próximas categorias.

Á princípio, parece uma questão óbvia pensar que o tipo de produção estaria vinculado a proposta do veículo, mas quando relaciona-se as referências teóricas com as respostas obtidas dos entrevistados, percebe-se que alguns dos principais problemas de qualidade, pluralidade e responsabilidade ética do jornalismo econômico, como parte da construção da economia, está diretamente ligada a estes fatores estruturais das redações e ao modus operandi da redação.

Categoria b) A autonomização do campo, para alguns autores, surge da tensão entre os campos de conhecimento. Você enxerga isto na forma e na natureza do texto de jornalismo econômico? Esta tensão é sentida pelo jornalista econômico quando ele faz a reportagem usando os conhecimentos específicos da economia?

Ao passo que a percepção do jornalismo como produção de conhecimento tenha sido respondida com menos objetividade entre os entrevistados, como será visto na próxima categoria, a questão da tensão entre os campos, que seria colocada como Rodrigues (1999) como um indicativo de autonomização de um campo, surgiu de forma mais clara nos comentários dos entrevistados.

A resposta mais direta sobre uma possível tensão variou, mas o que os jornalistas falavam a seguir mostra que, na prática, o que Rodrigues coloca como autonomização e Meditsch discute de jornalismo como campo de conhecimento, acaba aparecendo na percepção dos jornalistas também.

A necessidade de tradução das informações econômicas e elaboração de uma linguagem para o texto jornalístico é a maior constante entre as respostas, para explicar o sentimento de tensão. Por exemplo, a jornalista 2 da Exame Hoje falou que para fazer o leitor entender o assunto, muitas vezes é preciso simplificar as informações oriundas do campo econômico.

A importância da figura do economista nesta atividade de tradução também apareceu nas respostas, assim como o entendimento de que esta parceria jornalista/economista funciona com menos atritos, em função das simplificações inerentes ao texto jornalístico, quando acontece com economistas que já tem um histórico de envolvimento com os profissionais do jornalismo, e não se frustram com as diferenças de linguagem - que acabam eliminando particularidades do campo econômico e acrescentando novas associações mais comuns ao campo midiático.

Para o jornalista 1 da Exame Hoje, o economista que está acostumado a falar com a imprensa entende que o exercício acaba sendo “simplista por natureza”.

A gente é simplista porque a gente escreve para um público em geral, e também porque a gente não tem formação econômica no final das contas. Então economistas que não tem experiência acabam ficando frustrados pela simplificação, porque a gente molda o discurso para aquele tipo de linguagem. Mas economistas que estão acostumados a falar com imprensa no fim das contas eles entendem (Informação verbal).¹¹

Esta parceria que ajuda o jornalismo a atingir uma linguagem própria é acentuada na percepção da jornalista do Valor Econômico. Para ela, a tensão é justamente fazer uma análise que cumpra com objetivo de mobilização das informações econômicas.

Mas eu sinto que os economistas adoram os jornalistas. Até porque é isto... eles produzem conhecimento, mas eles não sabem comunicar tão bem, falar. Então quando você faz uma matéria e fica muito clara, eles elogiam, querem passar mais estudos. Sem contar que dá visibilidade pra eles (Informação verbal).

O jornalista que trabalhou na Gazeta Mercantil, mesmo afirmando num primeiro momento que a tensão surgiria não de um processo de autonomização da área mas de uma diferenciação de valoração entre as profissões, acaba contextualizando a questão com a necessidade de se manter um vínculo forte com os economistas para que a reportagem ou notícia seja mais clara possível para a população.

Você é um jornalista, é obrigado a saber o que eles querem dizer, você é obrigado a perguntar pra eles, o que é isto, me ensine o que é isto. Não tem importância, você tem que ter a humildade de dizer, me prove que dois mais dois é igual a quatro (Informação Verbal).

As percepções que acabaram seguindo uma outra lógica de resposta foram dos jornalistas da Bandnews e da Gazeta do Povo. Para o primeiro, que já afirmou em outras questões que o jornalismo econômico na rádio não tem espaço para teorias mais complexas - temas que sofreriam mudanças de linguagem mais drásticas no jornalismo hardnews - a atividade da cobertura econômica não enfrenta problema de simplificar informações.

¹¹ Entrevista concedida por Jornalista 1 da EXAME HOJE, Entrevista V. [Nov, 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

É possível identificar que a resposta está mais ligada com o tipo de cobertura que a rádio faz, que se esforça mais para narrar dados oficiais. No entanto, percebe-se uma confusão no que seria, para o jornalista, o ato de simplificação, porque logo depois ele afirma que, contrário de achar que o jornalismo apresenta uma versão mais simplista dos fatos, a atividade estaria voltada mesmo a tornar as notícias mais palatáveis, para que a “dona de casa” entenda.

Esta preocupação do repórter acaba, na verdade, sendo muito similar a percepção dos outros entrevistados citados acima, porque todos citaram a necessidade de uma tradução do campo econômico e uma adaptação de linguagem quando foram perguntados sobre uma possível tensão.

Lembra-se, neste contexto, da afirmativa de Rodrigues sobre a responsabilidade e a característica do discurso midiático, que deve ser compreensível independente da situação interlocutiva particular. Para Rodrigues, o campo dos media não procura uma linguagem própria, sendo seu exercício de mediação a procura da metaforização terminológica e transposição conceitual. Interessante perceber como a resposta da maioria dos jornalistas conversa com esta definição de Rodrigues, com um porém. Para o autor, o que o jornalismo faz como a linguagem não se configura como desenvolvimento de uma linguagem própria, mas estaria muito mais ligado com a maleabilidade do discurso para que ele possa mediar diferentes experiências do saber. Entende-se que os entrevistados usam o termo “linguagem própria” porque atribuir este conceito ao discurso jornalístico é uma saída simples e rápida para a definição da atividade. Esta interpretação sugerida sobre a percepção dos jornalistas em relação a definição de linguagem abre portas para problematizar a bem provável escassa reflexão sobre a natureza do texto jornalístico, que será melhor explorado na próxima categoria.

Mas antes de encerrar a análise desta, expõe-se a resposta do jornalista da Gazeta do Povo quanto à tensão, que, como sugeriu-se acima, destoou das respostas dos outros entrevistados.

O entrevistado afirmou que não vê tensão porque não enxerga a discurso jornalístico como produtor de conhecimento, e que, o jornalismo econômico seria somente uma prática de apuração e redação de informações.

Pura informação, eu redijo sobre ela, e ela vai chegar no público. Não acho que isto seja um campo de conhecimento. Não pelo menos como na teoria

de Bourdieu quando ele faz a teoria dos campos. Não é um campo de conhecimento, é uma atividade, um trabalho (Informação verbal).¹²

Mas é com esta colocação que abrimos a próxima categoria, que pergunta:

Categoria c) Esta é uma pergunta voltada a entender o jornalismo como campo de conhecimento, de produtor de conhecimento, sobre a natureza da informação que o jornalismo produz. As informações apropriadas pelos jornalistas, transformadas em notícias, reportagens: você acha que isto acaba sendo uma forma de produzir conhecimento e não só um ato de simplesmente transmitir uma informação, repassar uma informação?

Para exhibir o problema colocado acima, de que há pouca reflexão sobre a natureza do texto jornalístico entre os profissionais, introduz-se a resposta dada pelo jornalista da Gazeta do Povo, o mesmo da questão com que se encerrou a categoria anterior. Desta vez, o entrevistado afirmou que acredita que o jornalista econômico seja produtor de conhecimento, dando como exemplo o trabalho mais apurado feito com dados econômicos, mostrando contradição entre suas percepções:

Quando eu pego uma Pnad contínua e fico cavando os dados de empregos até encontrar uma tese ali dentro eu estou produzindo conhecimento, talvez, não vou dizer que seja novo ou uma grande descoberta, mas às vezes a gente tem uma abordagem diferente do conhecimento produzido pelo IBGE quando fez a divulgação, do técnico do IBGE quando falou com a imprensa no momento da divulgação, o que vai permitir uma leitura da realidade com base nestes dados (Informação verbal).¹³

Antes de se expor como as respostas dos outros entrevistados foram similares entre si no sentido do trabalho com os dados, lembra-se das respostas das categorias a) e b) deste mesmo eixo temático. Quando perguntados se usavam mais informações de dados públicos ou de fontes exclusivas, a maioria deu a entender que se apropria muito dos primeiros, mas que busca trabalhá-los com o auxílio de investigação e fontes exclusivas que possam comentar estes dados. E quando questionados sobre a tensão entre os campos jornalísticos e econômicos, os entrevistados citaram a diferenciação da linguagem.

¹² Entrevista concedida por Jornalista do jornal Gazeta do Povo, Entrevista I. [out. 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

¹³ Entrevista concedida por Jornalista do jornal Gazeta do Povo, Entrevista I. [out. 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

Estas duas percepções acabam aparecendo no que os entrevistados entendem de jornalismo econômico como produtor de conhecimento. Primeiro, como estava sendo exposto, a relação com o trabalho de dados, já citado no trecho da entrevista com o jornalista da Gazeta do Povo.

A resposta da jornalista do Valor Econômico foi bastante parecida neste sentido. Ela afirmou que os dados são muito pulverizados e pouco amarrados entre si, e que, ao fazer o cruzamento destas informações, o jornalista percebe uma nova informação que não havia sido refletida por outra pessoa anteriormente. “Então é conhecimento novo sim”, afirmou a entrevistada.

A maioria dos jornalistas acabou usando este exemplo do trabalho de dados para responder a pergunta sobre produção de conhecimento. Por exemplo, o jornalista 1 da Exame Hoje deu o exemplo do balanço trimestral das indústrias, e como é possível usar estes dados, numa leitura mais aprofundada, para produzir novos conhecimentos. Para contrapor esta situação, ele citou o trabalho de jornal diário ou das agências de notícia, que acabam tendo como grande parte do trabalho publicar o que está no balanço sem fazer reflexões maiores em cima das informações.

Esta mesma percepção sobre o jornalismo hardnews aparece na resposta do jornalista da Bandnews, que foi o único a não afirmar que em certos momentos o jornalismo econômico pode ser um produtor de conhecimento.

Acho que eu poderia dizer conhecimento porque conhecimento é quando você cria um insight próprio e reproduz isto. Acho que é mais informação mesmo, de pegar o que aconteceu, ouvir as fontes, filtrar o que é mais importante, e filtrar a história da melhor maneira possível (Informação verbal).¹⁴

Ainda, para completar as percepções que surgiram, acrescenta-se a resposta da jornalista 2 da Exame Hoje, que afirmou considera produção de conhecimento quando transformam-se informações sisudas em uma material compreensível para o público geral.

Agora, volta-se ao a afirmação feita no início da análise das respostas desta categoria, sobre o diagnóstico de que há pouca reflexão sobre a natureza do texto jornalístico. Percebeu-se, frente aos comportamentos dos entrevistados quando

¹⁴ Entrevista concedida por Jornalista da Rádio BandNews FM, Entrevista III. [Nov, 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

questionados se achavam que o jornalismo era produção de conhecimento, que esta questão não é visitada durante o dia a dia da profissão.

Todos os entrevistados não deram sua resposta de imediato. Não é difícil entender porque isto aconteceu. A discussão sobre o jornalismo como produtor de conhecimento é pouco visitada até mesmo no meio acadêmico.

É interessante, neste contexto, citar a importância do trabalho consciente. Como Meditch (1997) afirma, as limitações do jornalismo colocam em suspeita a afirmação de que esta atividade poderia ser realmente considerada produtora de conhecimento. Mas assim como este e outros autores colocam, mesmo que o jornalismo não revele a realidade assim como a ciência, não há motivos para afirmar que este exercício não revele e produza conhecimento de alguma maneira, mesmo que o faça de forma diferente.

A partir da interpretação da teoria de autonomização dos campos de Rodrigues (1999), é possível entender que esta “forma diferente” é uma caracterizadora do campo dos media como campo de conhecimento.

Mas porque é tão interessante abordar a atividade jornalística como produtora de conhecimento? E aí que se insere a reflexão da importância dos jornalistas serem mais conscientes sobre a natureza do material que produzem. Como Meditsch (1997) afirma, no mesmo passo que se começa a entender o jornalismo como produtor de conhecimento, é possível avançar na cobrança e exigência do aperfeiçoamento dos jornalistas, “que deixam de ser meros comunicadores para se transformarem em produtores e reprodutores de conhecimento” (Ibid, 1997, p. 12).

A realidade da produção do jornalismo atual, no entanto, ainda está longe desse ideal. Como será melhor exemplificado na percepção dos jornalistas dentro das categorias seguintes, a responsabilidade da atividade jornalística como campo de conhecimento e como instituição de influência na vida da população enfrenta problemas estruturais do mercado de trabalho.

6. 3. TEMÁTICA DA ANÁLISE E FORMAÇÃO DE EXPECTATIVAS

Este eixo temático, por trazer a questão da consciência do jornalista sobre a formação de expectativas e a construção do campo econômico, relacionando com o

potencial de análise do jornalismo econômico, combina objetos que completam as reflexões já levantadas nas categorias anteriores.

Categoria a) Você percebe o jornalismo econômico não só como um transmissor de expectativa mas como uma ferramenta de construção de expectativa, que incide sobre o campo econômico?

A maioria das respostas foi afirmativa para esta pergunta. E dentro destas respostas, encontraram-se alguns padrões para explicar a posição sobre o assunto. Um deles é a diferenciação de expectativas. O jornalista da Gazeta do Povo foi quem deu a resposta mais completa sobre estas especificações. Em primeiro lugar, o entrevistado afirmou que o jornalismo é parte da construção das histórias que influenciam o comportamento das pessoas. Primeiro, ele comentou sobre as expectativas que movem um segmento mais restrito, segundo sua percepção.

Por exemplo, a expectativa de inflação do Boletim Focus, que é medida por um grupo de empresários. Para o jornalista, estas informações têm influência mais direta dentro deste círculo de pessoas do mercado financeiro.

Ainda segundo sua resposta, quando as expectativas saem deste círculo mais restrito, de agentes melhor informados sobre como funciona o comportamento dos preços, o entrevistado cita que a contação de histórias sobre como as pessoas comuns estão se comportando com relação a economia seria o principal influenciador e caracterizador da mobilidade do jornalismo econômico.

Você tem uma notícia de que a Caixa dobrou o financiamento de um ano para o outro, o número de lançamentos da cidade dobrou, dados objetivos. De alguma maneira pode influenciar a maneira que as pessoas estão percebendo o mercado imobiliário naquele momento. Trazendo a inflação para o dia a dia das pessoas. Elas podem perceber que a inflação está mais alto do que está porque a gente circula esta noção, esta história na nossa comunidade de que os preços estão subindo mais do que na prática, por mais que se diga que naquele mês a inflação está acumulada em 12 meses, está em 7%, as pessoas ainda têm uma noção de que os preços estão subindo a 10%. Isto até dificulta um pouco do trabalho do Banco Central, acho que até ele deve olhar no modelo deles de alguma maneira para isto, não sei. O jornalismo influencia a partir do momento que você começa a replicar estas histórias, além de dar o dado completo, você começa a replicar histórias de pessoas que estão investindo no mercado imobiliário e ganhando dinheiro, ou a replicar história de pessoas que estão cortando seus gastos porque a inflação está alta (Informação verbal).¹⁵

¹⁵ Entrevista concedida por Jornalista do jornal Gazeta do Povo, Entrevista I. [out. 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

Na interpretação deste e outros entrevistados, somente a partir da contextualização dos índices econômicos é que o jornalismo realmente estaria influenciando comportamentos e incidindo sobre o campo da economia. Por exemplo, com o padrão de resposta parecido à anterior, a jornalista do Valor Econômico cita como a economia, e suas expectativas, são segmentadas. Ela cita o comportamento do ministro da Fazenda, por exemplo, quando este afirma que “a expectativa da economia já melhorou”. Mas, como a entrevistada assinala, existem vários índices de expectativas, de diferentes setores, medidos de diferentes formas.

(...) ele pode estar falando do índice de confiança do consumidor, mas pode estar falando dos empresários que já estão mais dispostos a investir, então pode ter um momento que o Meirelles vai estar em reunião com os empresários, e estes estão falando "vou querer investir, estou mais animado", enquanto que o consumidor, a dona Maria, o marido perdeu o emprego. Então a expectativa é segmentada, e eu acho que o jornalismo é um dos segmentos da confiança, mas como é a gente que filtra pra passar a informação, a gente acaba contaminando também, a gente também faz parte, é um elemento que inclui na expectativa (Informação verbal).¹⁶

Antes de introduzir as respostas dos outros entrevistados, analisa-se, sob a as questões teóricas trazidas na revisão bibliográfica das teorias econômicas e teorias sobre a flexibilidade da mídia, este padrão de resposta encontrado. Resgatar o conceito de que a expectativa econômica é um conhecimento socialmente construído ajuda no início da problematização e análise das percepções dos jornalistas. Em primeiro lugar, questiona-se a ideia de que informações noticiadas de forma não contextualizada, por exemplo, a notícia sobre a expectativa de inflação segundo o boletim Focus, não incida sobre a construção das expectativas na economia.

É fundamental deixar claro que o trabalho não tem a intenção de discutir como se dá a tomada de decisão do consumidor a partir das informações que ele recebe. Além de não disto não ser objetivo do trabalho, é importante frisar que somente este debate já resultaria em problemas suficientes para outro projeto de pesquisa. O que se coloca aqui é que as informações que os agentes recebem influenciam sim suas decisões. A maneira como isto acontece é uma outra questão, que foi brevemente consultada durante a revisão bibliográfica das teorias sobre

¹⁶ Entrevista concedida por Jornalista do jornal Valor Econômico, Entrevista IV. [Nov, 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

expectativa, probabilidade e racionalidade, e que tem diversas interpretações teóricas.

Entre as teorias sobre racionalidade, existe um entendimento que é mais acessado que presume que as pessoas, para evitar uma sobrecarga de informações, recorrem a padrões conhecidos e regras simples de procedimento, reconhecendo com mais intensidade situações que já foram referenciadas em algum momento da vida e de suas interações.

O caso da inflação ou do desemprego são exemplos importantes. Mesmo que o texto noticioso não venha acompanhado de uma grande análise sobre os índices, o contexto de recepção das pessoas dá conta para que o dado simplesmente tenha potencial construtivo. Segundo as expectativas racionais, as decisões estão sempre acompanhada de suas experiências do passado e das percepções acerca do presente, assim como, o simples nome dado aos índices já remete conhecimentos acerca do passado e do imaginário de uma população. Como resgatou-se no capítulo dois, a inflação tem uma história muito forte e revolucionária para a história econômica do Brasil. O sujeito é reflexivo, mesmo que inconscientemente, mesmo diante de uma palavra. Como coloca a teoria bakhtiniana, nenhuma palavra, quando está pronunciada, escapa de uma significação semiótica. Como já posto acima, repete-se o trecho: “A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social.” (Bakhtin, 2006, p.34).

E mesmo que um círculo de pessoas somente entendesse a fundo o significado de um dado e suas conseqüências reais, suas decisões e comportamento frente a uma determinada expectativa afetariam, de uma maneira ou de outra, a esfera econômica de um outro círculo de pessoas.

O jornalista da Bandnews fez uma afirmação parecida com a do jornalista da Gazeta do Povo, onde coloca que os dados mais brutos, quando pronunciados no jornalismo econômico, teriam mais importância para quem trabalha com e conhece a fundo estes índices. E que, o impacto na vida das pessoas, viriam quando os dados estão acompanhados de um acontecimento extraordinário.

(...) ele se torna a notícia importante do dia se tem algo atípico. Depois de três anos eles passam a projetar queda do PIB, faz a análise, porque daí é algo que tem impacto na vida da população. Mas o dado cru, em si, acho

que não tem muita relevância para o público em geral (Informação Verbal).
17

Esta percepção, portanto, destoa do que se defende, neste trabalho, a partir dos teóricos apresentados, sobre o que seria o “efeito de realidade” presente no discurso jornalístico. Para afirmação, retoma-se este trecho do capítulo 4:

A relevância e interdependência de indicadores macroeconômicos, estabelecidas na consciência prática, vão depender do contexto; mas estão sempre ancoradas num discurso econômico. Relevância implica maior visibilidade e interdependência, sinaliza ações e conseqüências (CAMARGOS, 2004, p. 49).

Apontar aqui que a simples narração de dados tem importância na construção da economia traz a segunda questão de análise desta categoria.

A defesa de que índices de expectativas sozinhos no discurso jornalístico já incidem sobre o campo econômico não é mesmo que defender que a falta de uma contextualização seja saudável para a responsabilidade que o jornalismo carrega como construtor da realidade. Pelo contrário. Como recuperado durante o capítulo quatro, nas teorias sobre formação de expectativas, as metodologias que envolvem a projeção de números e expectativas futuras não são sempre iguais, e a intenção econômica não é sempre limpa de interesses, dependendo muito do seu emissor primário. A economia, como já apontado, não funciona com a mesma exatidão e empirismo de ciências como a física e a matemática, e no campo das probabilidades esta característica torna-se ainda mais forte.

Na percepção da jornalista do Valor Econômico, isto acaba imputando problemas de objetividade ao jornalismo. Isto porque, como a narração de dados não vem acompanhada de uma contextualização sobre a origem dos índices, a clareza da informação fica comprometida. Como já colocado nesta pesquisa através da pesquisa de Lene (2006), em função de questões editoriais, de estrutura empresarial, espaço de publicação e subjetividade intrínseca ao profissional, a polifonia e o debate de ideias que acontecem no campo econômico acabam não tendo espaço apropriado no jornalismo econômico.

¹⁷ Entrevista concedida por Jornalista da Rádio BandNews FM, Entrevista III. [Nov, 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

Esta diferenciação do jornalismo mais analítico para aquele que se esforça na simples narração de dados será melhor especificada na próxima categoria. Optou-se por introduzir a problemática desde já porque ela aparece como um problema de responsabilidade jornalística na percepção dos jornalistas e na percepção deste trabalho.

Como exemplo de que esta questão vai aparecer na maioria das respostas sobre o jornalismo como construtor da realidade, coloca-se a resposta do jornalista que trabalhou na Gazeta Mercantil. Para ele, a transmissão das expectativas é uma questão de responsabilidade porque o jornalismo não seria somente um transmissor de informações, mas um componente de construção da realidade

Nunca o jornalismo, em nenhum sentido, é só um transmissor. Isto é uma cascata que a gente aprende na faculdade, que o jornalismo é neutro, que o jornalismo tem alma de anjo. Agora, o que importa nesta transmissão, que pode ser uma construção ou uma destruição, importa que ela seja correta (...) E por isto o nosso cuidado como profissional tem que ser muito exigente (Informação verbal).¹⁸

Também é interessante colocar a resposta do jornalista 1 da Exame Hoje sobre a questão, já que muito mais do que uma percepção própria do entrevistado, a resposta exhibe um posicionamento da própria revista, que, segundo o jornalista, não só sabe que incide sobre a realidade como quer fazê-lo.

A nossa ambição é construir (...) O que não pode acontecer é ficar nos discursos oficiais. Se a gente for falar com os investidores, eles vão falar que as bolsas vão continuar subindo porque eles querem que as pessoas comprem ações. O que a gente tem que fazer é olhar para os dados e ver se o futuro vai repetir o passado. No final das contas, se a gente ficar dependendo de que outras pessoas façam esta análise para gente eu acho que a gente não está prestando nosso serviço para o leitor, que o mais importante que a Exame faz é ajudar o leitor a tomar decisões para a vida dele. Se a gente não for mais didático e assertivo nisto, nosso trabalho está sendo mal feito. E a gente tenta fazer isto para os dados econômicos, para dados financeiros, para imóveis, eu acho que é o nosso trabalho mais difícil, no fim das contas (Informação verbal).

Colocada esta questão, considera-se interessante e construtivo para esta análise inserir aqui um exemplar da seção chamada 'Carta da Exame' da Revista Exame, que funciona como uma espécie de editorial, intitulado "A Batalha dos

¹⁸ Entrevista concedida por Jornalista do extinto jornal Gazeta Mercantil, Entrevista II. [out. 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

indicadores”, veiculado na primeira quinzena de novembro de 2016, cuja manchete de capa é “Os bons tempos voltaram?”, majoritariamente transcrito abaixo:

Fazer previsões é uma das partes mais espinhosas do ofício de economistas e analistas políticos. Se isso é verdade em tempos razoavelmente normais, mais ainda num momento crítico com este que o Brasil está vivendo. A desarrumação generalizada de que o país foi vítima no período recente é tamanha que torna difícil pensar como tudo pode ser reorganizado e identificar até que ponto já estamos a caminho de uma recuperação. No dia a dia, brotam indicadores e notícias que ora dão motivo para algum otimismo em relação ao futuro próximo, ora alimentam o quadro de desalento. No dia 1º de novembro, quando este texto estava sendo escrito, circulavam ao mesmo tempo notícias de que a produção industrial no país ainda anda a passo vagaroso e de que o comércio se anima na cidade de São Paulo com a perda da intensidade de uma queda de vendas. O que isso aponta sobre o que vai ocorrer com a economia e com os negócios à frente? De acordo com os especialistas, a profusão de dados contraditórios é uma característica da fase de transição da economia. Ou seja, vamos continuar convivendo com sinais alternados por um bom tempo, até que o país alcance um terreno mais firme. Mas é uma missão de EXAME coletar informações e ouvir fontes diversificadas para fazer análises e ajudar o leitor a entender as tendências, tomar decisões e programar-se em suas atividades e na carreira. Nesta edição, a reportagem de capa é um mergulho numa frente que parece já antecipar um futuro melhor para a economia brasileira: a bolsa de valores. À primeira vista, a julgar pela valorização de 50% do Índice Bovespa neste ano até o final de outubro e especialmente pela alta das ações de grandes empresas, como Petrobras, Sabesp e as siderúrgicas CSN, Gerdau e Usiminas, o país já parece estar numa rota de ascensão (...) Voltando aos sinais contraditórios, o último dado sobre desemprego mostra que o problema está longe de ser revertido. Muitos brasileiros ainda vão sofrer com isso - e com outras notícias ruins que continuam a brotar. A esperança, agora, é que a parte cheia do copo comece logo a superar o lado vazio. (EXAME, carta de. Revista Exame, São Paulo, 9 de novembro, 2016, ed. 1125).

Além da confirmação da percepção colocada pela jornalista que trabalha neste veículo, percebe-se que o próprio texto, ao tratar das diferenças entre os índices econômicos, impõe sua própria expectativa para a economia, a de que o país caminha para uma melhora em sua economia, mesmo que enfrente turbulências e conflito de informações sobre sua retomada. A própria manchete de capa já expõe que tipo de expectativa a revista procura construir.

Percebe-se que a questão do jornalismo analítico também aparece com grande força na resposta do entrevistado e no texto da revista, mostrando que, apesar da percepção geral dos entrevistados ser de que índices desacompanhados de contextualização não têm grandes influências para a construção da economia, por outro lado há uma preocupação em se trazer estes dados acompanhados de uma análise, na tentativa de se oferecer uma informação justa ao receptor.

Importante frisar a palavra tentativa, porque neste caso, a premissa de ser justo e plural nem sempre se reflete no produto final.

Categoria b) Sobre as controvérsias e visões diferentes de dentro do campo econômico. Por vezes elas chegam de maneira que parece limpa para a imprensa. É função do jornalismo entender estas variações e deixar isto claro no produto final?

Antes de entrar na análise das respostas a esta categoria, acrescenta-se que as respostas da pergunta do questionário semi-estruturado “O esforço para a narrativa de dados ou é equilibrado entre análise?” foram aglutinadas a categoria presente, pois se considerou que as respostas conversam entre si e tocam num mesmo âmbito de problemas.

Como exposto na categoria anterior, o jornalismo analítico, para grande parte dos entrevistados, é a parte do jornalismo responsável na construção do campo econômico. Também já foi explicado acima a posição defendida neste trabalho, que considera todas as informações noticiadas como reais construtores da realidade.

No entanto, a percepção sobre a responsabilidade do jornalismo analítico entre os entrevistados se portou de maneira mais correspondente com a percepção defendida por este trabalho. Então, nesta categoria, a tentativa é de mostrar diagnósticos vindos do contexto do mercado de trabalho, através do entrevistados, sobre as dificuldades de se fazer um jornalismo que apresenta as controvérsias e diferentes visões da ciência econômica.

O entendimento geral, visto em todas as respostas dos entrevistados, é de que é função do jornalismo apresentar esta diversidade. As respostas foram muito similares neste sentido. O grau de frequência com que o jornalismo econômico é analítico, diverge-se mais entre as respostas, mas as percepções colhidas sobre as causas do jornalismo econômico não chegar sempre ao receptor de forma contextualizada são extremamente correlatas entre os entrevistados.

Sobre se há ou não um equilíbrio entre a narração de dados e análise, alguns dos entrevistados afirmaram que há, mas durante o desenvolvimento da resposta, mostraram que não consideram ideal a distribuição entre o esforço de narrar dados e matérias mais contextualizadas sobre expectativas.

A resposta do jornalista da Gazeta do Povo foi a mais enfática sobre o assunto de narração:

Muito do esforço está concentrado só na narração dos números. Aí muitas vezes esta narração é meio inútil. Ontem, por exemplo, saiu sobre produção industrial. "Produção industrial caiu X%". Talvez isto assim não tenha muita utilidade, e o esforço é muito grande, principalmente nos jornais nacionais e agência, de acompanhar esta agenda de indicadores (Informação verbal).¹⁹

A jornalista do Valor Econômico, que trabalhou como repórter do portal de notícias online G1, ao responder a pergunta citou também esta questão do serviço em tempo real, descrevendo a atividade como “pisca”.

E também tem isto, quando sai o serviço de tempo real, a gente precisa ser alimentado com informações, tudo muito rápido, tanto que a gente chama "pisca", que é uma frase, pisca e sai. Saiu o IPCA no site do IBGE, a gente vai lá e pisca, "IPCA sobe tanto em janeiro", e manda outra frase, "IPCA acumulado do mês". É só frase, frase e frase. E depois imediatamente a gente tem que conversar com economistas pra ver o que eles acharam, para julgar a informação. E as únicas pessoas que olham para o IPCA tão rápido são os bancos, as corretoras, gente que opera, do mercado financeiro, e é por isto que a gente também fala muito com o mercado financeiro, o IPCA saiu às nove, eu preciso falar com alguém que já tenha o modelo dele, o excel, que já divulga dos clientes dele e ele aproveita e fala com a gente. Então na plataforma em tempo real, a voz dos bancos é quase predominante (Informação verbal).²⁰

Partindo da premissa estabelecida que os dados veiculados pela mídia, acompanhados de análise/contextualização/pluralidade de voz ou não, são também responsáveis pela construção do campo econômico, é bem caro a esta pesquisa pensar sobre informação obtida da resposta da entrevistada. Assim como a jornalista mostra ao falar que, nestas plataformas, a voz dos bancos é quase predominante, resgata-se a pesquisa de Lene (2006), que afirma que na cobertura de economia as fontes de informação são principalmente as oficiais e dos especialistas, no caso os economistas, operadores de mercado, empresários e profissionais da área de finanças.

Segundo Lene (2006) estas duas vozes “disputam o espaço das páginas dos jornais na construção dos discursos sobre o campo econômico e são as vozes que têm mais força – mais visibilidade – nesta cobertura” (Ibid, 2006, p. 218).

¹⁹ Entrevista concedida por Jornalista do jornal Gazeta do Povo, Entrevista I. [out. 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

²⁰ Entrevista concedida por Jornalista do jornal Valor Econômico, Entrevista IV. [Nov, 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

Destacam-se, a partir disto, as percepções dos entrevistados sobre o porquê de grande parte do jornalismo econômico concentra e dá voz a um determinado segmento da sociedade, produzindo notícias que pecam na pluralidade e maior contextualização responsável dos dados.

Em primeiro lugar, a própria proposta de cada veículo interfere neste problema. Na maioria das respostas, os entrevistados citaram como obstáculo ao jornalismo mais analítico e plural a estrutura das redações, o tempo de apuração e o espaço que se dá a cobertura do jornalismo econômico. O jornal Valor Econômico foi diversas vezes citado como exemplo de veículo que consegue “dar conta” de fazer jornalismo econômico pluralizado justamente pela questão estrutural e de proposta de cobertura. A jornalista do Valor Econômico reconhece o “privilégio” de estar trabalhando conforme estas estruturas:

Aí tem o Valor, mas aí é outro caso. Eles ainda têm espaço pra reportagem, todo mundo lá entende de economia (...) Tem espaços como o Valor que eu considero produção de conhecimento porque dá pra fazer isso, você volta no dado, é produção de conhecimento, você levantou dados, ouviu fontes diferentes, uma de um lado, uma do outro, fica um paper, sei lá, podia ser um paper (Informação verbal).²¹

A jornalista lembrou da rotina de cobertura do G1 para exemplificar a diferença entre as produções do antigo cargo e do atual.

Tem os portais, que são o que as pessoas mais leem, que em geral as equipes são super pequenas, no G1 era assim, eu e mais quatro pessoas. O Eike Batista descobriu uma empresa nova, eu que vou cobrir, a Chevron vazou petróleo, eu que vou cobrir, a Petrobras divulgou algo, eu, Bovespa, eu, dólar, eu, imóveis, eu, finanças pessoais, eu. Então você não aprofunda nada, entrega e vai pra outra, entrega e vai pra outra. Isto é a maior parte do jornalismo hoje, porque as redações de online estão com pouca gente, pra fazer muita coisa, então é a realidade da maior parte do jornalismo é isto (Informação verbal).²²

Estes problemas estruturais foram comentados por todos os entrevistados. Para não ficar extremamente repetitivo, coloca-se mais somente a percepção do jornalista 1 da Exame Hoje sobre a questão, que afirmou que a cobertura geral é muito mais “relatorial” que do “analítica”.

²¹ e ²¹ Entrevista concedida por Jornalista do jornal Valor Econômico, Entrevista IV. [Nov, 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

Pode parecer ridículo eu aqui criticando jornal diário e defendendo revista quinzenal. Mas acho que por conta da pressão do tempo, falta de equipe, no fim das contas o que eles conseguem fazer é muito mais relatorial do que analítico. Aí tanto de dados mais frios como quanto de informações. "Empresa quer investir em meio ambiente", "fulano estuda o mercado mexicano", isto não é informação no final das contas, não é notícia, mas a pressão do tempo faz com que vire. E cobertura de balanço é onde a pressão do prazo está mais, balanço, dados financeiros do governo, não pra fazer um negócio mais analítico, e pra subir no site em quinze minutos. O que o cara faz é correria de reportar, e aí vai na fonte, o que o cara falou né (Informação verbal).²³

Colocados estes fatos, é positivo que se esclareça que a proposta analítica ainda não é um determinante direto sobre a qualidade jornalística, em sua premissa polifônica e isenta. A percepção da jornalista 2 da Exame Hoje coloca essa nuance para análise.

É uma coisa que demanda tempo. Por exemplo, saiu um indicador econômico, e você precisa ir apurar com X economistas para ter visões diferentes. Então eu acho que alguns casos a gente acaba pecando, por não ter tempo, por ter que dar as coisas, e ter que ouvir um cara e levantar a voz dele como absoluta. Dar aspas pra ele e contar o texto a partir do que eles me disseram. Só que é isto. O jornalismo econômico é muito polarizado. A gente tem que tentar ouvir cada vez mais pessoas para construir aquele pensamento. Porque economia, no final das contas, não é uma ciência exata, e são seres humanos que está cobrindo ela, que estão falando dela, e os economistas têm suas visões distintas (Informação verbal).²⁴

Interessante destacar esta percepção da entrevistada sobre colocar uma voz como verdade absoluta. Lene (2006) aponta exatamente este problema ao falar da importância do jornalismo como construtor da realidade e sobre os desafios da forma como isto acaba acontecendo. Este trecho já foi colocado acima, no capítulo quatro, mas devido a sua pertinência para análise desta categoria de respostas volta-se a ele:

Assim, a construção de verdade sobre o campo econômico passa por especulações sobre as medidas tomadas ou que serão tomadas pela política monetária do governo, por aproximações, estimativas e por situações visualizadas por fontes especializadas, o que pode levar a informações equivocadas dependendo da interpretação que se dá ao assunto (LENE, 2006, p. 221).

²³ Entrevista concedida por Jornalista 1 da EXAME HOJE, Entrevista V. [Nov, 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

²⁴ Entrevista concedida por Jornalista 2 da EXAME HOJE, Entrevista VI. [Nov, 2016]. Entrevistador: Amanda Pupo. Curitiba, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho

Para finalizar esta análise, é fundamentalmente válido recuperar o diagnóstico de Meditsch sobre a falta de transparência dos condicionantes da produção do jornalismo – as condições de estrutura, rotina, condições técnicas, econômicas e o jogo de poder e conflitos de interesse que estão vinculados a profissão. “A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la” (ibid, 1997, p.10).

CONCLUSÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso buscou entender, em primeiro lugar, a importância de se compreender o jornalismo como produtor de conhecimento e entender seu papel como construtor do campo econômico, como uma instituição que incide sobre a economia, a partir da formação de expectativas. Para isto, fez-se um trabalho de revisão e reflexão de teorias que discutem a importância e a responsabilidade reflexiva da mídia, que seguiu para o destrinchamento da ideia do jornalismo como campo, assim como processo de autonomização do campo dos media - onde o jornalismo está inserido. As relações entre estas duas últimas questões se traduziram, durante o trabalho, na possibilidade de se portar ao jornalismo exigindo dele mais responsabilidade e rigor em sua produção.

Pensar nisto está diretamente ligado com a reflexão sobre o jornalismo como construtor do campo econômico. Para chegar a esta temática, o trabalho passou para uma revisão das teorias que discutem a cientificidade no pensamento sobre a racionalidade dos agentes, nas teorias de probabilidade, e as conseqüentes formações de expectativas e suas problemáticas. Aquela revisão serve, num primeiro plano, para resgatar um panorama de teses que discutem como as expectativas são formadas na esfera econômica, para então relacionar estas perspectivas com o trabalho que a mediação tem na formação das pessoas.

Em segundo lugar, entender o campo das expectativas leva a reflexão de que, como o jornalismo econômico incide sobre a economia, nada mais importante do que reafirmar a necessidade de se exigir da atividade o rigor esperado de quem produz conhecimento, e a responsabilidade do comprometimento com a informação, sua apuração e a pluralidade de vozes que devem compor o discurso jornalístico.

Pensando desta maneira, e entendendo que o trabalho tem caráter introdutório em tentar entender as relações da teoria econômica com o jornalismo, compreendeu-se que seria bem-vindo aplicar a pesquisa no campo do mercado, ou seja, para quem está diretamente ligado a esta produção de conhecimento e expectativa. As percepções dos jornalistas entrevistados trazidas para o trabalho, além de contribuírem na compreensão de alguns problemas práticos do exercício no jornalismo econômico, expuseram o grau de consciência sobre o entendimento da responsabilidade produtora e construtora do jornalismo.

Entender como os jornalistas refletem sobre estas questões é o passo inicial para o meio acadêmico pensar em que nível a reflexão sobre a natureza da atividade/produção jornalística e seus efeitos estão presentes no consciente dos profissionais formados. Por isto a questão da formação dos jornalistas também foi um tema visitado durante o trabalho.

As conclusões efetivas sobre o que a pesquisa mostrou começam por este tópico da formação. Assim como se viu através de autores como Meditsch, há um problema no fato da academia estar tão distanciada do mercado de trabalho. Primeiro porque acaba não entendendo as necessidades e a preparação que determinadas áreas de cobertura requerem, no caso analisado, o jornalismo econômico. E, segundo, porque sua permeabilidade no mercado de trabalho seria positiva no sentido de manter os profissionais reflexivos sobre o que produzem, e como produzem.

Como percebido, a formação acadêmica dos jornalistas entrevistados deixou muito a desejar no sentido de contextualizar ao futuro profissional o lugar e as responsabilidades que o jornalismo econômico carrega, citadas acima. A importância de especialização dos profissionais, portanto, estaria ligada a facilidade de entender e conquistar rigor na área de cobertura em que se atua.

Já quando perguntados se entendiam o jornalismo econômico como produção de conhecimento, os entrevistados conduziram suas respostas para explicar que consideram produção de conhecimento somente quando sua atividade faz um trabalho elaborado, em cima dos dados advindos do campo econômico.

Esta percepção é, afinal, correlata com a apreensão sobre produção de conhecimento defendida neste trabalho. No entanto, na medida em que os jornalistas puderem responder sobre a intensidade em que este trabalho é efetivamente realizado, percebeu-se que questões estruturais do mercado de trabalho representam desafios enormes para que o exercício do jornalismo econômico realmente aja da maneira responsável que sua atribuição espera.

Mas entende-se também que seria uma atitude natural dos jornalistas apontar problemas estruturais, ou seja, problemas quais as soluções não estão ao alcance imediato destes profissionais, que trabalham para uma empresa.

Apontar isto, de maneira alguma é o mesmo que incorrer as percepções dos entrevistados à um tipo entendimento falso. Na verdade, a atitude que tende a ser defensiva é uma esperada pelo pesquisador na aplicação de entrevistas. Por isto,

ainda é importante afirmar que, ancorando-se pela literatura da área e empirismo de outros trabalhos, realmente percebeu-se veracidade nas percepções dos jornalistas sobre os problemas estruturais. E concluiu-se que eles representam o antagonismo do jornalismo econômico mais analítico, plural e responsável com sua característica de construtor da realidade.

Mas outra interpretação para os problemas citados pelos jornalistas, que não contradiz de maneira alguma esta citada acima, vai também ao encontro do que Tuchman explica ser procedimentos de segurança para que os jornalistas sintam-se seguros sobre a busca da imparcialidade e objetividade, mas que reforçam características que deveriam ser repensadas e questionadas para se alcançar um jornalismo mais qualificado e menos falso para o público. Por exemplo, citar duas fontes, “dois lados”, foi uma expressão recorrente entre as respostas dos entrevistados. Percebe-se também que, ao comentarem sobre suas rotinas, nem sempre este procedimento, um dos citados por Tuchman (1972) acaba sendo realizado.

Portanto, nota-se, que em algumas situações da cobertura, nem um chavão, atualmente questionado, consegue ser acessado em função de políticas editoriais ou pelo próprio tempo de apuração, como colado acima. Estas situações não foram descritas de maneira apática pelos entrevistados, pelo contrário. Em suas posturas foi identificado um sentimento de frustração por suas atividades diárias não oferecerem uma abertura completa à prática do exercício jornalístico mais aprofundado e reflexivo.

Fica a questão da importância da formação acadêmica desconstruir certas orientações que se propõe a resolver o jornalismo de maneira muito esquematizada na rotina, e que acabam por favorecer práticas “fáceis” da produção que não favorecem à responsabilidade da produção midiática.

Já sobre a percepção do jornalismo como objeto que incide sobre o campo econômico observou-se que os jornalistas atribuem este papel somente a produção que se dedica a ser didática para o leitor. O entendimento geral é de que a narração jornalística dos dados não influencia, ou influencia em escala mínima, o campo econômico. Já foi reportado acima porque o presente trabalho entende que os jornalistas entrevistados incorrem ao erro por diminuírem a responsabilidade reflexiva da reportagem de fatos feita através da mediação jornalística, compreendendo, ainda, que os entrevistados acabam minimizando sua importância

para a sociedade, sentimento o qual se arrisca atribuir, entre outros fatores que podem ser discutidos futuramente, ao sentimento de frustração que a cobertura midiática de uma editoria complexa resulta.

Por mais que o trabalho reconheça, e insista, na importância da produção do jornalismo econômico contextualizada e didática, é importante frisar a responsabilidade que o jornalismo de características relatorial tem sobre sociedade e a economia. E que, ele deve ser praticado com uma maior atenção a heterogeneidade das vozes que acabam o compondo.

Por fim, as entrevistas aplicadas foram bastante eficientes em responder os problemas colocados pela pesquisa. Lembra-se também que a metodologia escolhida não tem como função uma conclusão fechada e quantitativa sobre os problemas elucidados. A função é de entendimento sobre percepção e padrão de comportamento entre os entrevistados.

As conclusões obtidas por este trabalho também representam novas perguntas e questionamentos para o jornalismo econômico. Isto é considerado positivo porque dá a vez para que novos projetos empíricos se esforcem em entender, em maiores escalas, o trabalho dos jornalistas econômicos e sua responsabilidade com a expectativa. A ideia é que o conhecimento aqui produzido coopere na melhora e na busca por uma cobertura econômica baseada na excelência de seus produtores e de seu produto.

As relações entre o jornalismo e as expectativas econômicas foram brevemente tangenciadas neste trabalho, cujo mérito mais importante seja ter levantado a relevância desta questão. A construção das expectativas é tema atual tanto para o jornalismo econômico como para a economia. Cada vez mais, pela dinâmica social, estes campos estarão interconectados na sociedade. E precisam também ser abordados na academia para dar respostas adequadas.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Árica, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Hucitec, 12ª edição, 2006.
- BASILE, Sidnei. **Elementos do Jornalismo Econômico**. A Sociedade Bem Informada e uma Sociedade Melhor. EVMBR; Edição: 2, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociology in question**. Sage, 1993.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc JD. **An invitation to reflexive sociology**. University of Chicago press, 1992.
- BRAGA, José Luiz. Para começar um projeto de pesquisa. **Comunicação & Educação**, v. 10, n. 3, 2008.
- CALDAS, Suely. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- CAMARGOS, Luiz Rogério de. **Fundamentos para uma teoria de expectativa econômica**. Escola de Economia de São Paulo, textos para discussão, 138, agosto, 2004.
- DAVIDSON, P. **Rational expectations: a fallacious foundation for studying crucial decision-making processes**. Journal of Post-Keynesian Economics. 5: 182-198. 1982-3.
- DAVIDSON, P. **Is Probability Theory Relevant for Uncertainty? A Post Keynesian Perspective**. Journal of Economic Perspective. 5: 129-143. 1991.
- DUARTE, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. Atlas, 2005.
- ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de decodificação em jornalismo**. Redação, captação e edição do jornal diário. Petrópolis: Vozes, 1979.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GUEDES FILHO E. M. **Inflação nas décadas de 80 e 90 e os Planos de Estabilização**. Federação Brasileira de Bancos, 2007.

HERSCOVICI, Alain. **Irreversibilidade, Incerteza e Teoria Econômica: Reflexões a respeito do Indeterminismo metodológico e suas Aplicações na Ciência Econômica**. EST. Econ., São Paulo, V. 34, N. 4, P. 805-825, Outubro-dezembro, 2004.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Editora Objetiva (formato Epub), 2012.

KEYNES, John Maynard. **The general theory and after: defence and development**. Macmillan, 1973.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

KUNTZ, Rolf. **Lava Jato borrou as fronteiras do noticiário econômico e do político**, 2016. Disponível em: <
<http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/lava-jato-borrou-as-fronteiras-do-noticiario-economico-e-do-politico/>> Acesso em: 16 de jun. 2016.

LAGE, Nilson. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAWSON, T. **Probability and Uncertainty in Economic Analysis**. Journal of Post-Keynesian Economics. 11: 38-65. 1988.

LENE, Hérica. **O jornalismo e a construção do verdadeiro no campo econômico: uma análise à luz das reflexões bakhtiana e foucaultiana sobre discursos**. In: Revista Fronteiras: estudos midiáticos. São Leopoldo Vol. 8, n. 3 (set./dez. 2006), p. 212-222.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2009.

MEDITSCH, Eduardo. **Jornalismo como forma de conhecimento**. Florianópolis: UFSC, 1997.

MEDITSCH, Eduardo. **Novas e Velhas tendências: os dilemas de ensino do jornalismo na sociedade da informação**. In: Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo. Brasília, v.1, n.1, p.41-62, abr./jul. 2007. Disponível em:
<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/viewissue.php?id=6>

MENDONÇA, H. F. de. **Transparência, condução da política monetária e metas para a inflação**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 175-198, jan./abr. 2006.

MIGLIORI, João N. **Informação Econômica, Ideologia e Expectativa**. In: Revista Pesquisa & Debate. São Paulo. Vol. 26, n. 2, setembro, p. 27-48. 2015

MUTH, J.F. **Rational expectations and theory of price movements**. Econometrica, July, 29, 315-335. 1961.

NASSIF, Luís. **O jornalismo econômico**. Artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 set. 2003.

PRADO, M. C. **Real história do Real**. Uma radiografia da moeda que mudou o Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte et al. **Experiência, modernidade e campo dos media**. Biblioteca On Line de Ciências da Comunicação. Portugal, 1999

SIMON, H. A. **Theories of decision-making in economics and behavioral science**. The American Economic Review, v. 49, n. 3, p. 253-283, jun., 1959.

SCHMIDT, C. **Introduction: What is certainty in economic uncertainties?**, in SCHMIDT, C. (ed.), Uncertainty in Economic Thought, Aldershot, Elgar. 1996.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

TAMBOSI, Orlando. **Informação e conhecimento no jornalismo**. In: Estudos em jornalismo e mídia – v.II, no 2. Florianópolis: UFSC, 2005.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **O jornalismo especializado e a especialização periodística**. Estudos em Comunicação, n. 5, 2007.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Editora Vozes. 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1990.

TUCHMAN, Gaye. **A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas**. American Journal of Sociology, Chicago, v. 77, n. 2, p. 74-90, 1972.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VERAS JÚNIOR, José S. **Da informação ao conhecimento: o jornalismo científico na contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRN, Natal, 2005.

VIEIRA, Paulo Roberto da Costa. **Imagem e Reputação do Banco Central: Relação entre percepção de desempenho e compromisso institucional**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto COPED de Administração. Rio de Janeiro. 2003.

APÊNDICES

Entrevista I: Jornalista do Jornal Gazeta do Povo

Você acha que seria mais válido ter uma formação específica em economia dentro da graduação ou a profissão demanda uma formação mais sólida, uma especialização ou até mesmo uma nova graduação?

Para começar a história, eu acho que não deveria existir o curso de jornalismo, talvez eu fosse melhor jornalista econômico se eu tivesse feito um curso de economia, e depois uma especialização em jornalismo. Invertendo a lógica da coisa. Agora, tratando da realidade do Brasil, seria melhor se houvesse um número maior de disciplinas técnicas para áreas específicas de cobertura, jornalismo de saúde, jornalismo econômico, jornalismo ambiental, e que elas tomassem um espaço maior no currículo. Estando dentro do curso de graduação já pensando numa área mais específica de conhecimento.

Você acha que isto eliminaria a necessidade de uma especialização?

Talvez eliminasse. Porque a pós-graduação vai ser sempre mais específica. Eu não acredito que um curso de pós-graduação em jornalismo econômico seja útil, porque ele vai repetir muita coisa que está na graduação e não vai ser profundo o suficiente nas disciplinas econômicas. Aí você buscaria um curso de pós-graduação mais específico, que foi o que eu fiz. Talvez fosse melhor oferecer na graduação alguma coisa mais específica sobre o jornalismo econômico, aí você buscaria..ah, quero fazer um MBA em Finanças para trabalhar com jornalismo financeiro, que é uma subdivisão do jornalismo econômico. O que acontece é que a gente vai entrar no jornalismo financeiro sem saber cálculo, e nem jornalismo econômico. Talvez pudesse chegar na formação já sabendo jornalismo econômico e depois fazer a disciplina de MBA em finanças para poder trabalhar com a parte de cálculo e trabalhar com jornalismo financeiro.

Certos autores dizem que os jornalistas econômicos são considerados quase especialistas dentro da redação, você enxerga isso também ou entende que a função é como outra qualquer dentro do jornalismo?

Eu acho que as duas coisas acontecem ao mesmo tempo, e isto em todas as editorias. Sim, jornalistas de economia que estão há muito tempo na área se tornam especialistas, e são considerados especialistas, mas isto não fecha a editoria para que jornalistas sem experiência possam trabalhar nela. Não é física quântica, é

só jornalismo. Isto a mesma coisa para esporte. Tem jornalistas esportivos que trabalham há dez anos, são muito bons no que fazem, mas isto não fecha a editoria para outras pessoas. Acho que funciona para as editorias mais simples que você possa imaginar. Um repórter de cobertura local, que é só hardnews, vai ser um especialista na mobilidade, no meio ambiente, em notícias policiais. Se eu for fazer notícia policial agora, eu vou sentir dificuldade.

As informações com quais vocês trabalham diariamente são normalmente acessíveis também ao resto da população ou trabalham mais com informações exclusivas?

Eu acho que uma das vantagens do jornalismo econômico é que tem muita informação pública. Quando você cobre saúde, por exemplo, você não tem fluxo de informação tão completo e rápido pra você entender o que está acontecendo com a saúde geral da população. Agora em economia você tem acesso a um número grande de ferramentas que são boas, com dados que são atualizados com uma frequência e uma velocidade bem rápida. Acho que tem ferramentas melhores do que outras editorias teriam para trabalhar com dados.

Esta é uma pergunta voltada a entender o jornalismo como campo de conhecimento, de produtor de conhecimento, sobre a natureza da informação que o jornalismo produz. As informações apropriadas pelos jornalistas, transformadas em notícias, reportagens: você acha que isto acaba sendo uma forma de produzir conhecimento e não só um ato de simplesmente transmitir uma informação, repassar uma informação?

Sim, a gente é produtor de conhecimento. Quando eu pego uma Pnad contínua e fico cavando os dados de empregos até encontrar uma tese ali dentro eu estou produzindo conhecimento, talvez, não vou dizer que seja novo ou uma grande descoberta, mas às vezes a gente tem uma abordagem diferente do conhecimento produzido pelo IBGE quando fez a divulgação, do técnico do IBGE quando falou com a imprensa no momento da divulgação, o que vai permitir uma leitura da realidade com base nestes dados.

A autonomização do campo, para alguns autores, surge da tensão entre os campos de conhecimento. Você enxerga isso na forma e na natureza do texto de jornalismo econômico? Esta tensão é sentida pelo jornalista econômico quando ele faz a reportagem usando os conhecimentos específicos da economia?

Não, eu não acho que tenha tensão. O que é o jornalismo como produtor de conhecimento sobre jornalismo, é uma coisa. Ah, vou estudar comunicação para tentar entender como ela chega no receptor. Isto é uma área de estudo. Outra coisa é a prática. Jornalismo econômico é uma prática de apuração e redação de informações. Pura informação, eu redijo sobre ela, e ela vai chegar no público. Não acho que isto seja um campo de conhecimento. Não pelo menos como na teoria de Bourdieu quando ele faz a teoria dos campos. Não é um campo de conhecimento, é uma atividade, um trabalho. Tem tensão entre o meu trabalho e o de economistas? Não por uma questão de superioridade do economista, mas tem uma questão ideológica por trás, o economista discorda com uma abordagem x porque ele acredita que é diferente, a tese dele é outra, mas não acredito que tenha uma tensão de campos de conhecimento. Não noto isso no dia a dia.

Acha que produz conhecimento, mas não o entende como um campo de conhecimento...

Se a gente está fazendo ciência? não. A gente está produzindo conhecimento? Sim. São coisas diferentes. Eu não estou fazendo uma regressão aritmética para provar uma tese, as teses normalmente são superficiais, com base em informações que são visíveis para qualquer pessoa. Eu até poderia tentar fazer uma tese mais sofisticada e escrever um paper sobre algum assunto, mas é impossível a um jornalista fazer isto, a técnica está aí. Aqui no Brasil não é muito comum, mas no exterior tem muito jornalista escrevendo bastante sobre economia, com uma sofisticação teórica bem avançada. Mas é que lá a formação é também um pouco diferente, né. Não tem tanto peso o curso de jornalismo. Muitas vezes são jornalistas econômicos com formação econômica. Tenho certeza que tem muito economista lendo o livro do Martin Wolf, critica ou concorda, e faz observações técnicas e não diz que é ruim porque ele é um cara que escreve em jornal. Então tem uma diferença talvez em três coisas: produção de conhecimento enquanto informação jornalística no dia a dia, a parte mais de divulgação econômica, que talvez se encaixe um Martin Wolf, mas algumas teses dele são tão sofisticadas que já entra num terceiro campo que é o da ciência econômica, aí é a questão dos limites da ciência econômica. Ela não é física, que talvez seja a ciência mais avançada na parte de matemática aplicada, a ciência econômica é bastante falha. Ela tem limites muito próximos deste conhecimento primeiro, mais básico que a gente gera, a capacidade de prever fenômenos na economia é muito menos do que

na física. Divergências de tese na economia são muito maiores que na física. Talvez exista uma certa soberba entre economistas na hora que eles colocam a tese deles pra fora, mas dentro do próprio campo, entre economistas, há críticas, sobre esta capacidade de previsão. Por sinal estou lendo o cisne negro e ele faz uma crítica sobre esta crise do campo econômico. As crises econômicas são um sinal muito claro disto, que você pode ter, houve uma evolução, claro, houve uma evolução de como se interpretam dados e tendências econômicas no último século, a disciplina de economia não existia há duzentos anos atrás. Mas aí ela se comparar a uma ciência um pouco mais avançada na questão de previsão e exatidão como a física daí não tem sentido, ela está mais para uma ciência social aplicada, mais para uma sociologia, muita vezes vai moldar sua tese em relação a sua concepção ideológica do mundo e não tanto aos dados que você encontra na realidade.

Você percebe o jornalismo econômico não só como um transmissor de expectativa mas como uma ferramenta de construção de expectativa, que incide sobre o campo econômico?

Ele é parte da construção das histórias, como Robert Shiller defende. Acho que sim. É importante separar expectativas e expectativas. E sim expectativas que influenciam políticas públicas e expectativas que influenciam comportamento mais geral. Quando a gente olha para a inflação, o banco central está olhando para a expectativa de um número bem pequeno de agentes econômicos, ele não está olhando para pesquisas sobre como o consumidor percebe a inflação futura, porque se ele estivesse olhando para esta os juros estariam em 20%, porque o consumidor acha que a inflação vai ser de 10% no ano que vem. Ele está olhando para um público um pouco mais informado sobre comportamento de preço. Destes 100 ali uns 10 devem ter modelos bons para acompanhar mercados importantes, os outros vão na manada. Maior parte dos pesquisados na pesquisa focus não tem modelo próprio. Banco central tem um bom modelo próprio, que ele faz a cada três meses um relatório, baseado neste modelo. Qual que é a capacidade deste povo de prever a inflação, ruim. Bem ruim. Se você pega o focus de janeiro de cada ano e compara com a inflação em dezembro você vai ver que tem um deslocamento de expectativa e cumprimento final do dado que é grande. A meta de inflação do Brasil não tem sido cumprida nos últimos anos. Se você sair deste campo e ir para o que influencia a tomada de decisão, que é um campo mais amplo, o mercado imobiliário, por exemplo, as pessoas, em geral, em 2009, 2010 a gente teve um boom imobiliário, e

veio depois de um programa do governo que estimulou o setor, os preços começaram a subir, até porque tinha uma questão de mão de obra, de materiais, pessoas começaram a ver que estava subindo o preço, tinha uma sensação de que o mercado estava indo muito bem, porque tinha muito lançamento, muita propaganda, e você teve um boom imobiliário com o preço subindo, consumo em alta e ele acabou um ano e meio, dois atrás. Agora a gente viu que havia algo parecido, não vou dizer que é uma bolha clássica porque não teve corrida para vender estes apartamentos, o mercado brasileiro é diferente do americano neste sentido. Foi uma semi-bolha. Isto não se forma, não é uma decisão centralizada de juros ali, é uma decisão pulverizada de pessoas que estão comprando e vendendo o seu imóvel. E daí esta tese de que está subindo é o momento de comprar, porque se você não comprar agora vai subir é formado por uma infinidade de informações que estão circulando na sociedade. E a informação jornalística é uma destas informações. Você tem uma notícia de que a caixa dobrou o financiamento de um ano para o outro, o número de lançamentos da cidade dobrou, dados objetivos. De alguma maneira pode influenciar a maneira que as pessoas estão percebendo o mercado imobiliário naquele momento. Trazendo a inflação para o dia a dia das pessoas. Elas podem perceber que a inflação está mais alto do que está porque a gente circula esta noção, esta história na nossa comunidade de que os preços estão subindo mais do que na prática, por mais que se diga que naquele mês a inflação está acumulada em 12 meses, está em 7%, as pessoas ainda têm uma noção de que os preços estão subindo a 10%. Isto até dificulta um pouco do trabalho do banco central, acho que até ele deve olhar no modelo deles de alguma maneira para isto, não sei. O jornalismo influencia a partir do momento que você começa a replicar estas histórias, além de dar o dado completo, você começa a replicar histórias de pessoas que estão investindo no mercado imobiliário e ganhando dinheiro, ou a replicar história de pessoas que estão cortando seus gastos porque a inflação está alta. Qual o poder disto? Não sei, acho que é menos do que dizem, porque tem gente que diz que é a mídia inventou a recessão, "pô, vocês só falam em crise, daí a crise acontece", não acho que seja isto também. A recessão é um fenômeno bastante complexo para a gente dizer que a mídia criou a recessão, acusar a mídia porque fala que tem crise. A gente vê as empresas pedindo recuperação judicial é porque tem algum problema né. Acho que não criou esta recuperação judicial. Mas influencia o humor das pessoas, com certeza. Se a gente começa a notar que tem

muita notícia ruim, a gente reproduz estas notícias, também as pessoas obviamente vão achar que a situação está ruim. Vai piorar a percepção delas, acho que talvez não. Porque quando você em casa conhece alguém que está desempregado, sente no bolso que a inflação está alta, você fala sobre sua própria noção de como está o estado da economia. As notícias elas confirmam ou não sua própria impressão. Acho que a gente não cria esta impressão nas pessoas. Acho que é mais uma questão de confirmação do que criação de um comportamento nas pessoas. Faz parte do ciclo. O que pode acontecer é que a mídia possa ajudar em algum momento a reforçar ou não um ciclo, mas acho que é marginal esta influência, para você dizer que a bolha foi causada pela imprensa nos EUA. Não, ela foi causada por uma sucessão de erros de regulação, comportamentais entre os bancos, e o olhinho talvez fechado da imprensa, mas não totalmente, porque vários analistas já falavam e tinham espaço da imprensa americana já em 2006 falando dos riscos, e eles não foram muito ouvidos.

Sobre as controvérsias e visões diferentes de dentro do campo econômico. Por vezes elas chegam de maneira que parece limpa para a imprensa. É função do jornalismo entender estas variações e deixar isto claro no produto final?

Eu acho que é papel do jornalismo sim entender estas diferentes correntes, entender os argumentos delas e conscientemente escolher ouvir todas, não ouvir todas, e saber que você está entregando para o leitor alguma coisa que por trás tem este debate. E acho que isto acontece, é bem notável na cobertura econômica, mesmo no Brasil. Jornais como o Valor, que é especializado em economia tem bastante espaço para controvérsia. Às vezes não é na apuração e na redação do jornalista, embora eu note isto também na apuração e na redação, tem uma parte de artigos que traz bastante coisa de campos bem diferentes. É claro que um jornal não especializado, a gente não é especializado, a gente vai fazer esta leitura especializado e fazer uma escolha até um pouco mais difícil de fazer porque não tem espaço para tudo, às vezes também não tem acesso ao que tem de melhor entre os articulistas econômicos. O Robert Shiller escreve no Valor, eles compram a coluna dele há muitos anos, e ele já escreveu vários artigos sobre os limites da previsão econômico. Eu noto que, sim, tem espaço para este debate, está na mídia, seria difícil talvez para tido mundo acompanhar, seria para quem tem interesse mais aprofundado a respeito de economia que vai entender do que se trata e que vai querer ler também, porque as pessoas leem o que elas querem. Mas mesmo num

jornal como o nosso, que é um jornal mais generalista, tem espaço pra isto, a gente faz volta e meia reportagens mostrando alguma tese nova, algum questionamento que os economistas não conseguiram responder ainda. Durante a crise de 2008 a gente fez uma matéria comparando sobre o ressurgimento de Keynes, comparando com o legado de Friedman, e etc, neste momento a gente tem uma questão sobre a indústria brasileira, que tem teses bem diferentes sobre o que deveria ser feito, sobre o que está acontecendo com o setor. Acho que isto permeia bastante no trabalho. O que acontece também é a questão do esforço. Muito do esforço está concentrado só na narração dos números. Aí muitas vezes esta narração é meio inútil. Ontem, por exemplo, saiu sobre produção industrial. "Produção industrial caiu X%". Talvez isto assim não tenha muita utilidade, e o esforço é muito grande, principalmente nos jornais nacionais e agência, de acompanhar esta agenda de indicadores. E eu questiono bastante a utilidade disto. Porque quem precisa de indicadores acompanha por conta, é um número pequeno de pessoas que precisa saber o número para colocar em algum cálculo que está fazendo. Talvez seja mais útil você esperar um tempo para mostrar para onde está indo e aí questionar, porque está acontecendo isto, o que deveria ser feito ou não, se deveria o que poderia ser feito. E aí nisto você consegue trazer visões diferentes. Você sempre vai encontrar alguém que vai dizer "ah, governo deveria lançar um novo pacote para o setor industrial, por incentivos" e a alguém que vai dizer "não, o setor está assim justamente porque houve uma distorção muito grande dos dados".

Entrevista 2: Jornalista do extinto Jornal Gazeta Mercantil

Você percebe o jornalismo econômico não só como um transmissor de expectativa mas como uma ferramenta de construção de expectativa, que incide sobre o campo econômico?

Nunca o jornalismo, em nenhum sentido, é só um transmissor. Isto é uma cascata que a gente aprende na faculdade, que o jornalismo é neutro, que o jornalismo tem alma de anjo. Agora, o que importa nesta transmissão, que pode ser uma construção ou uma destruição, importa que ela seja correta. Então eu não acho que na transmissão da informação do receptor daquela informação a gente é o emissor. Você tem que ser sobretudo correto, independente daquilo que você queira transmitir, e sempre com a notícia mais importante do que você, não importa. Pode

aparecer hoje a Rede Globo, os bonequinhos, os artistas, ela tem que ser mais importante que eles. Bom, embora às vezes os caras achem que são mais importantes que a notícia. Então quando você faz a transmissão de um fato correto, você dá não só a ciência um maior número de leitores do que está realmente ocorrendo, como você participa da construção do campo econômico. Claro. Se o campo econômico está deteriorado, se nós estávamos com inflação ameaçando acontecer de novo, se nós estávamos com problema de dívida externa, interna, com problema do caixa dos estados estarem arrombados, nós, enfim, damos este tipo de informação, o leitor, que é uma massa, vai ser capaz de ele também fazer uma construção de uma reivindicação da sociedade maior em relação a seus representantes, em qualquer nível, inclusive no econômico. Então é sim uma responsabilidade. Então o que eu penso é basicamente isto. Sendo muito claro, eu acho que ela atua basicamente nos dois sentidos, atua no sentido da transmissão do fato correto, e atuando na transmissão da construção do campo econômico e político e social. Nenhuma coisa está dissociada. Este tecido social é muito permeável. E por isto o nosso cuidado como profissional tem que ser muito exigente. A Gazeta Mercantil que era tido e havido como um jornal de extrema direita, um jornal capitalista, era o quinto maior jornal de economia do mundo, o primeiro da América do Sul. Do Brasil nem se fala. Mas a grande maioria que trabalhava no jornal era do partido comunista. E eram muito responsáveis com o fato. É óbvio que no nosso meio existem os que acabam fazendo burrice, e acabam fazendo daí panfleto, blog, que tem credibilidade zero. Ou é chapa branca, que você não acredita, ou é o contrário. E a gente tinha este chefe de redação, que nos ensinou que o jornalista, numa vírgula mal posta, mal colocada, muda a vida de uma pessoa, muda a vida de uma família, muda a vida de uma empresa, muda a vida de uma país. Então ele dizia, "vocês não podem errar. Ainda mais num jornal de economia. Jornal de economia não admite erros". E aí cada matéria você assinava, se desse erro, o problema era teu. Ou você era responsável por aquilo que você colocava ou você não sabia, você tinha que ter certeza absoluta daquilo. Então a Gazeta nos dava este encargo que num jornal de economia é fundamental.

Sobre as controvérsias e visões diferentes de dentro do campo econômico. Por vezes elas chegam de maneira que parece limpa para a imprensa. É função do jornalismo entender estas variações e deixar isto claro no produto final?

A gente tenta. O jornalista tenta. Mas o jornalista também é, entre aspas, comprometido com uma destas versões da economia. Ou é mais liberal, ou é mais neoliberal, outro é mais desenvolvimentista. Claro que a hora que você constrói uma matéria, que a matéria é uma matéria irrefutável, ela é uma matéria que ouve várias fontes. Se possível você pega estas várias visões da economia, e houve várias fontes, várias correntes. Se você é muito liberal ou anti-liberal, você procura uma fonte que vai te dar só uma das versões. O correto é que nós tivéssemos capacidade, e não precisa ser só...sabe qual é a grande verdade para nós jornalistas, e que nós deveríamos sair com ela todo dia na cabeça? Eu só sei que nada sei. É uma verdade socrática, mas que em tudo nós não sabemos nada. Se nós admitirmos esta ignorância, de tudo, pra que a gente construa uma matéria alicerçada, mais correta, a gente deveria ouvir, em tese, caras de várias versões. Na economia isto é básico. Mas como nós também somos pessoas comprometidas, a gente ouve o que mais agrada. Mas tem esta questão do espaço também, e por isto Gazeta Mercantil levava vantagem e o Valor hoje leva vantagem, que o Valor, a alma dele é economia. E os caras entendem mais de economia mesmo. E entendem porque ouvem vários setores de várias escolas econômicas. Isto deveria ser nosso papel. Teoricamente este seria nosso papel. Se o jornalismo econômico pudesse encontrar um equilíbrio entre as várias correntes econômicas seria melhor fundamentado, serviria melhor para as pessoas, mas quem nos garante isto?

Esforço para a narrativa de dados ou é equilibrado entre análise?

A análise está fora. E é por isto que o jornalismo vai abotoar o peito. Vai deitar pra o caixão. O que falta no jornalismo impresso, falta análise, porque nós leitores, consumidores de informação temos aqui, online, não precisamos ler o fato amanhã. "Hoje vai ter uma pesquisa Ibope sobre as eleições para prefeitura de Curitiba". Amanhã, quando a Gazeta for dar, ou o Metro, todo mundo careca de saber. Mas agora o que quer dizer esta pesquisa, porque ela acontece, é a análise que o impresso tinha que fazer. O "porque", eu acho, é a única salvação do jornalismo impresso. Eu concordo, não é minha esta tese. Porque os jornais que continuam narrando os fatos, pode ser o melhor dos fatos narrados, não tem mais fôlego. A população não vai comprar jornal que diz "Ontem morreram 35 pessoas numa mina de carvão no Chile". Este jornalismo industrial não consegue acompanhar mais nada, o jornalismo sai com cinco pautas, qual a qualidade do que ele vai fazer. Nós padecemos mais, mesmo com o esforço do profissional, do porquê

das coisas. Isto deveria ser um debate, além de nosso, profissionais, mas dos donos de veículo de comunicação.

Como sente o ensino do jornalismo?

Eu acho que as faculdades dedicam, em demasia, em técnicas jornalísticas. Quanto tempo é dedicado ao ensino do português, da história, da sociologia, da economia, da política? É muito pouco tempo, a não ser que o próprio alunos, por esforço ou mérito próprio, ele estude, leia. Então, como a gente vai sair de uma escola de comunicação, a não ser por mérito próprio, tão equipado, pra acompanhar uma questão econômica tão complicada como é mascarar dados. É muito difícil. Na redação, eu dizia, "gente, se nós escrevermos matéria de economia com uma linguagem árida, ofensiva da economia, ninguém vai ler". Ela não é ofensiva em si, ela é ofensiva porque as pessoas não estão acostumadas. São palavrões. A economia, assim como o direito, é feito de palavrão. Então eu dizia, vamos tentar o máximo possível fazer da linguagem econômica uma linguagem palatável, saudável, que as pessoas queiram ler nosso jornal. Traduzam a inflação com a linguagem de vocês, criativa, jovem. E deu certíssimo. Era um jornal disputado, por mérito de sua linguagem.

A autonomização do campo, para alguns autores, surge da tensão entre os campos de conhecimento. Você enxerga isto na forma e na natureza do texto de jornalismo econômico? Esta tensão é sentida pelo jornalista econômico quando ele faz a reportagem usando os conhecimentos específicos da economia?

Sente até na diferenciação que os outros fazem de você. Se for um jornal genérico, óbvio que ele acaba absorvendo as editorias como um todo. Hoje como a gente é muito pouco especializado, a gente é especializado em porra nenhuma. Mas quando os cadernos eram muito bem diferenciados, o jornalista de economia era tão separado quanto o jornalista de cultura, e gera uma tensão. Ninguém é superior, mas gera uma tensão. Primeiro que se você é de economia você já precisa andar vestido diferente, a redação como um todo não era de andar de paletó e gravata, era de jeans. Tem uma tensão dentro da redação, e fora dela.

Quando aos economistas...

Eles menosprezam. Você é um jornalista, é obrigado a saber o que eles querem dizer, você é obrigado a perguntar pra eles, "o que é isto, me ensine o que é isto". Não tem importância, você tem que ter a humildade de dizer, "me prove que dois mais dois é igual a quatro". Aí ele, como profissional de economia que é, sim,

ele tem que ter... Mas é óbvio, você é jornalista, você não se sente melhor para falar de comunicação do que outro cara que é médica, economista? Sente. Então o cara daquela profissão também se sente, pra falar pra o jornalista, num patamar diferente. Então cria uma tensão. Não precisa ser uma tensão imposta, ou que eles se acham o melhor cara do mundo, não, é uma tensão natural, de profissões.

Esta é uma pergunta voltada a entender o jornalismo como campo de conhecimento, de produtor de conhecimento, sobre a natureza da informação que o jornalismo produz. As informações apropriadas pelos jornalistas, transformadas em notícias, reportagens: você acha que isto acaba sendo uma forma de produzir conhecimento e não só um ato de simplesmente transmitir uma informação, repassar uma informação?

Claro que está produzindo conhecimento. Toda nossa vida é recepção e produção de conhecimento. E quanto mais a gente souber é melhor para nós e melhor para o cidadão, a gente fala menos besteira, escreve menos besteira, pondera mais sobre aquilo que vai falar, escrever. E quando eu estou escrevendo eu penso mais, eu sou obrigado a ponderar. O jornalista está ligado, desgraçadamente, feliz ou infelizmente, 24h por dia. Quanto mais conhecimento eu tenho eu consigo passar o maior número de informação menos rançoso, menos partidário, menos time, menos do que outra pessoa que tem um número menor de informação e conhecimento.

As informações com quais vocês trabalham diariamente são normalmente acessíveis também ao resto da população ou trabalham mais com informações exclusivas?

Na nossa época, a invasão na internet não era total e absoluta como era agora, mas eu coloquei uma plaquinha na redação que dizia o seguinte, "entrevistou a internet está na rua". A internet, com os dados públicos, por exemplo, os dados do governo, são os instrumentos do nosso trabalho. Ninguém diz que você não deve consultar o mister google, mas ele não é cerne do nosso trabalho e não deve ser. A única pessoa que demiti na minha vida foi porque ela fez uma cópia de uma notícia que está na internet. Como também não era tão avassalador o número de informações vindo da internet, você podia consultar a internet, mas tinha que ir pra rua, ouvir as pessoas. Não se faz jornalismo sem ouvir as pessoas. A gente procurava este equilíbrio, e nós tínhamos esta vantagem de dar tempo de ir pra rua. Conversar com as pessoas, embora você tenha a informação oficial, é fundamental.

Entrevista III: Jornalista da Rádio BandNews FM

Você acha que seria mais válido ter uma formação específica em economia dentro da graduação ou a profissão demanda uma formação mais sólida, uma especialização ou até mesmo uma nova graduação?

Aqui no Mackenzi eu tive economia, introdução à economia de seis meses, e depois jornalismo econômico. Mas como eu sempre acompanhei, meio que não trouxe muitas novidades. Mas pra quem não sabia absolutamente nada era a matéria que o pessoal tinha mais medo, ia mal. Faz tempo que eu não vejo as grades dos cursos em geral mas se eu me lembro por cima a maioria não tem. Eu como sempre pensei em mercado, nunca pensei no jornalismo como parte acadêmica, eu acho que o curso deveria dar uma visão geral do mundo, e se possível sim, defendendo que os cursos tenham matérias ligadas não só a economia, mas a direito, por exemplo.

Você sente que aqueles dois anos de economia são importantes para o seu trabalho hoje?

Ajuda muito, até hoje. Principalmente dos teóricos básicos, esta relação de juros, inflação, dívida pública, assuntos mais espinhosos Mas algo que eu sempre fiz que me ajudou tanto quanto estudar foi comer jornal, ler muito jornal, principalmente artigo que explica, mais analítico.

Certos autores dizem que os jornalistas econômicos são considerados quase especialistas dentro da redação, você enxerga isso também ou entende que a função é como outra qualquer dentro do jornalismo?

Eu acho que ele é visto mais como especialista porque, como é um assunto não tão simples assim...sei lá, quando você vai contar a história de um crime está explícito que o cara matou a mulher, foi crime passional, você não tem que explicar os motivos, está implícito. Mas você pegar e falar que a taxa de juros subiu isto é muito vago pra chegar na dona de casa, que é o que a gente sempre pensa. Então muita das vezes você tem que fazer uma explicação, que não deixa de ser uma análise, e eu acho que é por isto que tem esta visão. Mas também acho muito complicado dar uma de analista, o mais seguro sempre é consultar a fonte. Claro que o óbvio você pode cravar, "subiu os juros para conter a inflação", não precisa ser um expert, mas pra assuntos mais elaborados é sempre bom consultar a fonte.

A autonomização do campo, para alguns autores, surge da tensão entre os campos de conhecimento. Você enxerga isso na forma e na natureza do texto de jornalismo econômico? Esta tensão é sentida pelo jornalista econômico quando ele faz a reportagem usando os conhecimentos específicos da economia?

Não sinto porque os economistas entendem que o jornal fala para um público amplo, algo mais segmentado fica para a academia. Eu acho que até o contrário, muita das vezes as matérias são para entendimento do público em geral. Você tem o Valor Econômico que é para um público mais específico, até por isto é o veículo mais respeitado pelos economistas. Mas nunca senti esta visão de que seria algo muito simplista. Acho que a tendência hoje em dia é você cada vez mais passar a informação como algo mais palatável.

As informações com quais vocês trabalham diariamente são normalmente acessíveis também ao resto da população ou trabalham mais com informações exclusivas?

Como eu trabalho em rádio e com notícia do dia a dia, raramente eu tenho notícia exclusivas, a não ser uma consultoria, um instituto de pesquisa que te oferece uma pesquisa pra divulgação, mas no geral são assuntos de domínio público. Para uma rádio, o GPM, que é a inflação dos contratos de aluguel, é muito mais importante que a dívida pública, que por mais que seja mais importante, até você explicar a importância disto pro ouvinte...quem acompanha, e entende de economia sabe que é mais importante, mas para o público em geral ele quer saber se o aluguel vai subir ou não.

Sobre as controvérsias e visões diferentes de dentro do campo econômico. Por vezes elas chegam de maneira que parece limpa para a imprensa. É função do jornalismo entender estas variações e deixar isto claro no produto final?

Ainda mais hoje em dia, que está tudo tão dividido, impeachment, pós-2014, até pra pegar a taxa de juros, sempre que sai a selic, que é toda quarta-feira, na maioria das vezes a gente procura colocar dois economistas, um que é contra e outro a favor. As vezes não dá, às vezes na correria você consegue só dois que são a favor, mas existe uma preocupação na BandNews FM de fazer um contraponto. Quando é economista, nós temos economistas que o espaço é deles, mas quando é uma matéria, na medida do possível, a gente tenta...porque a economia não é uma verdade absoluta. Um cara da Unicamp e outro da FEA é totalmente diferente. Então não vejo como um campo de verdade absoluta.

E você acha que tem espaço pra isso no jornalismo...

Às vezes não. Na maioria das vezes o tempo é inimigo, quando está a noite no jornal o cara ouve uma pessoa só, mas quando se tem tempo eu acho que existe um balanço.

Esforço para a narrativa de dados ou é equilibrado entre análise?

Eu acho que depois da internet, das redes sociais, o jornalismo acabou se tornando mais analítico, porque as pessoas têm acesso a informação mas querem entender aquilo. Então eu acho que os jornalismo se esforça cada vez mais pra conseguir traduzir, ainda mais que o jornalismo no Brasil está numa onde de informalização do noticiário, tornar a economia mais palatável.

Esta é uma pergunta voltada a entender o jornalismo como campo de conhecimento, de produtor de conhecimento, sobre a natureza da informação que o jornalismo produz. As informações apropriadas pelos jornalistas, transformadas em notícias, reportagens: você acha que isto acaba sendo uma forma de produzir conhecimento e não só um ato de simplesmente transmitir uma informação, repassar uma informação?

Olha, produção de conhecimento eu acho muito delicado porque eu acho que é algo mais da academia. Acho que eu não poderia dizer conhecimento porque conhecimento é quando você cria um insight próprio e reproduz isso. Acho que é mais informação mesmo, de pegar o que aconteceu, ouvir as fontes, filtrar o que é mais importante, e filtrar a história da melhor maneira possível.

Você percebe o jornalismo econômico não só como um transmissor de expectativa mas como uma ferramenta de construção de expectativa, que incide sobre o campo econômico?

Quando você reproduz uma informação, por exemplo, previsão de crescimento do FMI, você só está reproduzindo porque não foi algo que você criou. Mas quando você pega ao mais trabalhado, uma reportagem mais especial, aí sim que acho que você está contribuindo para a economia. Então você tem um material mais trabalhado você de certa maneira está ajudando o campo econômico, mas quando reproduz a informação, não. Você só está repassando a informação. Talvez você passa a contribuir para a economia quando você se torna uma referência com ampla experiência. Dificilmente, a não ser que eu faça algo mais, com mais tempo, pra ai eu influenciar algo. Como na rádio você cobre todos os assuntos o tempo todo, você é engolido pela rotina.

E a influência dos dados transmitidos por HardNews?

No fundo tem muito mais importância pra quem lida com a área, sai toda segunda as nove, quem trabalha no horário da manhã a gente sempre dá a informação. Mas sempre em segundo plano, ele se torna a notícia importante do dia se tem algo atípico. Depois de três anos eles passam a projetar queda do PIB, faz a análise, porque daí é algo que tem impacto na vida da população. Mas o dado cru, em si, acho que não tem muita relevância para o público em geral.

Entrevista IV: Jornalista do jornal Valor Econômico

Você acha que seria mais válido ter uma formação específica em economia dentro da graduação ou a profissão demanda uma formação mais sólida, uma especialização ou até mesmo uma nova graduação?

Teria sido muito válido. E não é uma coisa que você tem que ensinar tudo. O curso de graduação, na UEPG eu ainda acho boa porque eles têm uma preocupação em te dar uma preparação ética, mais filosófica. Eu acho que a graduação hoje, mesmo que não tenha recurso, devia ser uma janela para falar sobre inovações, "o jornalismo tem problema de financiamento, mas tem gente que está fazendo isto". Te dar uma visão real de mundo. Mas de economia ninguém me falou. No jornalismo econômico, o que você precisa saber é, o que é mais forte, onde vão te dar os maiores salários, por exemplo, são as agências de notícia, que não é bem jornalismo, é serviço de informação financeira, o que é diferente de jornalismo. Porque quando você pensa no jornalismo como função social, você está pensando numa coisa, pra quem você tem que servir, o que você está fazendo. Mas quando você está levando informações para o cliente, no terminal da Bloomberg, no terminal da Agência Estado, você está tentando formar preço, o que é formar preço? Você está jogando uma informação no mercado que o cara vai tomar uma decisão ou vender alguma coisa, prejudicando pobres, está favorecendo um rico que já é rico. Não é jornalismo, não é bem jornalismo. Mas este é um mercado que é forte para jornalismo econômico no Brasil. A Bloom, e estes outros, comparado com o resto do jornalismo econômico tem salários muito melhores do que o resto. A Bloomberg é o lugar que paga melhor no mundo, assim. Eu não tenho nem vontade de trabalhar lá, mas como empresa.

Uma das partes que o trabalho discute é justamente esta influência das informações econômicas...

Número é igual texto, é igual palavra, você pode falar o que você quiser manipulando a palavra. Editando o texto só num tom você pode falar uma coisa totalmente oposta. Número também. Número você pega e é pior, porque é menos gente que sabe olhar número. Mas de qualquer maneira, quando eu saí da faculdade, eu não tinha a menor noção do que existia agências de notícias. Hoje não tem estrutura, mas alguém pode te falar. E isto na UEPG tinha muito isto. Os professores entram numa bolha acadêmica. Vejo muitos professores no meu Facebook falando que a mídia é golpista, mas não sentem nem um pedacinho de meia culpa, você está formando jornalistas. E eu também passei agora cinco meses em Nova Iorque, estudando um curso em inovação em mídia digital, então eu estou com isto muito fresco na minha cabeça que é o seguinte, lá está todo mundo tentando muitas coisas, você conhece jornalistas abrindo iniciativas, tentando inovar. Se você formar um aluno falando "olha, a mídia é golpista, o jornalismo está um lixo, nós somos foda, você vai sair daqui também e vai ser super foda, você tem uma visão crítica, porque leu Walter Benjamin, não sei o que, então você sair e arrasar", e você sair e não ensinar pra ele hoje que tem que olhar para a tecnologia digital, que ele tem que saber jornalismo de dados, tem que saber que estas coisas. Mas além de tudo estão montando uma trincheira, porque "a gente está isolando aqui, e a gente vai ficar daqui xingando vocês". Sabe o que eles deviam estar fazendo? Deviam estar tentando fazer parcerias, estágios, para levar a visão deles para o mercado, mas num diálogo, pra mídia, tentar fazer parceria, workshop, tentar levar as pessoas do mercado para conversar com os alunos ou os alunos pra levar suas críticas pra eles, pra tentar fazer ponte. É isto. Se o aluno sai e ele não sabe que se ele quiser jornalismo econômico o centro tem aqui em São Paulo, fazer esta discussão para quando ele entrar ele não entrar vendido, achando que serviço de informação financeira é igual jornalismo, ele ter esta visão crítica, saber que ele está trabalhando para banco, saber onde ele está se metendo. E as faculdades não fazem isto. Acho que a faculdade tem um olhar muito infantil do jornalismo, do mercado jornalístico, do papel, e falta auto-crítica em relação a responsabilidade que eles têm na formação dos jornalistas alienados, vendidos.

Você acha que seria mais válido ter uma formação específica em economia dentro da graduação ou a profissão demanda uma formação mais sólida, uma especialização ou até mesmo uma nova graduação?

Eu não conseguiria trabalhar se não tivesse feito meus cursos. O primeiro, que eu fiz intensivo, era totalmente pra depender da minha sobrevivência. E o segundo também. É porque economia é igual ciência, repórter de ciência, você tem que ser meio iniciado, e depois que você é iniciado você sempre vai aprender. E a gente não estudou economia igual na faculdade, é uma coisa que você sempre está aprendendo, então até hoje eu estou aprendendo, então tudo o que eu aprendo eu melho. Eu não sabia nem o que era "dólar sobe percentual", o primeiro trabalho que eu fazia era isto, "dólar sobe pra tantos por cento", eu não sabia o que era variação percentual, ponto percentual, então isto é pra você não escrever bobagem. Na faculdade não é que precisa ter um economista te dando aula, mas alguém pra falar "leia isto, leia aquilo", dar um caminho. E eu acho que cada vez mais o professor vai tipo isto, um curador, porque a informação está na internet. A gente tem curso, a gente tem curso a distância, a informação está muito mais acessível do que era na época que eu estudei. Mas você tem que ter um professor, porque você fica perdido neste mar de informações, é tão difícil quanto nenhuma informação, você fica perdido, você pode pegar informação de qualidade ruim, aprender errado, eu acho que o professor pode fazer esta curadoria, de falar "ó, o mercado é assim". Não é que você tem que ser um jornalista mercadológico, formado pelo mercado, mas você tem que ter informação, tem que ser competente, a gente não sai competente da faculdade pra fazer as coisas. A gente sai bom de bater, discutir, o que eu acho importante, mas não só isto. Ainda mais hoje, que todo mundo é especialista em bater.

Certos autores dizem que os jornalistas econômicos são considerados quase especialistas dentro da redação, você enxerga isto também ou entende que a função é como outra qualquer dentro do jornalismo?

Sim, até porque, em economia, se é algo que se você gosta, parabéns, porque ninguém gosta. Só que economia, as pessoas têm muito medo de economia, o que explica um pouco a relação da academia com o jornalismo econômico, e também tem uma coisa que eu odeio, que sempre falam, "ah sou jornalista, não gosto de números, sou de humanas". Hoje em dia você não pode falar isto. Então os jornalistas nunca nem olharam para a economia, fugiram da economia. Só que

economia, eu não acho que seja uma coisa opcional, eu acho que economia devia estar mais na formação, eu digo que o professor não precisava ensinar, mas num mundo ideal, precisava ter economia, porque economia explica tudo, você não consegue entender política se você não entende economia, se não você faz uma cobertura ruim, porque tudo o que se decide na política é por causa de dinheiro. Sempre que alguém está defendendo uma desoneração, o orçamento... eu cubro políticas públicas, pra ver como o dinheiro é gasto, em educação e saúde, discutir o que a gente vai fazer com o dinheiro público. Sempre que uma pessoa fala assim, "você devia cortar em educação, você devia cortar desoneração e não na educação" isto é um posicionamento político, está falando de economia, mas quem é keynesiano vai falar assim "eu quero que você ajude as empresas, coloque dinheiro, que o BNDES vá lá e ajude as empresas", daí ele vai ser de esquerda, e o que é, é um posicionamento político keynesiano, então está tudo ligado. E a pessoa que é de esquerda ela vai se basear mais em argumentos keynesianos, a pessoa que é direita liberal vai defender os bancos...então quando você é jornalista e não entende, você só não está entendendo, é uma parte do discurso que te falta informação. Você só está meio bobo, não entendendo o discurso inteiro. Porque com certeza, o Temer, o ministro que está decidindo as coisas, eles entendem economia. Eu acho que todo mundo devia entender um pouco de economia, igual direito, pra você entender como as coisas funcionam. Mas todo mundo tem esta rejeição, mas aí você chega na terra de cego e quem tem um olho é rei. Você chega na redação e todo mundo fala, "Saiu este dado..", e no G1 é assim, ninguém gosta de economia, só tinham quatro pessoas na editoria de economia, nem o leitor do G1 gosta muito de economia. Mas a economia no G1 tinha um espaço que é a manchete. Porque precisa de uma manchete séria. Então sempre que sai o PIB, sai IPCA, é a manchete. E na hora que sai a chamada, as pessoas que estão na home são as pessoas que eram repórteres de geral, de cultura, então elas tem medo de escrever uma bobagem na chamada, "mas a comparação, eu chamo que o PIB cresceu, eu comparo com o semestre anterior ou eu comparo com o ano passado?". Então você acaba ocupando este papel de especialista porque ninguém entende. E no fim, quando você cobre por bastante tempo, você vai mesmo ficando especialista. Tem gente que faz, mas por exemplo, eu não gosto de fazer conta, eu gosto de pedir que a fonte faça a conta pra mim, tem que gente que vai lá e pego o excel, cruza os dados, eu acho lindo, mas eu não me meto a fazer isto. Mas você realmente tem

uma visão de especialista sobre os assuntos porque você está sempre olhando para aqueles assuntos, então até a fonte conversa diferente com você, ou a fonte quer saber sua opinião, porque você está olhando pra aquele assunto há muito tempo. Um que existe porque a base de comparação é fraca, que ninguém acompanha muito economia, e a outra que como você está sempre aprendendo você realmente vai tendo um olhar mais focado.

As informações com quais vocês trabalham diariamente são normalmente acessíveis também ao resto da população ou trabalham mais com informações exclusivas?

Num mundo ideal, tudo era pra estar público, mas os dados do governo, a gente tem muito dado que é público, mas eles são muito difíceis de acessar, são exceis. Então tem duas coisas, tem o que é público e a gente vai lá e faz. No Valor a gente cobre muito gasto público, tem especialistas lá em contas públicas, eles abrem lá, por exemplo, agora estão falando muito sobre crise financeira nos estados, elas abrem relatórios dos estados, abrem orçamento federal, abrem estas coisas públicas. E fora isto tem o que é privado, e tem muito estudo, não é privado, mas tem estudo privado, eu trabalho muito com academia, com professor que faz estudo, com tese de doutorado, e com contas, tem muita conta de banco, tem muita gente que fala pra plataforma de tempo real, eu faço menos isto, mas a gente recebe muito relatório de banco, eles divulgam muito relatório. E também tem isto, quando sai o serviço de tempo real, a gente precisa ser alimentado com informações, tudo muito rápido, tanto que a gente chama "pisca", que é uma frase, pisca e sai. Saiu o IPCA no site do IBGE, a gente vai lá e pisca, "IPCA sobe tanto em janeiro", e manda outra frase, "IPCA acumulado do mês". É só frase, frase e frase. E depois imediatamente a gente tem que conversar com economistas pra ver o que eles acharam, para julgar a informação. E as únicas pessoas que olham para o IPCA tão rápido são os bancos, as corretoras, gente que opera, do mercado financeiro, e é por isto que a gente também fala muito com o mercado financeiro, o IPCA saiu às nove, eu preciso falar com alguém que já tenha o modelo dele, o excel, que já divulga dos clientes dele e ele aproveita e fala com a gente. Então na plataforma em tempo real, a voz dos bancos é quase predominante. No Valor a gente ainda ouve outros e coloca, mas na velocidade ali, na cobertura do tempo real do mercado financeiro, é eles que vão ser rápidos o suficiente. Você pode até ligar na academia, pedir pra um professor "você pode comentar o IPCA" ele vai falar "ah,

eu vou olhar, de tarde eu te ligo", é outra dinâmica. Tem dado público, dado de banco, e tem áreas como a minha que trabalham muito com a academia, áreas de estudo.

Esta é uma pergunta voltada a entender o jornalismo como campo de conhecimento, de produtor de conhecimento, sobre a natureza da informação que o jornalismo produz. As informações apropriadas pelos jornalistas, transformadas em notícias, reportagens: você acha que isto acaba sendo uma forma de produzir conhecimento e não só um ato de simplesmente transmitir uma informação, repassar uma informação?

Os dados são muitos e muito jogados, então tem coisa que se você não fizer esta amarração, às vezes pelo cruzamento que você faz você repara numa coisa que ninguém tinha parado pra pensar ainda. Então é conhecimento novo sim. Por exemplo, eu fiz uma matéria que era desigualdade e oportunidade na educação. Mostrando como só o fato de você ter nascido pobre e negro, você está muito atrás e não vai conseguir superar a diferença de quem nasceu branco e está numa escola privada. E aí os dados separavam os alunos pelos vinte por cento maior de renda, ou menor de renda, aí a partir disto você mostra, naquele recorte que você fez na matéria, tanto que as pessoas usam depois, pra tese, pra quando está pesquisando, usam na bibliografia, porque é um cruzamento de dados que você fez, não é o tamanho ou profundidade de uma tese que as pessoas usam como referência pra fazer pesquisa depois.

Na sua trajetória você entendeu o jornalismo como campo de conhecimento ou acha que não chega a ser isto?

Ele não é tratado como, mas deveria ser. No Valor, eu ainda acho que é privilégio, eu acho o melhor jornal que tem no país, e o que dá espaço, o Estadão ainda dá um pouco, mas é menos equilibrado, pra grande reportagem, deixam você pegar um tema e você escrever uma página inteira sobre o tema.

Esforço para a narrativa de dados ou é equilibrado entre análise?

Acho que tem várias coisas, a cobertura do tempo real que te falei, que é pisca, não aprofunda nada, mal escreve, joga a frase para formar preço. Tem os portais, que são o que as pessoas mais leem, que em geral as equipes são super pequenas, no G1 era assim, eu e mais quatro pessoas. O Eike Batista descobriu uma empresa nova, eu que vou cobrir, a Chevron vazou petróleo, eu que vou cobrir, a Petrobras divulgou algo, eu, Bovespa, eu, dólar, eu, imóveis, eu, finanças

peçoais, eu. Então você não aprofunda nada, entrega e vai pra outra, entrega e vai pra outra. Isto é a maior parte do jornalismo hoje, porque as redações de online estão com pouca gente, pra fazer muita coisa, então é a realidade da maior parte do jornalismo é isto. É dar conta do dado do dia. Aí tem o Valor, mas aí é outro caso. Eles ainda têm espaço pra reportagem, todo mundo lá entende de economia, e eu estou numa situação privilegiada porque eu, como repórter de políticas públicas...Tem espaços como o Valor que eu considero produção de conhecimento porque dá pra fazer isto, você volta no dado, é produção de conhecimento, você levantou dados, ouviu fontes diferentes, uma de um lado, uma do outro, fica um paper, sei lá, podia ser um paper. Então neste caso acho que é. O jornalismo é produção de conhecimento, mas na maioria das vezes não é tratado como, mas deveria ser, ele é uma produção de conhecimento, é uma ferramenta que permite. São assuntos que eu tenho que aprender pra escrever, se aprofundar pra escrever, estudar pra caramba pra poder traduzir aquilo.

Sobre as controvérsias e visões diferentes de dentro do campo econômico. Por vezes elas chegam de maneira que parece limpa para a imprensa. É função do jornalismo entender estas variações e deixar isto claro no produto final?

Tem esta função. E o que eu mais acho de grave, tanto da nossa concentração da mídia quanto das redações apertadas, o mais é isto, porque quando a gente tem de mídia, a Globo, o Estadão e a Folha. Se eles tomam um posicionamento político econômico, a gente vai falar a mesma coisa pra todo mundo. Se todo mundo decidir apoiar o ajuste fiscal, a PEC, com o mesmo argumento, e não é uma conspiração. E pra mim o mais grave da concentração e da pouca gente, é que a gente precisa discutir mais, mostrar para o leitor que nada é.. este exemplo, a PEC 241, o meu papel é falar o que a PEC, se é bom pra educação, se é ruim mesmo, se é tão bom, e eu não formei uma opinião ainda. E eu tomo este cuidado, porque eu tenho minhas posições políticas, mas eu tomo o cuidado de entrar, porque todo mundo quer ser colunista de opinião, ninguém quer ser repórter, eu tenho o cuidado de olhar para o assunto e falar, eu não sei, vamos formar uma opinião agora. E eu não tenho que concluir nada para o leitor, eu tenho que mostrar as contas, ele compara. Então isto acho que é um papel importante que o jornalismo tem que fazer.

A autonomização do campo, para alguns autores, surge da tensão entre os campos de conhecimento. Você enxerga isto na forma e na natureza do texto de jornalismo econômico? Esta tensão é sentida pelo jornalista econômico quando ele faz a reportagem usando os conhecimentos específicos da economia?

É uma tensão no sentido que eu sempre tento me cercar de economistas, eu fiz uma relação, uma análise, por exemplo, eu pergunto, “você acha que faz sentido eu cruzar o dado de gasto por estado por homicídio?”. Eu tenho uma preocupação. Mas eu sinto que os economistas adoram os jornalistas. Até porque é isto, eles produzem conhecimento, mas eles não sabem comunicar tão bem, falar. Então quando você faz uma matéria e fica muito clara, eles elogiam, querem passar mais estudos. Sem contar que dá visibilidade pra eles.

Você percebe o jornalismo econômico não só como um transmissor de expectativa mas como uma ferramenta de construção de expectativa, que incide sobre o campo econômico?

Acho que é uma coisa que se retroalimenta. O jornalista olha o dado da inflação, daí eu ligo para o economista e ele fala, a inflação, no contexto do mercado financeiro, "vai estourar, nos próximos meses", o cara já está pensando que a inflação vai crescer, que significa que o banco central vai ter que elevar juros, porque eles estão pensando nisto, se o juros vai subir, pra quem tem dinheiro aplicado, aí eu vou falar com ele, publico minha nota, e ai vou ligar para outro, então você já passa para o outro. Aí o jornalista está com a ideia na cabeça, não é que ele está manipulando, pode ser que o outro economista vai falar "que bobagem, não vai acontecer isto". Mas eu acho que o jornalista, a expectativa dele também contamina a economia, a expectativa da economia. Acho que é um componente. E a economia também é muito segmentada. A gente cobre muito o Meirelles, e ele sempre fala que, desde que ele entrou, a expectativa já está melhorando, a expectativa do empresário, daí tem os índices de expectativa econômica, que é o índice de confiança do consumidor da FGV, índice dos empresários, então o Meirelles pode estar falando "a expectativa já melhorou", ele pode estar falando do índice de confiança do consumidor, mas pode estar falando dos empresários que já estão mais dispostos a investir, então pode ter um momento que o Meirelles vai estar em reunião com os empresários, e estão falando "vou querer investir, estou mais animado", e o consumidor, a dona Maria, o marido perdeu o emprego. Então a expectativa é segmentada, e eu acho que o jornalismo é um dos segmentos da

confiança, mas como é a gente que filtra pra passar a informação, a gente acaba contaminando também, a gente também faz parte, é um elemento que inclui na expectativa. E tem até a crítica, não sei dar uma resposta definitiva, mas que no final do governo Dilma a imprensa estava muito de má vontade.. e uma coisa que eu notei, que é clara assim, é que muitas das pessoas que eu entrevistava que atacavam uma coisa, xingavam ela por fazer uma coisa, mudou o governo Temer e o governo Temer fazia a mesma coisa e eles começaram a elogiar. Ela muda a boa vontade. E a boa vontade dos analistas econômicos e má vontade excessiva. Tudo é feito de gente, os economistas são pessoas, nós somos pessoas, então fora teorias de conspiração, a expectativa é feita de pessoas e jornalistas são pessoas, então contamina também.

E você acha que isto influencia o leitor?

Influencia. No Valor eu sinto isto muito. No G1 tinha muito mais audiência, qualquer coisa que a gente faz tinha dois milhões de pessoas lendo. Mas no Valor, não é o leitor da massa, é o leitor que decide as coisas, tem o governo. Já aconteceu de a gente fazer a matéria e o governo lança um negócio da matéria que a gente falou, já aconteceu de fazer matéria...outro dia o MEC ia indicar um cara pra ser assessor especial do ministro, já tinha nomeado, que era do Escola Sem Partido. Aí achei no Diário Oficial, fiz uma matéria falando, peguei o Facebook do cara mostrando tudo o que ele estava falando, ele defendia o Bolsonaro, o cara era um maluco, e no dia seguinte tiraram o cara. No caso específico do Valor, o jeito que a gente conta história faz diferença, mas pra nosso leitor eu sinto muito a resposta, não no volume. Você vê que tem resposta o que você faz. No G1 é algo mais pop, um esforço de tornar a economia mais atraente pra gente que não gosta de economia, você pega uma coisa meio economia, meio engraçado. É bem diferente. E no G1 responde em audiência.

Entrevista V: Jornalista 1 da EXAME HOJE

Você acha que seria mais válido ter uma formação específica em economia dentro da graduação ou a profissão demanda uma formação mais sólida, uma especialização ou até mesmo uma nova graduação?

É mais válido para direcionar carreira do que como formação, no fim das contas, se o cara chegar aqui tendo estudado, direcionado estudar economia na faculdade ou não, o processo depois de entrar na redação vai ser muito parecido.

Mas como previsão do que o cara vai encontrar na profissão eu acho que é bem válido. Eu falei com trinta candidatos para as vagas que eu abri aqui. Ninguém lê Exame na faculdade, todo mundo gosta de esportes, não é uma coisa que a gente tem contato direto, é uma coisa que a gente faz gostando aos poucos, depois. O público da Exame é o cara de trinta, quarenta, não é cara de dezoito, dezenove, vinte, então de repente estudar uma coisa direcionada na faculdade seria bom pra isto.

Certos autores dizem que os jornalistas econômicos são considerados quase especialistas dentro da redação, você enxerga isto também ou entende que a função é como outra qualquer dentro do jornalismo?

Talvez. Talvez eu acho que a gente é mais da porta pra fora sim, dá porta pra dentro não, pelo menos aqui da Exame, amigos de Valor Econômico, não. A gente é muito pé no chão. A gente não se vê como. E no fim das contas, a gente acha que nossa área é muito parecida com a de política, com o cara de esportes, que é ouvir as fontes certas, ir atrás do assuntos, conseguir notícias exclusivas, enfim. Só que acho que da porta pra fora sim, o pessoal de esportes acha que a gente pode ter uma áurea, um status diferente, mas na prática é muito parecido com todas as outras.

A autonomização do campo, para alguns autores, surge da tensão entre os campos de conhecimento. Você enxerga isto na forma e na natureza do texto de jornalismo econômico? Esta tensão é sentida pelo jornalista econômico quando ele faz a reportagem usando os conhecimentos específicos da economia?

Tensão tem. Economista que está mais acostumado a falar com jornalista entende melhor, que a gente é simplista por natureza. A gente é simplista porque a gente escreve para um público em geral, e também porque a gente não tem formação econômica, no final das contas. Então economistas que não tem experiência acabam ficando frustrados pela simplificação, porque a gente molda o discurso para aquele tipo de linguagem. Mas economistas que estão acostumados a falar com imprensa no fim das contas eles entendem e eu acho que isto depõe a nosso favor porque a gente procura os melhores economistas. Os caras realmente bons nas áreas de conhecimento deles são os caras que dão entrevistas. E se estes caras entendem, e continuam falando com a gente, no fim o que a gente publica é a coisa mais importante para o público geral daquilo que eles pesquisam. Aqueles que pesquisam áreas muito específicas que entram e saem da cobertura da imprensa

são os caras que ficam mais frustrados. Mas em geral, o discurso é diferente, a gente simplifica, a gente deixa as coisas mais complexas, difíceis, às vezes de fora, mas acho que é a ideia do jogo.

Esta é uma pergunta voltada a entender o jornalismo como campo de conhecimento, de produtor de conhecimento, sobre a natureza da informação que o jornalismo produz. As informações apropriadas pelos jornalistas, transformadas em notícias, reportagens: você acha que isto acaba sendo uma forma de produzir conhecimento e não só um ato de simplesmente transmitir uma informação, repassar uma informação?

No fim das coisas eu acho que sim. Vou pegar exemplos muito concretos de dados que a gente faz o tempo inteiro que é balanço financeiro de empresa, balanço trimestral. No Brasil, a cada trimestre são 350 relatórios, que mais ou menos passam pela nossa mão. Jornal diário, agência de notícia têm mais este papel de publicar o que está no balanço. O que a gente tem que fazer como revista, agora no aplicativo, é olhar para aqueles dados e fazer conexões, e fazer leituras um pouco mais aprofundadas. O que a gente publica quase nunca é o que está no balanço trimestral, nunca são os números frios. A gente junta aquilo com o histórico das empresas, com o que os concorrentes estão fazendo. O nosso papel como revista quinzenal e agora de uma revista diária é produzir conhecimento em cima dos dados, do que não está no jornal. Jornal tem um mix, tem muita coisa que é simplesmente reportar o que a empresa divulgou e outra é aquilo que consegue ser mais analítico.

Esforço para a narrativa de dados ou é equilibrado entre análise?

Acho que não. Pode parecer ridículo eu aqui criticando jornal diário e defendendo revista quinzenal. Mas acho que por conta da pressão do tempo, falta de equipe, no fim das contas o que eles conseguem fazer é muito mais relatorial do que analítico. Aí tanto de dados mais frios como quanto de informações. "Empresa quer investir em meio ambiente", "fulano estuda o mercado mexicano", isto não é informação no final das contas, não é notícia, mas a pressão do tempo faz com que vire. E cobertura de balanço é onde a pressão do prazo está mais, balanço, dados financeiros do governo, não pra fazer um negócio mais analítico, e pra subir no site em quinze minutos. O que o cara faz é correria de reportar, e aí vai na fonte, o que o cara falou né.

Você acha que a simples narrativa dos dados pega um cara que já entende sobre eles ou a população também reage a este tipo de narrativa?

Eu acho que tem dois efeitos. Um deles é a gente embarcar muito no discurso oficial, hermético, e mais chato. Então quando a gente cobre PIB, juros, câmbio, bolsa, eu acho que a gente tem uma linguagem muito parecida com aquela que os economistas, o governo, as empresas usam, que não é o dado da minha mãe, o dado que a minha mãe entende. Então esta correria faça com que a gente embarque no discurso dos caras e use expressões batidas do mercado financeiro, e é o que falo o tempo inteiro aqui, “traduz, vamos botar pro português”. Então acho que esta pressa faz um discurso repetido, com que menos gente entenda. Mas por outro lado, esta pressa e falta de conhecimento do jornalista, também faz com a gente acabe simplificando algumas coisas. Sei lá, Ambev, Pão de Açúcar, estas empresas mais pops, elas ocupam um espaço desproporcional nos cadernos de economia. Porque são as empresas que conseguem falar melhor com os jornalistas, são as empresas que os jornalistas conhecem melhor, e isto faz com que o leitor tenha uma dose de Ambev exagerada para o que ele precisa. Empresas mais difíceis, Vale, Petrobras, Industrial, estas empresas que estão na bolsa, que no fim das contas é o cara que vai fabricar o carro que o leitor usa, estes caras saem muito pouco nos jornais, porque a gente não tem muito tempo pra pesquisar eles, eles são mais fechados, pra descobrir sobre eles tem que ter mais investigação, precisa de mais jornalismo, precisa de mais reportagem, então acho que tem estes dois efeitos, que podem parecer contraditórios, mas não é.

As informações com quais vocês trabalham diariamente são normalmente acessíveis também ao resto da população ou trabalham mais com informações exclusivas?

Eu acho que todo mundo tenta fazer um mix no fim das contas. Ai de novo, o risco é ficar muito dependente de dados públicos, que é receber um relatório e publicar sobre ele. O que a gente tenta fazer é depender menos de dados públicos e usar mais dados exclusivos, que são frutos ou de investigação jornalística ou de entrevistas exclusivas, de análise, isto é o que a gente tenta fazer, nem sempre é possível, mas isto é a gente. Em jornal diário, site, tem que publicar dado público também. E esta é uma coisa que eu acho interessante entender também. A Exame é uma revista inspirada na revista Fourth, nos EUA. Ela não dá furo, não tem esta ambição de publicar primeiro as coisas, ela publica coisas mais aprofundadas,

porque quem dá furo são outros. Aqui, o jornalismo econômico, assim como outros campos do jornalismo no Brasil, é meio capenga. Eles não conseguem, por aquelas questões, escala, corte de gastos, enfim, então tem muito campo de investigação que a gente consegue fazer no Brasil, consegue dar furo, a cada quinze dias, o que o jornal diário não faz. Eu acho que o jornal diário deveria ser menos dependente dos dados oficiais e públicos e mais investigativo. Só que é mais difícil, né. Isto exige investimento.

Você percebe o jornalismo econômico não só como um transmissor de expectativa mas como uma ferramenta de construção de expectativa, que incide sobre o campo econômico?

A nossa ambição é construir. É a capa desta quinzena, até onde a bolsa vai, se a bolsa vai continuar subindo. O que não pode acontecer é ficar nos discursos oficiais. Se a gente for falar com os investidores, eles vão falar que as bolsas vão continuar subindo porque eles querem que as pessoas comprem ações. O que a gente tem que fazer é olhar para os dados e ver se o futuro vai repetir o passado. No final das contas, se a gente ficar dependendo de que outras pessoas façam esta análise para gente eu acho que a gente não está prestando nosso serviço para o leitor, que o mais importante que a Exame faz é ajudar o leitor a tomar decisões para a vida dele. Se a gente não for mais didático e assertivo nisto, nosso trabalho está sendo mal feito. E a gente tenta fazer isto para os dados econômicos, para dados financeiros, para imóveis, eu acho que é o nosso trabalho mais difícil, no fim das contas.

Sobre as controvérsias e visões diferentes de dentro do campo econômico. Por vezes elas chegam de maneira que parece limpa para a imprensa. É função do jornalismo entender estas variações e deixar isto claro no produto final?

Eu acho que tem duas coisas. Primeiro que a gente tem que trazer a pluralidade para fazer bem nosso trabalho. Outra coisa é, a Exame e no fim todos os veículos, alguns de forma mais escondida, menos escondida, tem sua visão de mundo. E a Exame acredita na livre iniciativa, é uma revista liberal, acredita na participação do setor privado para a solução de problemas públicos, a gente acredita em meritocracia. Tem um monte de escolas econômicas e pensadores que têm uma visão totalmente contrária a nossa. E é bom que a gente ouça estes caras, só que a matéria não precisa refletir todos os campos, a gente tem uma visão de mundo e a gente vai fazer matérias que representem esta visão de mundo. Ouvir estas pessoas

até pra gente ter certeza do que a gente acha, tem certeza do que a gente é, este exercício tem que ser constante. E a gente tem que fazer, mas a matéria não vai trazer todas as vozes. Não é o que a gente quer.

Entrevista VI: Jornalista 2 da EXAME HOJE

Você acha que seria mais válido ter uma formação específica em economia dentro da graduação ou a profissão demanda uma formação mais sólida, uma especialização ou até mesmo uma nova graduação?

Seria totalmente válido ter algo na graduação. A gente chega aqui sem saber nada. Eu acho que da parte de jornalismo eu tenho crítica aos cursos porque eu acho que eles têm uma base teórica muito boa, mas quase não tem profissionais do mercado dando aula. Então é muito difícil saber como está o mercado, é tudo muito na teoria. "Ah, porque quando eu trabalhei era assim, ah, o jornalismo está em crise", mas como você não está numa redação você não sabe o que está acontecendo agora. Eu acho que a gente tinha que ter, nem que fosse uma optativa, jornalismo econômico, algo do gênero, são campos importantes para o jornalismo, política, que a gente não tem muito, economia, ou quando tem é muito partidário. E eu entendo que as pessoas tenham seus partidos, suas convicções, mas eu tem coisas que precisam ir além. A base econômica, por exemplo, é a mesma para todos. Quando eu cheguei, por exemplo, e fui para o site, e decidi que ia trabalhar com isto mesmo eu peguei livrões de introdução a economia e coisas assim. Não tive base nenhuma na faculdade, e não busquei porque não achava que ia trabalhar com isto, o máximo que eu tinha feito é que durante meu primeiro estágio, que foi no portão POP, portal de notícia, eu fazia notinhas sobre economia. Mas era básico do básico, de dólar, bolsa fechou em tão, coisa que você pega de outros lugares e estava informada. Eu acho que falta sim. Tinha que ter algo mais focado.

Você sente necessidade de fazer algum curso, especialização?

Sim. Tem coisas que são muito específicas; em economia eu acho que é mais fácil entender. Tem uma série de indicadores econômicos que são importantes para a economia do país e aos poucos você vai pegando, vai se acostumando com eles, sabe o que cada um significa. Você tem muitos economistas que você liga, eles te explicam o básico e tudo mais. E ao mesmo tempo eu li os livros também. Eu acho que economia é muito intuitiva. Mas aí voltando para a parte de negócios, mercado financeiro, coisa assim, é muito amplo. E até no jornalismo a gente acaba

tratando só de ações, dólar, mas é muito mais amplo e eu sinto que eu tenho esta dificuldade por não conhecer a fundo aquilo, ou tem uma sigla que eu não conhece, daí vai lá, pesquisa, entende, ok. Até pra fazer uma análise de como está o mercado financeiro.

Certos autores dizem que os jornalistas econômicos são considerados quase especialistas dentro da redação, você enxerga isso também ou entende que a função é como outra qualquer dentro do jornalismo?

Eu sinto esta questão do especialista, acho que sim. Quando você fala com outros jornalistas em si. Pelo menos o que eu sinto lá, que a equipe é pequena, e como eu acabo ficando muito mais ligada a economia, por exemplo, os meninos que cobrem mais política vem me perguntar, pedindo para explicar. Até o editor pergunta, “porque o índice de confiança aqui pela FGV está melhorando, o que aconteceu”, e como você acaba acompanhando você sabe, “ah, a expectativa para daqui noventa dias melhorou”.

As informações com quais vocês trabalham diariamente são normalmente acessíveis também ao resto da população ou trabalham mais com informações exclusivas?

É praticamente tudo acessível a todo mundo. Coisas que são padrão, divulgação da imprensa geral. A gente tem a parte exclusiva da parte de que se eu sento com um cara e ele me conta alguma coisa, a gente vai filtrar, vai apurar realmente. Se fala, por exemplo, que uma empresa está falindo, a gente vai apurar, vai colocar nas notinhas que tem na sessão da revista, de furo, mas na maior parte do tempo que a gente está fazendo a reportagem é com aberta.

A autonomização do campo, para alguns autores, surge da tensão entre os campos de conhecimento. Você enxerga isto na forma e na natureza do texto de jornalismo econômico? Esta tensão é sentida pelo jornalista econômico quando ele faz a reportagem usando os conhecimentos específicos da economia?

A minha tensão é o contrário. É fazer o leitor entender o que está ali nos mínimos detalhes. Então eu sei que muitas vezes eu vou simplificar as coisas ao ponto de um economista pensar "não é bem assim, ela está sendo simplista demais". Mas para o público em geral, não adianta eu detalhar mil coisas ele vai achar o texto super chato, tem um muita de coisa ali que ele não precisa saber, são detalhes técnicos, para uma análise econômica aprofundada faz a diferença, mas para o leitor que precisa saber o que está acontecendo no dia a dia dele, não é

necessário. Então eu não vou detalhar mil informações, falar que a confiança do consumidor subiu porque a expectativa melhorou 0,01%, que isto não vai acrescentar em nada na vida dele. Vou deixar o texto chato e ele não vai querer ler o texto.

Esta é uma pergunta voltada a entender o jornalismo como campo de conhecimento, de produtor de conhecimento, sobre a natureza da informação que o jornalismo produz. As informações apropriadas pelos jornalistas, transformadas em notícias, reportagens: você acha que isto acaba sendo uma forma de produzir conhecimento e não só um ato de simplesmente transmitir uma informação, repassar uma informação?

Está é difícil. Eu acho que depende muito do assunto. Mas sim, acho que na maioria das vezes a gente sai com aquela sensação de que é produzir conhecimento para o público em geral, que você pegou algo que estava muito maciço, que era chato, que você tentou tornar mais agradável, mais simples, para o público em geral entender.

Você percebe o jornalismo econômico não só como um transmissor de expectativa mas como uma ferramenta de construção de expectativa, que incide sobre o campo econômico?

Eu acho que afeta sim. Porque a gente tenta ligar uma série de melhorias, sinais fracos a algo. E muitas vezes acaba sendo conectado a política, porque muitas vezes os economistas vão dizer que está conectado, por exemplo, neste período atual. Então não é que surge tudo da nossa cabeça. Ah, eu vou falar que está melhorando porque o Temer entrou no poder, eu vou falar que está melhorando porque X economistas disseram que esta melhora é atribuída...mas acho que sim, no fim das contas a gente acaba ajudando a construir uma imagem do que está acontecendo, pode ser e às vezes pode não ser. Eu tento ouvir.. a gente tem uma série de contatos com economistas, e eu sempre tenho aqueles que eu sei que vão ser invariavelmente pró-temer, e aqueles que são mais ponderados, que vão fazer uma análise, "olha, não é bem assim". Eu tento ligar pra várias pessoas e construir o texto a partir disto, porque se eu for deixar eu falar, eu vou querer falar algo diferente. Eu acho que 90% dos economistas que eu converso eles têm uma posição muito clara, partidários.

Sobre as controvérsias e visões diferentes de dentro do campo econômico. Por vezes elas chegam de maneira que parece limpa para a imprensa. É função do jornalismo entender estas variações e deixar isto claro no produto final?

É uma coisa que demanda tempo. Por exemplo, saiu um indicador econômico, e você precisa ir apurar com X economistas para ter visões diferentes. Então eu acho que alguns casos a gente acaba pecando, por não ter tempo, por ter que dar as coisas, e ter que ouvir um cara e levantar a voz dele como absoluta. Dar aspas pra ele e contar o texto a partir do que eles me disseram. Só que é isto. O jornalismo econômico é muito polarizado. A gente tem que tentar ouvir cada vez mais pessoas para construir aquele pensamento. Porque economia, no final das contas, não é uma ciência exata, e o seres humanos que está cobrindo ela, que estão falando dela, os economistas têm suas visões distintas. Tem esta questão que a gente não precisa ser o primeiro a soltar a notícia, então eu tenho esta liberdade maior de ouvir mais pessoas para contar uma mesma história. E construir o texto, e acho que a gente acaba tendo uma visão mais diferenciada, mas não é sempre também.

Esforço para a narrativa de dados ou é equilibrado entre análise?

Não acontece na maneira ideal, mas acontece sim. Eu acho que você tem uma análise ok. Poderia ser mais aprofundado, poderia, para um público mais especializado também. É toda uma questão estrutural, de você não tem economia no colégio, não tem introdução a economia em lugar nenhum, você tem uma população que entende o básico do básico de economia. Então é uma questão de que a análise não pode ser super profunda se não o cara não vai entender. Mas acho que na medida do possível a gente tenta fazer, e a análise mais profunda vai para jornais ainda mais especializados, como o Valor Econômico.

A simples narração afeta o dia a dia do leitor comum?

Eu acho que sim. Mas depende do jeito que você narra também. Se você vai tratar da queda de juros, para o nosso público do site da Exame, do cara que não está pagando pelo aplicativo porque quer ter economia. Parece meio maluco, mas no aplicativo a gente está num meio termo, não precisa ser o cara que precisa ler o Valor inteiro e entender tudo, mas também não é a população brasileira padrão, que sabe o básico. Tanto é que a gente explica os indicadores econômicos, mas às vezes não precisa. Você vai tratar da taxa de juros num site, num jornal que é padrão, você tem que dar um jeito de mostrar como isto vai afetar o cara. Para

público do aplicativo a gente não fala deste jeito. Até porque a gente trabalha com um público que está no mercado, que quer saber, por exemplo, quando o setor de construção civil vai melhorar, quando que as construtoras vão voltar a ter fôlego para construir as coisas. Porque aí você vai tratar da taxa de juros neste contexto.